



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM**  
**NÍVEL DOUTORADO**

**MARIA CIDNEY DA SILVA SOARES**

**HISTÓRIA ORAL DE VIDA DE MULHERES QUE VIVENCIARAM VIOLÊNCIA**  
**DOMÉSTICA**

**JOÃO PESSOA – PB**  
**2017**

**MARIA CIDNEY DA SILVA SOARES**

**HISTÓRIA ORAL DE VIDA DE MULHERES QUE VIVENCIARAM VIOLÊNCIA  
DOMÉSTICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, nível Doutorado, do Centro de Ciências da Saúde, da Universidade Federal da Paraíba – Campus I, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Enfermagem, **área de concentração:** Cuidado em Enfermagem e Saúde.

**Linha de pesquisa:** Políticas e Práticas do Cuidar em Enfermagem e Saúde.

**Projeto de Pesquisa Vinculado:** Práticas de cuidado na rede formal e informal de saúde

**Orientadora: Profa. Dra. Maria Djair Dias**

**JOÃO PESSOA – PB  
2017**

Catálogo na publicação  
Seção de Catalogação e Classificação

S676h      Soares, Maria Sidney da Silva.  
              História oral de vida de mulheres que vivenciaram violência doméstica /  
              Maria Sidney da Silva Soares. - João Pessoa, 2017.  
              139 f. : il.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Djair Dias.  
Tese (Doutorado) – UFPB/CCS/PPGENF

1. Enfermagem. 2. Violência doméstica - Mulher. 3. História de vida -  
Mulheres. I. Título.

UFPB/BC

CDU - 616-083 (043)

MARIA CIDNEY DA SILVA SOARES

**HISTÓRIA ORAL DE VIDA DE MULHERES QUE VIVENCIARAM  
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

APROVADA EM 28/08/2017

**BANCA EXAMINADORA**

*Maria Djair Dias*

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Djair Dias – Orientadora / Presidente  
(Universidade Federal da Paraíba – UFPB)

*Luana Rodrigues de Almeida*

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Luana Rodrigues de Almeida – Examinadora  
(Universidade Federal da Paraíba – UFPB)

*Rafaella Queiroga Souto*

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Rafaella Queiroga Souto – Examinadora  
(Universidade Federal de Pernambuco – UFPE)

*Sandra Aparecida de Almeida*

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Sandra Aparecida de Almeida – Examinadora  
(Universidade Federal da Paraíba – UFPB)

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria de Oliveira Ferreira Filha – Examinadora  
(Universidade Federal da Paraíba – UFPB)

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Alynne Mendonça Saraiva – Suplente  
(Universidade Federal de Campina Grande – UFCG)

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Miriam Lima da Nóbrega – Suplente  
(Universidade Federal da Paraíba – UFPB)

## AGRADECIMENTOS

A **Deus**, nosso Pai, por ser a luz e a força maior que conduz os meus passos em todos os momentos da minha vida.

A minha joia mais preciosa, **Maria José da Silva Soares (minha mãe)**, meu maior exemplo de vida, força e persistência, que me motiva e transmite amor constante.

A **José Severino Soares** (in memorian), meu pai, que – mesmo não tendo condições financeiras – nos incentivou aos estudos e, ao me ver concluindo o então segundo grau (hoje ensino médio), fez um empréstimo na empresa onde trabalhava como servente de pedreiro para comemorar a formação da filha.

A **Maria Eduarda Soares Marinho**, por ter compreendido que essa conquista é nossa e assim, ter entendido a minha ausência quando mais precisou de um colo de mãe.

Ao meu irmão **Cícero**, às minhas irmãs **Cidilene, Cidinete, Sueli, Cláudia e Carla**, aqui representadas pela coragem e determinação de mulheres sertanejas de força, e ainda a todos os meus **sobrinhos/filhos**.

A **R.D.** que foi um grande incentivador e esteve comigo de alguma forma em minha caminhada acadêmica.

À Prof. Dra. **Maria Djair Dias**, pela disponibilidade, apoio e incentivo, bem como pelos valiosos ensinamentos e importante contribuição na elaboração e análise deste trabalho.

Às minhas amigas **Anajás, Lidiany Félix, Lidiane Lima, Kamila Félix, Patrícia Geórgia e Priscilla Castro**, pela partilha de sentimentos e angústias que vivenciamos juntas, durante todo o processo de doutoramento.

Ao grupo “**Além da pós forever**”, pela parceria e divisão de angústias em todo esse processo.

Às professoras **Dra. Rafaella Queiroga Souto, Dra. Luana Rodrigues de Almeida e Dra. Allyne Mendonça Saraiva**, por terem estendido as mãos em um momento de angústia; às professoras **Dra. Maria de Oliveira Ferreira Filha, Dra. Miriam Nóbrega e Dra. Sandra Almeida**, pelas contribuições na banca.

Às minhas amigas/irmãs **Richele Lima, Fernanda Pinto, Samylla Vasconcelos, Mirela Lima, Marijô Barbosa, Danielle Risucci e Raquel França**, porque, enquanto alguns escolhem pessoas perfeitas, eu escolho as que me fazem bem.

Aos **colegas de trabalho** da Faculdade de Ciências Médicas de Campina Grande, que torceram por mim, aqui representados por **Vivianne Barros e Mara Costa**; ao professor

*Josivan Soares e Lorena Farias, por compreender mais do que ninguém meus momentos de estresse e angústias; a Gicélia Santana, Renata Cordeiro e Elisângela Braga, por não me deixarem desistir e por estarem presentes desde os primeiros momentos na produção do material empírico.*

*À minha amiga Ademilda Maria de Souza Garcia, por ser um presente em minha vida.*

*À direção da UNIFACISA, por todo apoio e incentivo.*

*A todos os meus alunos, pela compreensão e apoio; em especial à aluna Renata Clemente dos Santos, agora enfermeira e mestranda, da qual tenho muito orgulho e pela qual tenho muito apreço e ainda Jaqueline Moura e Renata Cavalcante pelas valorosas contribuições na coleta do material empírico.*

*Às enfermeiras Geane Silva — por ceder sua arte e sensibilidade para confecção das telas representando as mulheres/flores — e Anne Karolynne Negreiros, por cordelar com tanto zelo a trajetória de vida das colaboradoras deste estudo.*

*À coordenadora de políticas públicas para mulheres da Cidade Campina Grande –PB, Dra. Maria Marli Castelo Branco de Melo, e a todo corpo de trabalho do Centro de Referência em atendimento à mulher de Campina Grande, pela receptividade com a qual fui recebida.*

*Agradecimentos especiais para Flor de Cacto, Flor de Mandacaru, Flor de Macambira, Flor de Palma e Flor Coroa-de-Cristo, que contribuíram contando suas histórias de vida, tão marcadas e marcantes.*

*A todos aqueles que, de alguma maneira, tiveram sua parcela de contribuição para a realização deste trabalho, Muito obrigada!*

*“Eu sou aquela mulher que fez a escalada da montanha da vida, removendo pedras e plantando flores”.*

*Cora Coralina*

SOARES, Maria Cidney da Silva. **História Oral de vida de mulheres que vivenciaram violência doméstica**. 2017. 139f. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal da Paraíba: João Pessoa (PB), 2017.

## RESUMO

A violência contra a mulher faz parte do cotidiano das cidades, dos países e de todo o mundo, sendo um problema de saúde pública global crescente diariamente, de característica grave e importante, pois se trata de um crime; portanto, merece atenção dos setores públicos e da atenção à saúde das mulheres. Algumas permanecem no ciclo da violência doméstica por muitos anos ou por toda a vida; no entanto, algumas procuram meios para superar e buscar romper o ciclo. Assim, este estudo tem como objetivos: Conhecer a história de vida de mulheres que vivenciam a violência doméstica; Investigar como se desenvolveu o processo de violência doméstica na vida dessas mulheres; Identificar as estratégias utilizadas por essas mulheres no enfrentamento da violência doméstica e Revelar se ficaram sequelas após o rompimento do ciclo da violência doméstica. Para a produção do material empírico, utilizou-se a técnica da História oral de vida com cinco mulheres, indicadas pelo Centro de Referência de atendimento à mulher, no município de Campina Grande/PB. A análise e a interpretação do material foram feitas com base nas unidades de significado (temas) mais evidentes e constantes nas narrativas e no tom vital de cada história. Assim, foram elaborados os seguintes eixos temáticos: Eixo temático I: Trajetória de vida de mulheres sertanejas que vivenciam violência doméstica; Subeixo temático I – O desabrochar das flores entre os espinhos; Eixo temático II – O rompimento do ciclo da violência doméstica: Enfrentamentos e de movimentos superação; Eixo temático III – Flores Machucadas: Marcas que ficaram da violência doméstica. O estudo seguiu as observâncias éticas propostas pela Resolução 466/12, sendo aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob CAAE: 50968615.5.0000.5188. Nas histórias narradas, observou-se que as mulheres fizeram referência a uma repetição da história de suas genitoras em suas vidas, relacionando a situação de violência vivenciada por suas mães e reproduzida em seus relacionamentos. Narram terem vivido o primeiro momento de violência na adolescência e que as agressões físicas se iniciaram ou se intensificaram durante o período gestacional e o silêncio esteve presente por muito tempo em suas relações até a denúncia. Relatam terem vivido violência física, psicológica, patrimonial, institucional e sexual. Essas mulheres conseguiram iniciar um processo de empoderamento, na medida em que descobriram o seu potencial interior, e foram capazes de se autodefender, conquistar, avançar e superar não somente as adversidades, mas também os obstáculos que as mantinham no ciclo da violência. Estava presente também em suas narrativas após o rompimento do ciclo o medo de novos relacionamentos e a solidão. Portanto, elenca-se o apoio de profissionais de todos os setores envolvidos no enfrentamento da violência doméstica, na perspectiva de promover autonomia e empoderamento às mulheres em situação de violência para lhes dar suporte no processo de resiliência.

**Descritores:** Violência doméstica. Violência contra mulher. Pesquisa qualitativa

SOARES, Maria Cidney da Silva. **Life history oral report of women who experienced domestic violence.** 2017. 139f. Thesis (Doctorate in Nursing) - Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal da Paraíba: João Pessoa (PB), 2017.

### **ABSTRACT**

Violence against women is part of everyday life in cities, countries and worldwide. It is a daily, growing, serious public health problem which is important because it is also a crime; Therefore, deserves the public sectors' attention regarding women's health. Some individuals remain in the domestic violence cycle for many years or for life; however, some seek ways to overcome and break the cycle. Thus, this study aims to: Know the life history of women who experience domestic violence; To investigate how the domestic violence process has developed in their lives; Identify the strategies used by these women in facing domestic violence and disclose if there were any sequels left after the domestic violence cycle was broke. To produce the empirical material, the oral life history technique - indicated by the Reference Center for Women's Care in the city of Campina Grande/PB - was used with five women. The analysis and interpretation of the material was based on the meaning units (themes) which were more evident and constant in the narratives and in the vital tone of each story. Thus, the following thematic axes were elaborated: Thematic axis I: Life trajectory of countryside women who experience domestic violence; Sub-theme I - The blossoming of flowers among the spines; Thematic axis II - Breaking the domestic violence cycle: Facing and overcoming movements; Thematic Axis III - Injured Flowers: Marks left by domestic violence. The study followed the ethical observances proposed by Resolution 466/12 and was approved by the Research Ethics Committee under CAAE: 50968615.5.0000.5188. In the narrated stories, it was observed that the women referred to their mothers' history repetition in their lives, relating the violence situation experienced by their mothers and reproduced in their relationships. They report to had experienced the first moment of violence in their adolescence and that the physical aggression began or intensified during the gestational period and silence was present for a long time in their relationships until the complaint. They report having experienced physical, psychological, patrimonial, institutional and sexual violence. These women were able to initiate an empowerment process as they discovered their inner potential and were able to self-defend, conquer, advance and overcome not only the adversities but also the obstacles that kept them trapped in the cycle of violence. It was also present in their narratives, after the cycle break, the fear of new relationships and loneliness. Therefore, the support of professionals from all sectors involved in facing domestic violence is encouraged, promoting women autonomy and empowerment in violent situations to support them in the process of resilience.

**Descriptors:** Domestic violence. Violence against women. Qualitative research.

SOARES, Maria Cidney da Silva. Historia Oral de la vida de las mujeres que han vivido violencia doméstica. 2017. 139f. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal da Paraíba: João Pessoa (PB), 2017.

## RESUMEN

La violencia contra la mujer forma parte del cotidiano de las ciudades, de los países y de todo el mundo, siendo un problema de salud pública global creciente diariamente, de característica grave e importante, pues se trata de un crimen; Por lo tanto, merece atención de los sectores públicos y de la atención a la salud de las víctimas. Algunas mujeres permanecen en el ciclo de la violencia doméstica durante muchos años o por toda la vida; Sin embargo, algunas buscan medios para superar y buscar romper el ciclo. Así, este estudio tiene como objetivos: Conocer la historia de vida de mujeres que experimentan la violencia doméstica; Investigar cómo se desarrolló el proceso de violencia doméstica en la vida de esas mujeres; Identificar las estrategias utilizadas por esas mujeres en el enfrentamiento de la violencia doméstica y revelar si se quedaron secuelas tras la ruptura del ciclo de la violencia doméstica. Para la producción del material empírico, se utilizó la técnica de la Historia oral de vida con cinco mujeres, indicadas por el Centro de Referencia de atención a la mujer, en el municipio de Campina Grande / PB. El análisis y la interpretación del material se hicieron con base en las unidades de significado (temas) más evidentes y constantes en las narraciones y en el tono vital de cada historia. Así, se elaboraron los siguientes ejes temáticos: Eje temático I: Trayectoria de vida de mujeres sertanejas que vivencian violencia doméstica; Subeje temático I - El desabrochar de las flores entre las espinas; Eje temático II - El rompimiento del ciclo de la violencia doméstica: Enfrentamientos y de movimientos superación; Eje temático III - Flores Machucadas: Marcas que se quedaron de la violencia doméstica. El estudio siguió las observancias éticas propuestas por la Resolución 466/12, siendo aprobado por el Comité de Ética en Investigación bajo CAAE: 50968615.5.0000.5188. En las historias narradas, se observó que las mujeres hicieron referencia a una repetición de la historia de sus progenitores en sus vidas, relacionando la situación de violencia vivenciada por sus madres y reproducida en sus relaciones. Narram han vivido el primer momento de violencia en la adolescencia y que las agresiones físicas se iniciaron o se intensificaron durante el período gestacional y el silencio estuvo presente durante mucho tiempo en sus relaciones hasta la denuncia. Los informes de haber vivido violencia física, psicológica, patrimonial, institucional y sexual. Estas mujeres consiguieron iniciar un proceso de empoderamiento, en la medida en que descubrieron su potencial interior, y fueron capaces de autodefender, conquistar, avanzar y superar no sólo las adversidades, sino también los obstáculos que las mantenían en el ciclo de la violencia. También estaba presente en sus narraciones tras la ruptura del ciclo el miedo a nuevas relaciones y la soledad. Por lo tanto, elenco el apoyo de profesionales de todos los sectores involucrados en el enfrentamiento de la violencia doméstica, en la perspectiva de promover autonomía y empoderamiento a las mujeres en situación de violencia para darles soporte en el proceso de resiliencia.

Palabras clave: Domesticanza. Violence contra las mujeres. Cualitative research

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

**FIGURA 1:** Organização do ambiente para o acolhimento das colaboradoras

**FIGURA 2:** Momento de Massagem corporal

**FIGURA 3:** Organização do painel “linha do tempo”

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

|         |  |
|---------|--|
| a.C     | Antes de Cristo  |
| CCS     | Centro de Ciências da Saúde  |
| CEFEMEA | Centro Feminista de Estudos e Acessoria                            |
| CNJ     | Conselho Nacional de Justiça                                       |
| CAPS    | Centro de Apoio Psicossocial                                       |
| CRAM's  | Centros de Referência de Atendimento a Mulher                      |
| CRAS    | Centro de Referência da Assistência Social                         |
| DEAM    | Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher                    |
| DST     | Doença Sexualmente Transmissível                                   |
| HO      | História Oral  |
| HIV     | Vírus da Imunodeficiência Humana                                   |
| HPV     | Papiloma Vírus Humano  |
| IBGE    | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                    |
| MS      | Ministério da Saúde  |
| NEPAV   | Núcleo de Estudos e Programas na Atenção e Vigilância em violência |
| OMS     | Organização Mundial da Saúde                                       |
| ONG's   | Organizações não Governamentais                                    |
| PAISM   | Política de Atenção Integral a Saúde da Mulher                     |
| PNAD    | Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios                        |
| PNPIC   | Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares        |
| PPGENF  | Programa de Pós-Graduação em Enfermagem                            |
| SINAM   | Sistema de Notificação e Agravos                                   |
| SPM     | Secretaria de Políticas para Mulheres                              |
| TCLE    | Termo de Consentimento Livre e Esclarecido                         |
| UFPB    | Universidade Federal da Paraíba                                    |

## SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b> .....  | 13  |
| 1.1 Aproximação com a temática .....   | 14  |
| 1.2 Objeto e investigação: violência doméstica contra a mulher .....   | 15  |
| 1.3 Objetivos.....   | 23  |
| <b>2 REVISÃO DA LITERATURA</b> .....   | 24  |
| 2.1 História da mulher: lutas e conquistas .....   | 25  |
| 2.2 Considerações sobre a violência doméstica.....   | 35  |
| <b>3 PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....   | 45  |
| 3.1 A história oral como método para construir histórias de vida de mulheres que<br>desejam romper o ciclo da violência..... | 46  |
| 3.2 Contextualizando o cenário da pesquisa e a inserção no campo .....   | 48  |
| 3.3 Instrumento e técnicas utilizadas para produção do material empírico .....   | 50  |
| 3.4 Análise e discussão do material empírico .....   | 55  |
| 3.5 Considerações éticas .....   | 56  |
| <b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....  | 57  |
| 4.1 Eixo temático I: Trajetória de vida de mulheres sertanejas que vivenciam violência<br>doméstica.....                     | 58  |
| 4.1.1 <i>Subeixo temático I: O desabrochar das flores entre os espinhos</i> .....  | 84  |
| 4.2 Eixo temático II – O rompimento do ciclo da violência doméstica: Enfrentamentos<br>e superações .....                    | 97  |
| 4.3 Eixo temático III – Flores Machucadas: Marcas que ficaram da violência doméstica...                                      | 104 |
| <b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....  | 109 |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....   | 113 |
| <b>APÊNDICES</b> .....   | 132 |
| APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....  | 133 |
| APÊNDICE B – Carta de Cessão .....   | 135 |
| APÊNDICE C – Instrumento de produção do material empírico.....   | 136 |
| <b>ANEXOS</b> .....  | 137 |
| ANEXO I – Músicas usadas no momento de cuidado no acolhimento e despedida .....  | 138 |
| ANEXO II – Autorização Institucional .....   | 141 |
| ANEXO III – Aprovação do Comitê de Ética .....   | 142 |



*Flor de Mandacaru*

## *Introdução*

## 1.1 Aproximações com a temática

Minha aproximação com a temática permeia a história da humanidade, principalmente na sociedade patriarcal em que vivemos, na qual, desde cedo, há diferenciação entre homem e mulher, fazendo ligação com o masculino e feminino, respectivamente. Essa diferenciação determina o modo e os padrões impostos socialmente, os quais devem ser seguidos de acordo com as características do nascimento, fazendo com que os indivíduos aprendam a realizar atos, a assumir condutas, a exercer ações e a ter comportamentos de forma apropriada àquilo que é específico de cada gênero, feminino ou masculino.

Ademais, sou sertaneja e nordestina e a primeira de sete filhos. Destes, seis são mulheres. Acompanhei/acompanho a trajetória de vida de cada uma de minhas irmãs e vivenciei/vivencio a saga de ser mulher nessas circunstâncias. Percebo discriminação por ser “frágil” e moldada para ser a dona de casa, a mulher para casar, ter filhos e cuidar de seu cônjuge. No entanto, fui à contramão dessa imposição social. Desde onze anos de idade, saí para o mundo do trabalho com intuito de ajudar os meus pais nas despesas domésticas; e, aos dezessete anos de idade, terminei um noivado em que o meu lugar era de submissão na relação. Decidi sair da cidade pequena e estudar em outra cidade um pouco maior; contudo, as condições financeiras me impediram de lá permanecer.

Nesse intervalo, engravidei, tive minha filha e, por saber que seria julgada na condição de mãe solteira de cidade do interior, escondi minha gestação por sete meses, devido ao medo de (me)enfrentar uma sociedade julgadora e preconceituosa, que só aceitava a gestação por ocasião do casamento. Foi a maior experiência de violência que vivi.

Posteriormente, cursei o curso técnico em enfermagem e comecei a trabalhar na atenção básica. Encantei-me pela área e decidi fazer vestibular para cursar enfermagem em outra cidade.

Em 2008, se inicia a minha trajetória acadêmica na Universidade Estadual da Paraíba, na cidade de Campina Grande, interior do estado da Paraíba. No decorrer do curso, me deparei com muitas inquietações. Uma delas resultou em uma pesquisa de trabalho de conclusão de curso sobre humanização na Enfermagem, que despertou em mim um olhar diferenciado sobre o cuidado com o outro.

Ainda durante a graduação, dentre tantos componentes curriculares, o que mais me fascinou foi o de Saúde da Mulher. Ao iniciar meu caminho como professora de nível técnico, uma das primeiras disciplinas que lecionei também foi sobre essa temática. Busquei

especializações em docência do Ensino Superior e Saúde Pública e iniciei minha trajetória enquanto docente do Ensino Superior no ano seguinte à minha formação.

Ao ingressar no mestrado, trabalhei com a temática “violência contra a mulher” utilizando, como recurso para produção do material empírico, oficinas de sensibilização. O fruto das entrevistas e de todo o trabalho realizado culminou na dissertação intitulada: **Significados e influências da violência de gênero e da Lei Maria da Penha: relatos de experiências de mulheres em uma delegacia**, realizada com 11 mulheres que procuraram a Delegacia Especializada da Mulher na cidade de Campina Grande, Paraíba, Brasil para realizar denúncia contra seus agressores.

Duas publicações foram oriundas desse estudo: Significados e influências da violência doméstica: sentimentos refletidos por mulheres em situação de violência, publicada na Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental; e outro artigo intitulado: Significados da Lei Maria da Penha para mulheres vítimas de violência doméstica, na Revista Brasileira de Direito Constitucional.

O que me motiva a continuar trabalhando com essa temática é o fato de que algumas mulheres procuram meios para romper com o ciclo da violência e continuar sua história; assim, surgiu a curiosidade de conhecer a história de vida das mulheres que estão buscando estratégias para romper o ciclo da violência.

## **1.2 O objeto de investigação: violência doméstica contra a mulher**

A violência não é discutida exclusivamente pela área da saúde, devido aos seus aspectos multidimensionais; assim, a discussão permeia as áreas: jurídica, social, policial, condições de vida, acesso ao trabalho, à renda e à educação. Além disso, representa a terceira causa de morte da população geral e é responsável pela primeira causa de morte de 01 a 39 anos de idade, o que atribui ao problema magnitude e confirma sua complexidade, reafirmando a necessidade de atenção e maior conhecimento sobre o tema<sup>1</sup>.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, a violência é: o “uso intencional da força ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha a intenção de resultar, uma lesão, morte, dano psicológico, deficiência de movimento ou privação”<sup>2:05</sup>.

Desse modo, a violência continua a ser uma das grandes discussões da sociedade, fazendo-se presente na história da civilização, na qual as mulheres ocupavam um lugar social de submissão. Uma das formas de submissão manifesta-se na violência contra as mulheres

evidenciada no gênero, que tem constituído um fator social que atinge, de forma intrínseca, a maneira com que as mesmas vivem, adoecem e morrem<sup>3</sup>.

Além disso, a violência contra a mulher faz parte do cotidiano das cidades, dos países e de todo o mundo, sendo um problema de saúde pública global, crescente diariamente, de característica grave e importante, pois trata-se de um crime; portanto, merece atenção dos setores públicos e da atenção à saúde das vítimas<sup>4</sup>.

Um estudo realizado na Europa, no ano de 2014, sobre a violência contra mulheres, apontou que quase 62 milhões de mulheres com idade entre 18 e 74 anos, de países membros da União Europeia, tinham suportado atos de violência fundamentados em relações de gênero, e 22% das mulheres participantes desse estudo descreveram ter sofrido violência física ou sexual por seu parceiro ou ex-parceiro<sup>5</sup>.

No Brasil, no século XXI, a violência atinge dois milhões de mulheres por ano. A cada 15 segundos uma brasileira sofre com a violência doméstica, dados que mostram o comprometimento da dignidade e da própria saúde da mulher<sup>1</sup>.

No estado da Paraíba, que está localizado na região Nordeste do Brasil, e conta com 223 municípios, esse tipo de violência apresenta dados alarmantes. No Mapa da Violência publicado em novembro de 2015, esse estado tem ocupado o 5º lugar no *ranking* nacional e apresentado uma taxa de 6,4 homicídios femininos por 100 mil/mulheres, sendo que a capital João Pessoa, no ano de realização desse levantamento, destacava-se como a terceira capital mais violenta do país<sup>6</sup> no que tange a esse tipo de violência.

Na realidade da cidade de Campina Grande, *locus* deste estudo, a 130 km da capital do estado, os dados de violência também são preocupantes. Entre janeiro e outubro de 2010, cento e oito casos foram notificados nos Núcleos de Referência à Violência e Promoção da Saúde, com um agravante diferencial: pelo menos dois tipos de agressões foram perpetrados contra essas vítimas<sup>7</sup> (CODECOM, 2010). Esses números vêm tomando outras proporções e, segundo o Mapa da Violência 2015, essa cidade encontra-se em 98º lugar no *ranking* nacional de cidades acima de 20.000 habitantes mais violentas<sup>6</sup>.

Nos estudos de Rodrigues et al<sup>8</sup>; Nascimento, Ribeiro e Souza<sup>9</sup>, foi confirmada a gravidade que é dada à questão, tendo em vista as consequências na saúde física, psicológica e social da mulher. Por outro lado, tal fenômeno tem provocado o interesse dos profissionais da saúde, os quais têm dado maior relevância, buscando, mediante o aperfeiçoamento de pesquisas, melhor compreensão, com vistas a oferecer assistência qualificada.

A violência doméstica não é marcada apenas pela violência física, mas também pela violência psicológica, sexual, patrimonial, moral, dentre outras, atingindo grande número de

mulheres, que convivem com agressões no âmbito familiar. Esses ambientes, que geralmente são considerados como lugares de proteção, passam a ser locais de risco para mulheres. Nas práticas de saúde voltadas à mulher, é possível identificar violências praticadas de modo disfarçado, às vezes desconhecido, dado os aspectos culturais que, muitas vezes, impedem a mulher de denunciar a violência vivida.

Além dessas questões, a violência contra a mulher constitui fator de risco para o surgimento de doenças físicas e mentais, podendo levar a pessoa agredida à invalidez parcial ou total ou, em muitos casos, à morte. Destarte, o sucesso do controle da violência contra a mulher depende da participação social em entender a complexidade do problema, para que a sociedade fique menos omissa diante dos casos de agressão. A adesão de todos no combate a esse tipo de violência implica auxiliar o agredido a se posicionar de forma adequada em defesa à sua saúde e à mudança do estilo de vida<sup>10</sup>.

A esse tipo de agravo advêm inúmeras consequências, que se caracterizam em danos biológicos, psicológicos, morais e sociais que impedem a mulher de viver a igualitariedade humana e social. Assim, é necessário abordar esse tema de modo pontual, visualizando a importância de como a violência interfere no processo de vida das mulheres que a vivenciam<sup>11</sup>.

Isso também foi evidenciado no estudo de Freitas, Oliveira e Silva<sup>12</sup>, que apontou que a violência doméstica contra a mulher sinaliza profundas desigualdades entre os sexos, por causar impacto tanto na saúde física como mental das mulheres, acarretando danos à autoestima da mulher violentada. Facuri et al<sup>13</sup> complementa lembrando que, além de ocasionar uma série de complicações para sua saúde e de todos que estão envolvidos, acaba gerando uma demanda aumentada para vários setores da sociedade, em especial para o setor da saúde.

As mulheres que buscam os centros hospitalares para tratarem sequelas ou sintomas resultantes da violência podem problematizar dois importantes aspectos: um é a severidade do quadro de saúde da agredida, e o outro é a invisibilidade dada à questão da violência em outros setores da saúde, pelos quais normalmente as mulheres passam antes de chegar à atenção terciária<sup>14</sup>.

No que tange às consequências geradas pela violência contra a mulher, as externas não representam as primeiras causas de mortes. Porém, as consequências não fatais vivenciadas são graves, pois não se limitam apenas aos traumas e lesões que demonstram a agressão sofrida, e sim incluem o processo saúde–doença de forma integral<sup>15</sup>.

Além de prejudicar a saúde, a violência viola os direitos humanos, podendo acarretar a morte das pessoas que estão envolvidas. Quando se pratica um ato violento, tal ação é considerada uma ameaça à vida e, às vezes, pode vir acompanhada pelo silêncio e pela submissão das violentadas<sup>16</sup>.

A pouca visibilidade e o reconhecimento que a problemática da violência adquiriu por parte da sociedade são frutos de um processo que se estende até hoje na mobilização e na organização de movimentos que não silenciam para a violência histórica, perpetuada contra as mulheres.

Moraes, Monteiro e Rocha<sup>17</sup> ressaltam que a violência é considerada uma manifestação complexa, a qual ocasiona baixa qualidade de vida e vem somada de marcas visíveis ou não, além de que afeta a saúde tanto individual quanto coletiva, uma vez que o agressor, a violentada e as pessoas próximas que vivem esse drama têm a saúde deficiente.

Mulheres que vivenciam violência doméstica têm mais queixas, distúrbios e patologias, físicas e mentais, e utilizam os serviços de saúde com maior frequência do que aquelas sem essa experiência. Por tudo isso, ajudar a prevenir a violência contra a mulher e suas complicações é hoje prioridade em saúde pública<sup>18</sup>.

Ademais, esse tipo de agressão gera modificações em suas vidas, sendo importante a articulação dos serviços de rede a fim de intervir no processo de enfrentamento da problemática, visto que esse tipo de violência é um fato complexo que tem vínculos na desigualdade de gêneros<sup>13</sup>.

Mesmo com medidas inibitórias, muito frequentemente, as práticas de violência contra a mulher se traduzem em repercussões danosas para a saúde e a qualidade de vida dela. A violência conjugal e o estupro têm sido associados a maiores índices de suicídio, abuso de drogas e de álcool, queixas vagas, cefaleia, distúrbios gastrointestinais e sofrimento psíquico em geral. Em relação à saúde reprodutiva, a violência contra a mulher tem sido associada às dores pélvicas crônicas, às doenças sexualmente transmissíveis, como a Síndrome da Imunodeficiência Humana Adquirida (Aids), além de doenças pélvicas inflamatórias e gravidez indesejada<sup>19</sup>.

Em estudo realizado em Angola, com o objetivo de identificar as percepções e práticas de profissionais de saúde em relação à violência contra a mulher na relação conjugal, as entrevistadas entendem que os abusos comprometem a saúde da mulher e da família, e representam um problema de saúde pública. As implicações físicas mais referidas foram: traumatismos, hipertensão, queimaduras e morte. Psicologicamente, ressaltaram: depressão,

negligência na procura de serviços médicos, fobias, tentativas e tendência ao suicídio, consumo abusivo de álcool e estresse pós-traumático<sup>9</sup>.

A autoestima é um dos fatores mais afetados como consequência do impacto que a violência causa na vida da mulher que a vivencia. Uma pesquisa bibliográfica, dos últimos dez anos, realizada na Espanha, no ano de 2014, evidenciou que, além de outros males, a autoestima é depreciada e, como consequência, o adoecimento mental é confirmado<sup>20</sup>.

Outro estudo realizado por Albuquerque Netto et al<sup>21</sup>, no Centro de Referência da Mulher no Rio de Janeiro, também apontou resultados que atentam para diminuição da autoestima com consequente abalo na qualidade de vida de mulheres que convivem com esse agravo.

Distintas modalidades ou práticas de violência doméstica são exercidas contra a mulher no ambiente doméstico. No Brasil, na segunda metade do século passado, foram instituídos serviços voltados a essa questão, como as delegacias de defesa da mulher, as casas-abrigo e os centros de referência multiprofissionais, que têm focado, principalmente, na violência física e sexual cometida por parceiros e ex-parceiros sexuais da mulher. Foram criados ainda os serviços de atenção à violência sexual para a prevenção e profilaxia de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), de gravidez indesejada e para realização de aborto legal, quando for o caso<sup>18,22-23</sup>.

O Ministério da Saúde, considerando que a saúde da mulher é prioridade, organizou o documento “Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM) – Princípios e Diretrizes”, em associação com diferentes campos da sociedade, em específico com o movimento de mulheres, o movimento negro e o de trabalhadoras rurais, companhias científicas, pesquisadores e estudiosos da área, organizações não governamentais, gestores do SUS e agências de cooperação internacional. Dessa forma, reflete o pacto com a prática de ações de saúde que cooperem para a segurança dos direitos humanos das mulheres e amortizem a morbimortalidade por causas preveníveis e evitáveis<sup>24</sup>.

O aspecto de gênero na perspectiva de saúde da mulher no Brasil surge como um modo de análise com a finalidade de abranger como se organizam as relações entre homens e mulheres. Essas relações constituem uma distinção entre gêneros na sociedade, face à repartição do poder. Com isso, as discussões sobre gênero têm cooperado para apontar as injustiças sociais toleradas pelas mulheres no seu cotidiano.

Gênero é uma das principais questões que permeiam a temática da violência contra a mulher. Saffioti<sup>25</sup> afirma que a violência não existe de forma aleatória, ela vem associada a

uma organização de gênero que privilegia o homem, pois é sabido que historicamente acontece uma desigualdade entre homens e mulheres.

No âmbito da atenção à saúde das mulheres, a Estratégia Saúde da Família representa o ambiente de solidificação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM). A atenção à saúde, ponderando as distinções de gênero, assim como o reconhecimento e o enfrentamento de necessidades que ultrapassam as questões biológicas e reprodutivas, considerando as especificidades sociais, são princípios que norteiam a atual política. Entretanto, os processos de trabalho que consolidam essas políticas têm sido incoerentes, uma vez que as práticas acabam se focando, na maioria das vezes, no atendimento biológico feminino<sup>26</sup>.

Várias são as tentativas de combate a esse crime, tais como: Promulgação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969, através do Decreto Lei 678<sup>27</sup>; A Convenção de eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres<sup>28</sup>, confirmada através do decreto 89.460<sup>29</sup>; Promulgação da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em nove de junho de 1994, através do Decreto nº 1973<sup>30</sup>; A Constituição Federal (artigo 226 parágrafo 8), a qual afirma que o Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações; E ainda o decreto 5.017/2004, que proclama o protocolo adicional à convenção das Nações Unidas contra o crime organizado transnacional relativo à prevenção, à repressão e à punição do tráfico de pessoas, em especial mulheres e crianças<sup>31</sup>.

Com a vigência da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), criaram-se mecanismos para reduzir e prevenir a violência doméstica e familiar contra as mulheres, sendo essa uma perspectiva de mudança da realidade, na qual as mulheres passam a ter instrumentos legais inibitórios para coibir discriminação, a violência e as ofensas dos mais variados tipos<sup>32</sup>.

Para incentivar a participação social na denúncia e no enfrentamento da violência contra a mulher, foi criado, no ano de 2005, o Serviço Disque 180 (Central de Atendimento à Mulher), da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), mas foi em abril de 2006 que o serviço passou a ser oferecido integralmente pela SPM-PR, que aumentou de 4 para 20 os pontos de atendimento e iniciou o atendimento 24 horas ininterrupto, só sendo regulamentado pelo Decreto nº 7.393, de 15/12/2010<sup>33</sup>.

O Decreto nº 7.958, de 13 de março de 2013, estabelece diretrizes para o atendimento humanizado às violentadas de violência sexual pelos profissionais da área de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde – SUS, e as competências do Ministério da Justiça e do Ministério da Saúde para sua implementação<sup>34</sup>. No ano de 2014, foi criada a resolução que dispõe sobre a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher<sup>35</sup>.

Em março de 2015, foi criada a Lei do Femicídio (Lei 13.104/2015), incluindo esse na lista de crimes hediondos com pena de reclusão de doze a trinta anos. O crime praticado contra a mulher é considerado em razão do gênero feminino quando praticado contra mulheres e quando for de nível doméstico e familiar, e ainda quando houver menosprezo ou discriminação à condição da mulher, podendo agravar a pena em até um terço se o crime for praticado durante ou após três meses de gestação, menor que 14 anos ou acima de 60 e ainda com deficiência<sup>36</sup>.

Assim, a mulher, por ser a principal agredida por esse tipo de violência, merece atenção por parte dos profissionais de saúde, especialmente os de Enfermagem, que, durante sua trajetória profissional, podem enfrentar essa situação, o que acaba exigindo conhecimento e capacidade para realizar um cuidado humanizado e transformador.

Tendo em vista que a efetivação da política de saúde vigente, na prática profissional da enfermeira, requer não apenas as habilidades técnicas inerentes à profissão, mas, especialmente, que se reconheça o sujeito social e histórico, capaz de contribuir para a transformação do modelo dominante clássico de assistência à saúde, a enfermeira precisa de uma formação que contribua para o domínio de argumentação e de posicionamentos críticos, reflexivos e questionadores, de modo a estabelecer relacionamentos profissionais efetivos com os demais integrantes da equipe de saúde.

Dessa forma, a Enfermagem, uma área de trabalho predominantemente feminina e voltada para o social, tem potencialidade para trazer para a prática as ponderações sobre o tema, estendendo o olhar sobre o problema da violência contra a mulher. Assim, uma discussão mais aprofundada sobre como cuidar de mulheres em situação de violência carece de ser ampliada e aponta para a reflexão sobre a importância da temática dentro do contexto da saúde e, especificamente, dentro da prática da (o) enfermeira (o), levando em consideração que a atuação do setor da saúde, frente à violência doméstica contra a mulher, não deve se restringir meramente ao cuidado médico, mas focar no apoio ao desenvolvimento de ações que identifiquem e previnam esse tipo de agressão, pois, segundo Dias<sup>37:06</sup>, “a ferida sara, os

ossos quebrados se recuperam, o sangue seca, mas a perda da autoestima, o sentimento de menos valia a depressão; essas são feridas que não cicatrizam”.

Durante a pesquisa desenvolvida no mestrado, foi observado o quanto essas marcas produzem efeitos deletérios na vida da mulher, pois algumas permanecem nesse ciclo por muitos anos ou por toda a vida, no entanto, algumas procuram meios para superar e buscar saídas da situação vivenciada.

Desse modo, ocorreu o desejo de aprofundar a discussão sobre esse fenômeno, em particular no contexto de vida de mulheres que tentam romper o ciclo da violência. A violência inicia de forma silenciosa e, muitas vezes, não é observada por quem a vivencia, em decorrência da naturalização imposta, porque o abuso é atribuído em um ciclo recorrente, composto de três fases: tensão, violência e reconciliação. Há um aumento gradual da tensão, que pode perdurar de dias a anos, em que a violência psicológica é a mais marcante; já a segunda fase dura pouco tempo, que é a da violência propriamente dita, no entanto, é a que marca mais e é a que é mais lembrada pela mulher, pois é considerado o ápice da violência; e a fase três, na qual acontece novamente a reconciliação até iniciar novo ciclo<sup>38</sup>.

Sabendo que é um problema recorrente na vida da mulher em situação de violência doméstica, fiz a opção de conhecer a história de vida de mulheres que vivenciam o rompimento do ciclo de violência, como tema de investigação de minha tese de doutorado, buscando compreender suas narrativas e a trajetória de vida das mesmas para que possa ampliar a discussão sobre a temática, contribuindo para uma melhor reflexão do problema no país, e na assistência que as (os) enfermeiras(os) e outros profissionais envolvidos na política pública de saúde da mulher devem realizar diante de qualquer tipo de violência contra a mulher.

Assim, defendo o argumento de tese que as mulheres que vivenciaram/vivenciam a violência doméstica apresentam história de vida de muita dor e sofrimento, isso tendo sido iniciado de forma bem precoce em suas vidas. Por outro lado, elas buscam criar estratégias de superação para romper o ciclo da violência a que foram expostas, seja por meio da capacidade individual de empoderamento e/ou resiliente, embora tal processo tenha deixado alguns danos e sequelas irreversíveis.

Nessa direção, a inquietação para esse estudo foi buscar compreender a história de vida de mulheres que vivenciaram/vivenciam a violência doméstica em algum período de suas vidas. Para tanto, levantou-se as seguintes questões norteadoras: Como se passa a história de vida dessas mulheres? Em que momento de sua vida teve início a violência? O que as fez

despertarem para sair desse movimento? Quais as consequências na vida da mulher que decide romper com o ciclo da violência?

Numa tentativa de se aproximar da questão e de se obter resposta para essas indagações, este estudo se propõe a alcançar os objetivos descritos abaixo.

### **1.3 Objetivos**

- Conhecer a história de vida de mulheres que vivenciam a violência doméstica.
- Investigar como se desenvolveu o processo de violência doméstica na vida dessas mulheres.
- Identificar as estratégias utilizadas por essas mulheres no enfrentamento à violência doméstica.
- Revelar a permanência ou não de sequelas após o rompimento do ciclo da violência doméstica.



*Flor de Palma*

# *Referencial Teórico*

## 2.1 História da mulher: Lutas e conquistas

A partir do período neolítico, aproximadamente 7.000 a.C., os homens começaram a perceber a função feminina na reprodução e começaram a intervir, controlando a natalidade e valorizando o casamento como forma de possuir o domínio sobre a mulher, enaltecendo questões sobre virgindade e monogamia feminina, que, segundo Auad<sup>39</sup>, trata-se de uma relação desigual.

Na Grécia antiga, se entendia que a mulher era uma criatura de menor importância e isso a separava dos seres humanos, ocupando uma posição inferior socialmente em analogia ao indivíduo do sexo masculino. Por esse motivo, os homens tinham o direito de exercer uma vida pública, diferentemente das mulheres<sup>40</sup>.

A mulher grega passava toda sua vida em função da dominação masculina, por seu pai, seu irmão ou seu marido; assim, na condição de tutelada, a mulher era designada ao casamento sem seu consentimento. Até o dia do casamento, estas mulheres estavam sujeitas à reclusa social, lugares conhecidos como *gineceus*. Depois de casadas, continuavam enclausuradas em suas casas. Essas mulheres deveriam assegurar a continuidade da família concebendo um filho homem para continuação do predomínio masculino<sup>39</sup>.

No mundo medieval, a mulher era subordinada ao homem em todas as esferas, no lar, trabalho ou religião. Essa imagem surgiu a partir da suposição orientada pela religião cristã católica, que vinculava a mulher ao pecado, como descrito na Bíblia sagrada, quando afirma, no capítulo de gênesis, que Eva induz Adão ao pecado<sup>41</sup>.

Nessa época, porém, algumas mulheres começaram a se rebelar. É citado por Auad<sup>39</sup> que em Frankfurt, no século XVI, quinze mulheres estudaram e exerceram a medicina. Na Itália, três mulheres se destacaram: Moderata Fonte denunciou, através da escrita *Valor de Mulher*, a situação das donas de casa; Lucrecia Marinelli, defendendo a igualdade entre homens e mulheres, escreveu *A nobreza e a excelência da mulher*; e Arcângela Tarabotti denunciou, através da escrita de cartas, a inferioridade das mulheres e o moralismo da sociedade que a obrigou a se enclausurar aos 16 anos de idade. E, ainda destaca, na mesma época, o trabalho de Christine de Pisan, escritora Francesa que foi considerada uma das primeiras feministas pela obra *Cidade das Mulheres*, na qual defendia igualdade entre homens e mulheres e educação para homens e mulheres.

No iluminismo, época conhecida como progresso civilizatório, o papel da mulher na sociedade foi colocado em pauta para discussão. Isso foi considerado por O'Brien<sup>42</sup> como desafiador, pois as próprias mulheres viviam trancadas no seu papel de submissão imputado

na idade média. Outros pensadores como William Alexander, David Hume e Adam Smith arriscaram falar sobre a mulher, porém, seus pensamentos induziam para um discurso de superioridade masculina, como podemos observar no trecho abaixo<sup>43: 34</sup>.

Esse tratamento indigno das mulheres de nossa espécie é uma singularidade do comportamento peculiar do homem, e não se originou de nada que ele pudesse observar ao seu redor, já que os animais machos não pretendem governar, dirigir ou ordenar as fêmeas; a não ser na força de seus corpos, podemos discernir que são superiores (...) Portanto parece que não podemos ter aprendido por analogia a considerar as mulheres como nossos inferiores; e se examinarmos nossa pretensão à superioridade de maneira imparcial, vamos talvez perceber, a não ser na questão de força corporal, que ela é infundada.<sup>43: 34</sup>

Com a consolidação do capitalismo no século XIX, surge a mulher burguesa, a que se dedicava ao lar e à família. A vida urbana na época burguesa praticamente não existia, a grande maioria dos lares brasileiros era simbolizada por uma grande casa rural onde o pai era detentor do lar e da família. As poucas casas urbanas, que mais assemelhavam-se a um apêndice rural, eram abertas em algumas ocasiões como saraus noturnos, jantares e festas para a sociedade. Nessas ocasiões, a família, especialmente a mulher, era avaliada socialmente, e essa vigília também se estendia quando as mulheres marcavam presença em cafés, bailes e teatros. Desse modo, a (auto)cobrança de ser modelo de mãe e mulher a acompanhava<sup>44</sup>.

Falci<sup>45</sup> relata, a partir de seus registros, que no sertão nordestino, independente da classe social, o feminino excede a barreira das classes; já no nascimento as mulheres são chamadas de “mininu fêmea”. Quando se trata de mulheres sertanejas, nordestinas e pobres, estas são invisíveis à história, enquanto as de mesma regionalidade, quando ricas, são citadas a partir de seus inventários. Essas mulheres eram divididas em categoria primeira (senhora, dama, dona fulana) e em categoria segunda (cunhã, roceira, ”pirpira”, escrava ou negra). Assim, a mulher ideal do sertão nordestino era branca, filha de fazendeiro, herdeira de escravo, gado ou terra. Quando citadas na literatura, as mulheres que não seguiam o padrão acima descrito, eram referenciadas pela divisão entre as classes, como mostra o cordel<sup>45:241</sup>

*A pobre sem um vintém  
 Não comprava nada na feira,  
 A mulher do rico é dama  
 A do pobre é costureira  
 Não pode comprar a máquina  
 Termina sendo rendeira  
 Pobre sentada na mó  
 Por lhe faltar a cadeira*

*A pobre rede é de palha  
A porta, simples esteira,  
Usa panela de barro  
Pra cozinhar macaxeira*

Em se tratando de atividades desenvolvidas, as mulheres ricas do sertão desempenhavam atividades domésticas e cuidados com os filhos. Outras mulheres de menor poder aquisitivo faziam doces por encomenda e bordados, atividades que não eram valorizadas socialmente nem economicamente e, assim, discriminadas com afirmativa de que mulher não precisava nem deveria ganhar dinheiro; ainda mais desvalorizadas eram as mais pobres, que desempenhavam os papéis de costureira, rendeira, lavadeiras e roceiras<sup>45</sup>.

Ainda segundo os relatos da autora supracitada<sup>45</sup>, escrevendo sobre mulheres no sertão nordestino, a educação não era valorizada em nenhuma das esferas sociais, pois muitas mulheres ricas ou pobres eram analfabetas. Uma das maiores preocupações era o casamento. Muitas delas se casavam ainda criança e, quando não, começavam a confeccionar o enxoval aos 12 anos de idade, sendo que a mulher de elite se casava por compromisso familiar em acordo entre as famílias; muitas vezes, o marido não era o ideal e sim o possível diante do enlace familiar para o mercado matrimonial. O casamento entre mulheres pobres, na grande maioria das vezes, não era acertado e tampouco tinha dote.

Segundo Pedro<sup>46</sup>, referindo viajantes que passaram pelo sul do Brasil no final do século XIX, as mulheres sulistas eram mais sociáveis que as do restante do país, embora se observem alguns vieses em relação à descrição dos mesmos, pois eles descreviam as mulheres brancas e de famílias abastadas. Em decorrência das batalhas e conflitos nessa região do país na época, os homens saíam de seus lares para combate ou questões políticas e as mulheres assumiam a coordenação do lar e ainda a direção de empreendimentos para manter a sobrevivência familiar, o que as difere da mulher da região nordeste do Brasil. Apesar dessa “autonomia”, ela também era criticada, e, por vezes, motivo de piada nos jornais de circulação local. O texto abaixo, retirado do *Jornal do Comércio*, no ano de 1888, citado por Pedro<sup>46:285</sup>, aponta os dez mandamentos da mulher, que devia ser lido por ela doze vezes ao dia; o mesmo mostra como a mulher idealizada pela mídia deveria se comportar diante de seu marido.

- 1 *Amai a vosso marido sobre todas as coisas.*
- 2 *Não lhe jureis falso.*
- 3 *Preparai-lhe dias de festa.*
- 4 *Amai-o mais do que a vosso pai e a vossa mãe.*
- 5 *Não o atormenteis com exigências, caprichos e amuos.*
- 6 *Não o enganeis.*
- 7 *Não lhe subtraia dinheiro, nem gasteis este com futilidades.*
- 8 *Não resmungueis, nem finjais ataques nervosos.*
- 9 *Não desejeis mais do que um próximo e que este seja o teu marido.*

*10 Não exijais luxo e não vos detenhais diante das vitrines*

Esse fragmento mostra como a mulher era tratada de forma submissa e sem controle de suas vontades.

A educação só passou a ser evidente para mulheres quando, no início do século XVIII, o Brasil necessitou desconstruir a imagem de atrasado, inculto e primitivo. Dessa maneira, legisladores determinaram que, em vilas e lugarejos populosos, fossem criadas escolas de primeiras letras — as pedagogias — e, assim, deputados regulamentaram a primeira instrução pública, no ano 1827, o ensino das pedagogias, esse seria o único nível a que as meninas poderiam ter acesso. Porém, o que importava de fato é que a mulher fosse educada e não instruída, já que isso não era necessário para ser esposa e mãe. Mesmo os positivistas pensavam na educação maternal; na virada do século foram introduzidas as seguintes disciplinas no ensino: puericultura, psicologia e economia doméstica<sup>47</sup>.

Outro grande entrave da luta das mulheres diz respeito ao trabalho e seu reconhecimento. Pedro<sup>46</sup> pontua que, após a proclamação da República do Brasil, com a segregação das camadas populares para tentar afastar a pobreza dos centros urbanos, as mulheres pobres, juntamente com as crianças, foram submetidas a baixos salários, com o intuito de excluí-las do mercado de trabalho.

Vista como frágil, a mulher necessitava ser protegida e controlada. Se a mesma desempenhasse qualquer atividade fora do lar, era entendida como ameaça; assim, a mulher só poderia trabalhar fora de casa se ainda não fosse casada ou se fosse viúva<sup>47</sup>.

No século XIX, as mulheres não tinham acesso à educação e eram subordinadas aos seus esposos; porém, viúvas de fazendeiros passavam a assumir interesses da casa e fazenda e as mulheres pobres e livres da cidade de São Paulo procuravam seu sustento por meio de trabalhos poucos estimados, como: lavadeiras, domésticas, cozinheiras, costureiras, amas-de-leite e vendedoras ambulantes<sup>48</sup>.

No Brasil, ainda no início do século XX, as mulheres permaneciam ocupando os mesmos lugares de mãe e esposa, responsáveis por manter a honra e os bons costumes da família, e os homens eram notados como provedores do lar, ou seja, cabia-lhes a responsabilidade de sustentar a casa, de maneira que as atividades desempenhadas pelos homens tornaram-se mais valorizadas na sociedade do que a cumprida pelas mulheres, dando-lhes maior autoridade na relação conjugal<sup>49</sup>.

A mulher pobre precisava trabalhar para ajudar nas despesas do lar e ainda precisava se defender dos preconceitos sociais, já que muitas vezes era chamada de “mulher pública”. No

entanto, por ser mão de obra de menor valor, as mulheres e crianças passaram a ocupar mais da metade do trabalho na indústria de tecido; os empregadores assim preferiam por pagar até 30% a menos do salário habitual<sup>50</sup>.

Entretanto, essa desvalorização ou submissão não significou a anulação do poder e da influência da mulher. A pretensão de liberdade trouxe drásticas e intensas transformações. As mulheres passaram a clamar por todo o tipo de liberdade (ética, intelectual, social e até mesmo física) e passaram a reivindicar lugar e direitos de igualdade.

A luta pela igualdade de direitos foi/é intensa; a despeito disso, a legislação brasileira aponta alguns resultados, que são: na constituição da República de 1934 foi concedida à gestante assistência médica e sanitária pela primeira vez<sup>51</sup>; a constituição de 1937 acrescentou o direito ao voto após grandes lutas do movimento feminista<sup>52</sup>; o direito à aposentadoria com 35 anos de trabalho ou 70 anos, que se deu na constituição de 1946<sup>53</sup>.

Outros direitos adquiridos foram o estatuto da mulher casada, disposto na Lei 4.121, de 27 de agosto de 1962; ainda nesta mesma lei o direito à guarda dos filhos mesmo que a mulher adquirisse outro matrimônio<sup>54</sup>. No entanto, Matos e Gitahy<sup>55</sup> afirmaram que essas mudanças estavam associadas ao preconceito e que foram resumidas, como exemplo, ficou ainda com o marido o direito de anular o casamento se a mulher não fosse virgem. Outra grande conquista da mulher em meio jurídico foi a Lei 6.515 de 26, de dezembro de 1977, que deu à mulher o direito do divórcio<sup>56</sup>.

Porém, foi com a constituição Federal de 1988 que, dentre outras coisas, buscou extinguir a desigualdade legal entre os gêneros. O movimento feminista foi o principal alavanque para tais conquistas<sup>57</sup>.

Historicamente, a violência praticada contra mulheres começou a ganhar visibilidade com as reivindicações do Movimento Feminista, desde o início dos anos 1970, quando as feministas americanas denunciavam a violência sexual praticada contra as mulheres. Porém, somente após uma década, no contexto da reabertura da democracia, a violência contra a mulher pôde ser vista como um fenômeno de ordem sociológica e passou a ser a questão central do Movimento Feminista Nacional<sup>58</sup>.

Os movimentos feministas colocaram em evidência as desigualdades existentes entre os gêneros, como: difícil acesso ao mercado de trabalho, ausência de representatividade no poder, baixas remunerações empregatícias, impedimento de crescimento profissional, violência contra a mulher, entre outras. Esse processo foi necessário para que houvesse um olhar diferenciado para as mulheres por parte do poder público<sup>59</sup>.

Os primeiros relatos do movimento feminista no mundo foram registrados nos Estados Unidos e Europa, ainda no final do século XIX. Nesse primeiro momento, havia a participação de mulheres com um melhor poder aquisitivo e escolarizadas. As principais reivindicações dessa época eram referentes ao direito de voto e discussões sobre o patriarcalismo social. Um dos movimentos elaborados pelas mulheres culminou na morte de mais de cem operárias em uma fábrica, na cidade de Nova Iorque, em 8 de março de 1957, dia este em que é comemorado o Dia Internacional da Mulher, definido no Congresso Internacional da Mulher, realizado em 1910<sup>60</sup>.

Na década de 1920, os primeiros resultados do movimento feminista começam a aparecer. Depois de quase 50 anos de reivindicação as mulheres conseguiram o direito ao voto. Esses foram registros do que é conhecido como primeira fase do movimento feminista no mundo<sup>61</sup>.

No ano de 1948, em Bogotá, foi realizada a Convenção Interamericana sobre a concessão dos direitos civis, em que a mulher teria os mesmos direitos do homem. Também nesse mesmo ano, a Declaração dos Direitos Humanos alertava para a necessidade de igualdade entre os homens. Em 1957, foi realizada a convenção sobre a nacionalidade da mulher casada, na qual foi reconhecido, a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que todos têm direito a uma nacionalidade<sup>62</sup>.

Na década de 1960, um maior número de mulheres passou a frequentar universidades com intuito de ampliar o conhecimento e buscar autonomia. Temas como sexualidade, corpo, saúde e violência ganharam ênfase nos espaços sociais e nas discussões realizadas pelo movimento<sup>63</sup>. Foi também da década de 1960, especificamente em 1967, a criação da declaração sobre eliminação da discriminação contra a mulher<sup>64</sup>.

Na segunda fase do movimento feminista, também conhecido como radical, as mulheres procuravam igualdade com os homens e buscavam grupos menores, também marginalizados, para alianças com intuito de ganhar força<sup>65</sup>.

E foi assim que o ano de 1975 foi reconhecido como o ano Internacional da Mulher<sup>66</sup>. No México aconteceu a Primeira Conferência Mundial da Mulher, culminando no plano de ação que apontou a década da mulher —1975-1985<sup>67</sup>. Foi um marco na luta da violência contra a mulher: Foi durante essa época também que as lutas feministas se intensificaram e ganharam destaque no cenário nacional. Outro grande marco nessa época foi a escrita da tese de livre docência da professora Dra. Heleieth Iara Bongiovani Saffioti: “A Mulher na Sociedade de Classes”, que se transformou, em seguida, em livro. Tal tese foi entendida como fundamental para a anexação da categoria gênero na produção acadêmica brasileira<sup>68</sup>.

Em 1979 foi realizada a Conferência Mundial pela eliminação de todas as formas de discriminação à mulher. Acontecendo em vários lugares do mundo, esses movimentos começaram a despertar interesse de outros países, culminando em revoltas operárias e estudantis<sup>69</sup>.

Esse movimento denunciava o poder e a opressão do homem sobre a mulher. Suas ações visavam obter a punição dos indivíduos que praticavam a agressão, além de métodos de intervenção para as vítimas, sendo eles abrigos para mulheres, grupos para conscientizar a mulher agredida e depois o agressor, e também estudos que comprovaram a grande quantidade de mulheres que sofriam violência<sup>18</sup>.

A terceira fase do movimento feminista foi marcada pela inserção das questões femininas nos meios de comunicação, reivindicando condições de trabalho, saúde e cidadania e passaram a se inserir na política<sup>69</sup>. Foi nessa fase que aconteceu a Segunda Conferência Mundial sobre a mulher, em Copenhague. Nessa ocasião, foi realizada uma análise comparativa do que já havia acontecido com o que fora proposto anteriormente na década da mulher.

As feministas francesas, americanas e inglesas foram exemplos para outras em alguns lugares do mundo, inclusive no Brasil, tais como Nízia Floresta, do interior do Rio grande do Norte; Francisca Senhorinha Motta Diniz e Josephina Álvares Azevedo, que lutavam no Brasil por causas diversas. Berta Lutz ficou conhecida pela sua insistente luta em prol da conquista do voto para a mulher, que, no Brasil, aconteceu na década de 1930. Assim, a mulher começou a ser inserida em partidos políticos nos anos posteriores. Outra mulher em destaque pela luta persistente em favor da mulher trabalhadora foi Patrícia Galvão<sup>65</sup>.

No Brasil, houve um retrocesso das lutas pelas causas das mulheres no período da ditadura militar. No entanto, na década de 1970, o movimento feminista volta com mais força. Foi nessa época, especificamente em 1975, que foi inaugurada a segunda onda do movimento feminista, considerado o momento de maior impacto no país na luta feminina, principalmente na cidade do Rio de Janeiro e São Paulo, onde se iniciaram “grupos de reflexão”, com o propósito de se discutirem literaturas do cotidiano das mulheres<sup>70</sup>.

No Brasil, a terceira onda do movimento feminista intensifica as discussões sobre gênero, surgindo o processo de crítica ao determinismo biológico contido no termo sexo; dessa maneira, as discussões sobre corpo, sexualidade, saúde e violência foram contempladas. Nesse período a campanha contra a violência contra a mulher ganha destaque<sup>70</sup>.

E, assim, outras estratégias de melhorias para a mulher foram conquistadas, em grande parte pela força do movimento feminista, tais como: em 1985 aconteceu a III Conferência

Mundial da Mulher em Nairóbi. Em 1990 as estratégias traçadas em Nairóbi foram examinadas pela Condição jurídica e social da mulher, onde foi recomendada a IV Conferência Mundial da Mulher<sup>65</sup>.

As lutas para erradicar a violência contra a mulher se intensificam e, no ano de 1993, a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, em Viena, foi considerada um marco histórico sobre a discussão sobre a violência contra a mulher<sup>71</sup>. Em 1994, em Belém do Pará, Brasil, aconteceu a Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher<sup>72</sup>; em 1995, foi realizada em Pequim a IV Conferência Mundial da Mulher, que teve como principal discussão: gênero e igualdade<sup>73</sup>.

Entretanto, apesar de as mulheres terem conquistado um espaço social, os homens ainda assumem posição de controle e de destaque, ou seja, ainda existem fortes desigualdades que fazem com que elas exerçam papel de submissão e tenham medo em relação aos homens<sup>74</sup>.

A discussão sobre a injustiça econômica é um assunto atual e pode ser visualizada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2011, em que 57,4% dos homens eram economicamente ativos para 42,6% das mulheres. Esses dados podem apontar para o predomínio das tarefas domésticas entre as mulheres e sua desvalorização. Além disso, essa pesquisa também assinala que, apesar de ser da mulher o maior número de anos de estudo, é o homem que detém o maior amparo salarial, evidenciando a subvalorização do trabalho feminino<sup>75</sup>.

Há muitas possibilidades de se trabalhar a categoria gênero, especialmente pelos vários significados vinculados ao termo. Adoto, neste estudo, as contribuições de Joan Scott<sup>76</sup>, que analisa as relações de gênero enquanto relações de poder.

O termo gênero propaga um sistema de relações que inclui sexo; contudo, vai além da diferença biológica, pois sexo e gênero são duas palavras usadas no cotidiano como sinônimos, mas têm definições diferentes. Sexo é referente ao elemento físico-biológico caracterizado pelo aparelho genital e outros atributos fisiológicos que distinguem seres humanos em macho e fêmea. Enquanto gênero refere-se ao elemento social desenvolvido por normas e modelos de constituição corporal e condutas comportamentais que apresentam uma identidade social a partir da essência físico-biológica<sup>77</sup>.

Ainda assim, há uma grande multiplicidade de concepções acerca do conceito de gênero, uns enfatizam a relação de poder, outros a identidade sexual e outros ainda a construção identitária<sup>78</sup>.

Segundo Joan Scott<sup>77</sup>, quem usou o termo gênero com maior precisão foram as feministas, como uma maneira de se referirem à organização social entre os sexos.

Entendendo que masculino e feminino são qualidades ou características atribuídas a cada pessoa, o homem pode ser feminino, a mulher pode ser masculina<sup>79</sup>; no entanto, a sociedade faz interpretações diversas em torno disso, julgando a pessoa com características solidárias, afetiva e delicada como mulher, por ser identificado como feminino e ao ser competitivo, autoritário, intolerante e destruidor como homem, por suas qualidades masculinas<sup>78</sup>. A questão é que:

[...] nem sempre somos só masculino ou só feminino, porque há momentos em que cruzamos a fronteira de uma ou de outra forma de ser. No entanto, é natural que apresentemos mais qualidades de uma que em outra categoria na configuração de nossa personalidade, pois isto está conforme o nosso temperamento e estilo de vida, e é isso que configura nossa identidade<sup>78:29</sup>.

E é justamente a partir da determinação social que, em muitas situações, a identidade individual é imposta; assim sendo, o homem passa a ser visto como o forte, o imbatível, provedor, competitivo, bem sucedido economicamente, fortalecendo o pensamento binário referido pela antropóloga Françoise Heritier, escrevendo sobre Aristóteles, quando afirma que: mulher é igual a feminino e homem igual a masculino, corrente defendida na Grécia antiga há cerca de 300 a.c.<sup>78</sup>.

Em contraste ao pensamento binário (quente/frio, alto/baixo, forte/fraco, seco/molhado, feio/bonito, sol/lua, dia/noite), que foi dividido por Aristóteles (300 a.C.), a filosofia chinesa aponta para o equilíbrio como condição necessária para a harmonia e afirma que “para começar, é preciso buscar em nós a coexistência do masculino e do feminino e tentar equilibrá-los, em vez de hierarquizá-la”<sup>78:32</sup>.

As discussões sobre identidade de gênero apontam para duas vertentes: uma onde o homem é ser dominante e, portanto, não abandona essa qualidade dominadora; ea outra oposta a essa condição. Dois autores contribuem com essas discussões sobre homem dominante: A antropóloga Françoise Heritier e o sociólogo Pierre Bourdieu.

Heritier<sup>80</sup> aponta três argumentos para dominação masculina: o pensamento binário, no qual o masculino se sobressai sobre o feminino desde os grupos humanos primitivos, em virtude da supervalorização das funções do homem (guerreiro e caçador) em detrimento das funções da mulher (mãe e dona de casa); a maternidade natural e exclusiva da mulher, em que autora defende que o homem teria inveja da maternidade.

Para Bourdieu<sup>81</sup>, a diferença entre homem e mulher é parte da construção cultural e institucional, vista por ele como um sistema universal presente em todas as culturas; aponta, ainda, o Estado, a igreja, a escola e a família como mantenedores dessa cultura. Ele afirma

que a força desses sistemas faria com que a dominação masculina fosse mantida e reforçada pelos homens e inclusive pelas mulheres. Assegura que há invisibilidade dessa dominação masculina, estando embutidos nos signos culturais, comportamentos, posturas, linguagens, meios de comunicação, músicas e obras literárias, e, assim, reproduzidos de forma não perceptível no cotidiano e, dessa maneira, inevitável.

Como contribuição para igualdade de oportunidades para homens e mulheres, cita-se a filósofa Simone de Beauvoir, fazendo referência à obra “o segundo sexo”, que, diferentemente de Pierre Bourdieu, trata a questão da desigualdade entre os sexos como possível de solução, refere a educação como ponto de arranque para essa condição, ensinando homens e mulheres a serem iguais, e não um visto de forma superior e o outro com inferioridade. Desse modo, aborda o tema de forma política, responsabilizando as instituições, pois para ela essas têm o papel de apontar mudanças.

Na obra o “segundo sexo”, publicada da década de 1940, Simone de Beauvoir afirma que a mulher não é o “segundo sexo” por ensejos naturais e inalteráveis, e sim por uma cadeia de processos sociais e históricos que instituíram essa situação. Sua premissa se volta para o questionamento da essência do feminino, visto socialmente como algo próprio à mulher e que as conectaria a características e, sobretudo, restrições<sup>82</sup>.

Para essa autora, a mulher sempre ocupou o papel do “outro”, sendo o homem “o ser” e ela apenas a sua coadjuvante na história; e que a própria mulher se vê nessas circunstâncias de forma secundária, pois desde o nascimento é condicionada a se dedicar ao lar servindo ao homem e exercendo atividades domésticas. No entanto, defende que a mulher tem forças para escolher como vai viver no mundo e que, se houvesse uma união entre elas, poderia haver uma transformação da condição de ser mulher no mundo<sup>82</sup>.

Segundo Medeiros et al<sup>83</sup>, o gênero é tido como a junção de características culturais, políticas, sociais, psicológicas, econômicas e jurídicas que são direcionadas aos indivíduos semelhantes ao sexo. Tem como exemplo a violência conjugal, produzida nas relações sociais, às quais a sociedade se encarrega de oferecer uma função desigual, de acordo com os direitos do homem e da mulher. Todavia, a violência acaba sendo considerada um ato normal e corriqueiro, ao qual as pessoas não atribuem questionamentos. Dessa maneira, ocorre a autovalorização desse ato praticado.

## **2.2 Considerações sobre a Violência doméstica**

Atualmente, “a violência doméstica mostra uma face que ainda é de silêncio, mas faz parte de estatísticas alarmantes e começa a ultrapassar o espaço privado e atingir a sociedade como um todo, exigindo políticas públicas competentes”<sup>10:684</sup>.

O Relatório Mundial Sobre Violência e Saúde (1996), divulgado pela Organização Mundial de Saúde<sup>84:27</sup>, define a violência como sendo “o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação”.

Dessa forma, a violência é considerada como um fenômeno de extrema complexidade, atingindo todas as camadas sociais, e pode estar relacionada ao diferenciamento sociocultural, psicológico, comportamental e econômico<sup>85</sup>.

A violência, ao longo dos anos, perpassou por inúmeras modificações. Com isso, se transformou em uma problemática mundial de saúde pública, causando consequências na saúde da população, como mortes e adoecimentos. Entretanto, dá-se ênfase a extremas situações de violência que os indivíduos enfrentam no seu cotidiano, sendo elas agressões corporais ou tentativas de furtos, as quais têm se tornado cada vez mais presente nos ambientes sociais, como escolas e vias públicas, nos ambientes domésticos, dentre outros, tornando-se responsável por um grande número de óbitos<sup>86</sup>.

Dessa maneira, os prejuízos à qualidade de vida da população, tendo em vista o aumento dos custos relacionados aos cuidados com a saúde, como previdência social, absenteísmo à escola e ao trabalho, dentre outros, são alarmantes. Ademais, é considerada uma das mais importantes causas de desestruturamento da família, ocasionando grande impacto na morbimortalidade.

A impunidade, a lentidão e o despreparo judicial são fatores que se somam para sinalizar à sociedade que a violência é aceitável em determinadas condições<sup>36</sup>. Estudo internacional realizado pela OMS<sup>87</sup> aponta que 35% das mulheres em todo o mundo já tenham passado qualquer violência física e/ou sexual perpetrada por parceiro íntimo ou violência sexual por um não-parceiro em algum momento de suas vidas.

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística<sup>88</sup> revelaram que, no Brasil, foram realizados 45.555 casos de atendimento a mulheres vítimas de violência. Em 2011 foram 74.984, no ano de 2010 foram realizados cerca de 108.491 casos. A violência física, tentativa ou homicídio aparecem em maior número, 63.838 em 2010, 45.953 em 2011 e 26.939 até julho de 2012. Os registros de violência sexual e assédio em ambientes de trabalho aparecem em quinto lugar, com 2.318 casos em 2010, 1.298 em 2011 e 915 no ano de 2012.

Por causa da violência doméstica contra as mulheres, o número de óbitos no Brasil, nos últimos anos, 1980 a 2013, soma 106.093 mulheres. Em números efetivos, o número de assassinatos passou de 1.353 em 1980 para 4.262 em 2013. Na Paraíba, foi registrada, no mesmo período, uma taxa de 6,4 homicídios femininos para cada 100 mil habitantes; entre os anos de 2003 a 2013 houve um acréscimo de 103,2%, segundo o registro do Sistema de Mortalidade em pesquisa realizada pelo Mapa da Violência 2015<sup>06</sup>.

De acordo com Acosta, Gomes e Barlem<sup>89</sup>, a cada dois minutos cinco mulheres são agredidas no Brasil; portanto, a problemática da violência contra mulheres se mostra de grande magnitude a nível mundial. Dados revelam que mulheres com idade entre 15 e 44 anos possuem maior probabilidade de serem vítimas de estupro e violência doméstica<sup>90</sup>. Segundo pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, o percentual de homicídios contra mulheres aumentou nos últimos anos no Brasil, sendo 7% no ano de 2000 e 16% no ano de 2010.

Um estudo realizado em uma Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres, no estado do Rio Grande do Sul, usando 902 ocorrências policiais, mostrou que a faixa etária das mulheres situou-se entre 20 e 29 anos (352 - 39,0%), seguida da correspondente a 30 e 39 anos (235 - 26,0%), sendo que 744 (82,5%) dessas mulheres agredidas eram da raça branca. Referente à escolaridade das mulheres, o estudo observou que 576(63,2%) mulheres agredidas cursaram o ensino fundamental incompleto ou completo, e 52 (5,8%) mulheres possuíam o nível superior, demonstrando que a violência ocorre entre pessoas de diferentes graus de instrução<sup>89</sup>.

Esse mesmo estudo mostrou o predomínio da violência física em alguns casos havendo tentativa de homicídio. Em segundo lugar fica a violência psicológica, com o cárcere privado, e em seguida a violência sexual, com o ato de estupro. O estudo ainda revelou que 568(63%) mulheres da pesquisa já teriam sofrido agressões anteriores.

As estatísticas referentes ao primeiro semestre de 2014, obtidas pela Central de Atendimento à Mulher, mostram que aproximadamente 90% das denúncias são feitas pela agredida e que 70% sofrem lesão corporal leve e ameaça. 60% dos agressores são os próprios cônjuges ou companheiros, 50% delas possuem filhos e 70% sofrem agressões diariamente<sup>90</sup>.

Carneiro e Fraga<sup>91</sup> mostraram, em um estudo realizado em uma delegacia não especializada, em 2010, que, do total de 6.191 ocorrências registradas na delegacia, 559 eram relacionadas à violência contra a mulher. Dessas, apenas 240 foram instauradas em inquéritos policiais. Em um total de 278 crimes enquadrados na Lei Maria da Penha, 47% correspondem ao crime de ameaça, 26% de lesão corporal, 5% de vias de fato, 5% de injúria e 17% a outros crimes diversos.

Em relação aos tipos de violência, o conceito da OMS categorizou a violência segundo quem a comete. As categorias são: autoinfligida (ideação suicida, tentativa de suicídio ou o próprio suicídio ou automutilação), violência coletiva (social, política e econômica) e interpessoal (violência doméstica, entre parceiro íntimo ou comunitário)<sup>84</sup>.

Minayo<sup>92</sup> acrescenta a violência estrutural, por entender que todos os tipos citados estão atrelados a esse tipo de violência, que se refere a processos sociais, políticos e econômicos, reportando à miséria, fome, desigualdades sociais, de gênero e etnia. Menciona que esse tipo eterniza-se nos processos sócio-históricos e se torna natural culturalmente, gerando privilégios e formas de dominação.

A violência contra a mulher pode ser referida de vários tipos; de acordo com o artigo 7— da lei Maria da Penha —, as formas de violência familiar contra a mulher podem ser física, psicológica, patrimonial moral e sexual<sup>32</sup> e segundo ela, a violência é tipificada da seguinte maneira:

I - A violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria<sup>32:01</sup>.

Corroborando esse contexto, a violência física tem como característica atitudes violentas, que se dão através da força física, tendo o objetivo de provocar ferimentos na vítima, podendo causar lesões e, conseqüentemente, deixar cicatrizes no seu corpo. Portanto, esse ato pode ser exercido através de tapas, socos e queimaduras. Tendo como exemplo os

ferimentos por arma branca ou arma de fogo, é tida por qualquer situação que cause dano à saúde ou à integridade física da mulher. Sua prática é realizada através do uso da força física do agressor, na qual o mesmo a executa de várias formas, ou seja, com socos e empurrões, podendo até fazer uso de armas<sup>18</sup>.

Ainda segundo a referência supracitada<sup>18</sup>, a violência psicológica tem o objetivo de expor a vítima a situações humilhantes, causando danos à sua saúde, sua autoestima e sua identidade, ou seja, à sua existência na sociedade. A mesma pode ser exercida através de atos de rejeição, desrespeito e discriminação ao indivíduo. A negligência ou abandono têm o objetivo de privar a vítima de cuidados que contribuem para seu desenvolvimento, sendo ele físico, mental ou social.

A violência de cunho patrimonial acontece quando o agressor destrói os bens da vítima ou se apossa deles, como objetos pessoais, instrumentos de trabalho, recursos econômicos ou documentos, podendo até tomar posse da casa em que a mulher reside<sup>34</sup>.

Já a violência moral acontece quando a mulher sofre calúnias, ao afirmar que a mesma praticou atos que ela não cometeu. Ocorre também, nesse tipo de violência, a difamação, na qual o agressor faz com que fatos atinjam a sua reputação, sem que ela seja responsável por tal fato, e a injúria, caracterizada pelas ofensas do agressor contra a vítima, fato que pode ocorrer também pelas redes sociais<sup>18</sup>.

A violência sexual persiste ao longo dos séculos, pois nunca finaliza, sempre renasce. Atinge tanto mulheres quanto crianças e adolescentes em todos os âmbitos sociais, e sua prevalência dá-se no ambiente doméstico. Todavia, pode ocorrer na forma de violência simbólica e moral, atingindo principalmente o público feminino. Produz dentro das vítimas um sentimento de vulnerabilidade e constante sensação de insegurança<sup>6</sup>.

Ainda segundo esse autor<sup>6</sup>, a violência sexual contribui para o aumento da cultura violenta e é considerada quando a mulher é obrigada a ter relações sexuais ou visualizar práticas contra a sua vontade, assim como se prostituir, praticar o aborto, fazer o uso de anticoncepcional sem que ela queira, podendo também sofrer assédio sexual. Além disso, pode acontecer o uso de força física, psicológica, intimidação, suborno, ameaça e chantagem.

Com um sistema social profundamente patriarcal, em que as relações são assimétricas, o machismo e a violência estão enraizados e inscritos no cenário sociocultural, o que faz com que essas mulheres encarem agressividades diariamente<sup>68</sup>.

A construção cultural, política e religiosa criada a partir das diferenças entre homens e mulheres elucidou a prática da violência contra a mulher, naturalizando e legitimando a

assimetria de poder entre os sexos, fato que aprova a existência da questão do domínio masculino sob a mulher<sup>89</sup>.

Moore Jr<sup>93</sup> revela que essa ideia de idolatria à figura masculina está embutida nas relações sociais, pois a figura do homem, baseado no ideário patriarcal, tem supremacia sobre a mulher; ainda enfatiza que, no período grego helenístico, já se praticava alusão ao termo patriarcalismo, pois as mulheres eram idealizadas como parte de satisfação do homem e, portanto, depreciadas.

Esse pensamento (in)consciente pode estar atrelado à estrutura patriarcal, que *“responde como um dos principais argumentos de natureza histórico-sociológica a análise da violência contra a mulher”*<sup>94:48</sup>; esse sistema marcado pela autoridade e dominação tem início para a causa da violência contra a mulher segundo esses autores. A supremacia masculina, ditada pelos valores patriarcais, valoriza o trabalho masculino em detrimento do feminino, legitima o controle da sexualidade dos corpos e da autonomia feminina, valorizando e apontando vantagens sobre os papéis sexuais e sociais. Esse mesmo autor reforça que esse sistema gera para a mulher muitas desvantagens, pois o homem considerado público é aceito e a mulher na mesma condição é condenada socialmente. As inúmeras facetas que a mulher adquiriu, inclusive as de visibilidade pública, têm provocado sobrecargas para ela, que não deixou de assumir aquelas que, segundo o patriarcado, são inerentes à figura feminina, como ser boa mãe, boa esposa e doméstica. Porém, o individualismo patriarcal foi abalado com as conquistas adquiridas por elas, fazendo com que a igualdade entre homens e mulheres fosse vista como uma possibilidade.

Barkir<sup>95</sup> também observa que o patriarcalismo vem sofrendo crises ao longo dos tempos, sendo repreendido e relativizado em seus diversos aspectos e manifestações, pois, ultimamente, os discursos sobre a mulher já não a põem numa posição tão subordinada à do homem e as relações de poder já não estão mais tão centralizadas nos papéis que cada um exerce socialmente.

Embora a mulher tenha conquistado muitos espaços, a realidade apresenta um cenário diferente, porquanto os homens quase sempre estão em superioridade, a exemplo disso, o mercado de trabalho ainda é um espaço de homens, ainda que as mulheres tenham se qualificado mais, pois a ideologia patriarcal ainda exerce supremacia. A despeito disso, em março do ano de 2016, foi lançada a nota técnica: Mulheres e Trabalhos: breve análise do período entre 2004-2014, a qual mostra ainda os homens em evidência no mercado de trabalho. Esse estudo aponta que homens brancos ou negros continuam em maioria no mercado de trabalho, com taxa de 80%, enquanto as mulheres, brancas e negras, representam

60% de ocupação nos postos de trabalho. Ainda mostra que, apesar de se ter evoluído desde a última pesquisa, elas ainda continuam com menores salários, mesmo tendo buscado melhor qualificação; assim, o mundo do trabalho segue assinalado por importantes disparidades de gênero e de raça<sup>96</sup>.

Nos anos posteriores, já na década de 80, as discussões sobre a mulher e a dominação masculina se intensificaram, mesmo ainda sendo vistos como polêmicos na sociedade. Apesar disso, os núcleos de gênero surgiram no final dessa década, sendo ampliados nos anos 90 como Organizações Não Governamentais (ONGs) e o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CEFEMEA), o que orientou a produção acadêmica e aumentou as discussões no cenário político. A esse respeito, os periódicos Estudos Feministas, criados no ano de 1991, e Estudos Pagu, com sua primeira publicação no ano de 1992, muito contribuíram e ainda contribuem para as discussões em torno da temática.

Os movimentos feministas originaram frutos positivos para a saúde das mulheres na década posterior. Um deles foi o PAISM (Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher), fundado no ano de 1983, incluindo as primeiras ações relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos na política de atenção à saúde das mulheres no Brasil<sup>97</sup>.

Entretanto, essa iniciativa não significou, na época, mudanças expressivas na atenção à mulher em situação de violência, pois somente na década de 1990, foram tomadas medidas mais efetivas, como a criação de serviços de atenção à violência sexual para a prevenção e profilaxia de doenças sexualmente transmissíveis, de gravidez indesejada e para a realização de aborto legal quando necessário<sup>10</sup>.

Os marcos referenciais ganharam expansão a partir do ano de 2003, com a criação da Lei 10.778, de 24/11/2003— obrigando os serviços a notificarem a violência contra a mulher em serviços de saúde pública e privada— regulamentada através do decreto Lei 5.009, de 03/06/2004. Ainda nesse mesmo ano, a portaria MS/GM nº 2.406, de 05/11/2004, de Notificação Compulsória de Violência contra a mulher foi regulamentada, sendo implantada no Sistema Nacional de Notificação (SINAN-SAUDE) através da publicação da portaria MS nº 104/2011<sup>98,99,100</sup>.

Outro marco resultante dos movimentos feministas foi a implantação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMS), as quais objetivam que a violência contra a mulher seja reconhecida como um crime e implicam que é de responsabilização do Estado no que diz respeito à implementação de políticas que possibilitem combater esse tipo de violência<sup>101</sup>.

Porém, um dos marcos históricos no combate à violência doméstica foi a partir do ano de 2006, quando foi criada a Lei n.11.340, conhecida como “Lei Maria da Penha”. Ela surgiu para combater a violência doméstica, trazendo apoio para os casos de crimes cometidos às mulheres<sup>91</sup>. Trouxe também a possibilidade de instaurar medidas mais rigorosas em relação aos agressores, não havendo mais a possibilidade de julgamento das violências de gênero, como crimes de menor potencial ofensivo e as punições corresponderem a cestas básicas ou serviços comunitários, como previa a Lei 9099/5.

Em estudo realizado por Meneghel et al<sup>102</sup> sobre a Lei Maria da Penha e suas repercussões na violência de gênero, foi possível constatar que houve modificação no número e na gravidade das denúncias, assegurando que a Lei abriu a possibilidade de resolução de casos de agressão a uma grande quantidade de mulheres agredidas. Esse fato colaborou para somar a demanda de todas as instituições que fazem parte da rede, notadamente as do domínio jurídico e policial, e que têm se defrontado com um número maior de processos. Assim, continuam afirmando que a Lei se solidificou; através dela a violência contra a mulher foi positivada e colocada em pauta como um direito humano fundamental.

Em outro estudo, realizado por Soares et al<sup>103</sup>, com mulheres vítimas de violência, na delegacia da mulher, na cidade de Campina Grande – PB, foi evidenciado que algumas delas acreditam na eficácia da lei e confirmam os achados no estudo supracitado. No entanto, outras relatam a morosidade da resolução de alguns casos, o que acaba por inibir as mulheres de procurarem o serviço para atendimento.

Já um estudo realizado em Porto Alegre, por Alves, Oliveira e Maffaccioli<sup>104</sup>, revelou que houve um alcance da Lei no aumento da visibilidade aferida ao feito da agressão doméstica e ao problema da diferença de poder de gênero entre homens e mulheres. Também foram constatados avanços no que diz respeito à autonomia da polícia, que passou a agir de forma mais rápida e ativa no amparo a essas mulheres.

Em uma pesquisa documental feita a partir dos dados do Sistema de Informação de Mortalidade, em Rio Branco, no Acre, verificou-se que a incidência de óbitos das vítimas por agressão/ homicídios, no período de 2002 a 2010, apresentou uma continuação de resultados inicialmente decrescente, sendo que, no ano 2006 (implantação da Lei Maria da Penha), esse número aumentou, acompanhado de um decréscimo nos dois anos seguintes, demonstrando indicação de acréscimo a partir de 2009<sup>105</sup>.

Outro grande passo no enfrentamento desse tipo de crime foi a recente promulgação da Lei 13.104/15, que alterou o art. 121 do CP, para nele incluir o “feminicídio”, entendido como um crime baseado no gênero, ou seja, a morte de mulher em razão da condição do sexo

feminino, em conjuntura, assinalado por relação de poder e sujeição, praticada por homem ou mulher sobre mulher em situação de vulnerabilidade<sup>36</sup>.

O termo “feminicídio” foi citado pela primeira vez no início do século XIX, em uma revista inglesa, por Diana Russell y Jill Radford, para descrever o assassinato de mulheres. Depois disso, esse termo passou a ser relacionado a assassinatos de mulheres por homens, tendo como pano de fundo a questão de gênero. Assim, quando se trata de feminicídio, sempre há questão de gênero entrelaçada<sup>106</sup>.

Outro estudo realizado por Molinatti e Acosta<sup>107</sup>, no sistema de informação de mortalidade do Brasil, Chile, Colômbia e México, analisou a mortalidade de mulheres por agressão entre os anos de 2001 a 2011. Esse estudo evidenciou que os países que mais apresentaram casos foram Brasil e Colômbia, e também que a América Latina registra a segunda taxa mais alta de mortalidade contra mulheres no mundo.

A violência doméstica tem como cenário o lar e, assim, é tratada como consequência das relações parentais, transformando-se em intolerância, abusos e opressão. Também denominada de intrafamiliar, esse tipo de violência se manifesta principalmente contra mulheres, crianças e idosos, pois é mais susceptível ao domínio e controle do pai, marido, provedor<sup>108</sup>.

Para Cassab<sup>109</sup>, a violência doméstica ou familiar é uma das primeiras formas de agressão e a mais antiga, geralmente realizada por pessoas de laços consanguíneos ou afetivos e nela ficam, na maioria das vezes, implícitas as relações de poder que o homem tem sobre a mulher, criança, idoso ou qualquer um que dependa dele.

Madureira et al<sup>110</sup>, apontam para algumas características importantes sobre como re(conhecer) um agressor a partir de seu histórico, tais como: atitudes violentas com idosos, animais, ex-companheiras, atitudes ciumentas e controladoras que impedem a liberdade da mulher, impedindo-a de ter controle sobre suas vontades.

É sabido por alguns autores<sup>111,112,113</sup> que mulheres com baixa escolaridade e renda baixa estão em maior exposição para a violência. Dessa maneira, Oliveira e Fonseca (2014) apontam sobre a importância da autonomia, para libertarem-se das amarras que as prendem no ciclo da violência.

A psicóloga americana Lenore Walker<sup>114</sup> foi quem primeiro apresentou um modelo para apresentar a dinâmica da violência doméstica, pois, quase sempre, se manifesta de forma cíclica, caracterizada em três episódios: tensão, violência aguda ou explosão e reconciliação.

A primeira fase caracteriza-se por episódios de agressões psicológicas; abuso verbal, intimidação; culpa e ameaças também marcam essa fase. O sentimento de medo é o mais

manifestado pela mulher, a qual, por medo da evolução, tenta acalmar o agressor. A segunda fase é denominada de explosão ou violência aguda, caracterizada especialmente pela violência física, que é considerada o ápice; e a terceira é a reconciliação, também chamada de lua de mel, e é marcada pelo arrependimento masculino, fase em que o homem passa a demonstrar carinho, paixão e promessas na melhoria da relação<sup>38</sup>.

Esse ciclo caracteriza-se como espiral ascendente, no qual o medo e a insegurança acompanham a mulher agredida em todas as fases. Segundo Meneguel<sup>38</sup>, as mesmas permanecem, não por esperar que o companheiro mude, mas por causa das consequências futuras, e, então, optam por permanecer.

Dessa maneira, muitas mulheres tornam-se invisíveis socialmente, pois as relações de dependência e ameaças são silenciadas pelas desigualdades de gênero, fato esse prolongado por muito tempo ou até a decisão da mulher em romper o ciclo em uma de suas fases<sup>115</sup>.



*Flor Coroa de Cristo*

# *Trajectoria Metodológica*

### **3.1 A História oral como método para construir histórias de vida de mulheres que desejam romper o ciclo de violência**

A opção pelo método da História Oral para amparar esta pesquisa trouxe a possibilidade de conhecer e resgatar histórias de mulheres marcadas pela violência, que buscavam romper esse ciclo e superar suas dores.

A História Oral começou a ser utilizada nos Estados Unidos da América, na Europa e no México, na década de 1950. Grele<sup>116</sup> assinala que a mesma surgiu em bibliotecas e arquivos nos Estados Unidos como forma de preencher lacunas de fatos escritos.

No Brasil, o uso dessa metodologia aconteceu com maior efetividade no fim do regime militar, com o desdobramento das lutas por liberdade de imprensa e pelos direitos plenos do cidadão, que aconteceram na década de 1970. Precisamente em 1975, surgiram as primeiras experiências sistemáticas no campo da história oral, em que pesquisadores norte-americanos e mexicanos forneceram cursos sobre o tema; dessa maneira, novos adeptos da história oral foram se inserindo de forma gradual<sup>117</sup>.

A História Oral esteve voltada, principalmente no Brasil, para grupos excluídos, se preocupando em lhes dar oportunidade de livre expressão, de serem vistos e ouvidos<sup>117</sup>.

A história oral permite que múltiplos discursos singulares se unam criando uma nova versão da história. “Memória, imaginação e representação são bases que sustentam qualquer narrativa sobre o passado e o presente”<sup>118:53</sup>. Assim, as mulheres protagonistas de suas histórias puderam manter uma conexão com a memória e a sua história ao narrar o conjunto de experiências de suas vidas. Para isso, foi necessário que a pesquisadora pudesse ofertar um espaço para que essas mulheres pudessem contar suas vivências de acordo com suas vontades e condições.

Esse estudo segue os pressupostos indicados pelo historiador José Carlos Sebe Bom Meihy<sup>118</sup> que divide a história oral em modalidades distintas: Tradição Oral, História Oral Temática, História Oral Testemunhal e História Oral de Vida. Todas essas tomam por base o depoimento gravado, dependendo, então, de entrevistas com pessoas que possam dar seu depoimento de maneira voluntária independente de benefícios<sup>119</sup>.

Na tradição oral, o cotidiano é descrito e não se limita apenas às entrevistas. O pesquisador passa a viver junto ao grupo, estabelecendo condições de apreensão dos elementos importantes para traduzir melhor o universo que envolve o contexto estudado; desse modo, requer participação constante do pesquisador e observações intensas sobre o

fenômeno estudado. Trata-se de um estudo muito próximo da etnografia, que busca delinear os hábitos de um grupo, mitos, rituais e visão de mundo, proporcionando evidência à história e a estágios sociais de comunidades específicas<sup>120</sup>.

Na história oral temática, o entrevistador é o condutor das perguntas que devem levar ao esclarecimento do tema proposto. Ou seja, é necessário um tema específico definido como foco central; o pesquisador pode interferir sobre o tema e instigar as perguntas durante a entrevista e, dessa maneira, um questionário é fundamental nesse tipo de história oral para melhoria dos detalhes procurados<sup>119</sup>.

A história oral testemunhal torna-se relevante em situações extremas como tragédias, exílios, catástrofes; nesse tipo, é necessário observar circunstâncias em que o colaborador envolvido participou de forma traumática, como vítima, de alguma circunstância marcante<sup>119</sup>.

Já a história oral de vida “trata-se da narrativa do conjunto da experiência de vida de uma pessoa”<sup>119:147</sup>. Permite que a narradora seja soberana para expor ou resguardar relatos orais de suas vivências; contudo, a verdade nessa linha da história oral depende de quem conta sua história. Nesse tipo de história oral as perguntas de corte devem ser amplas, em que o pesquisador escuta e registra os acontecimentos relatados. Assim, um dos recursos utilizados para captação das narrativas é a chamada “linha do tempo”<sup>119:148</sup>, como uma organização cronológica dos fatos vivenciados pela colaboradora durante sua história de vida.

Dessa maneira, para desenvolvimento deste estudo, optei pela História Oral de Vida como método científico, como uma abertura de valorização das histórias vividas pelas colaboradoras, histórias estas que se mantêm vivas no presente, por entenderem que, ao longo da sua trajetória de vida, as mulheres têm experiências importantes de superação<sup>121</sup>.

### **3.2 Contextualizando o cenário da pesquisa e a inserção no campo**

Na história oral é necessário definir: tema, justificativa, definição da comunidade de destino, colônia, formação de redes, entrevista, transcrição, textualização, transcrição, conferência e arquivamento do material produzido.

A comunidade de destino selecionada foi o Centro de Referência de Atendimento à Mulher, na cidade de Campina Grande-PB, pois, nesse local, as mulheres buscam apoio de profissionais na tentativa de romper com o ciclo da violência. Assim, se torna relevante descrever alguns pontos históricos sobre o desenvolvimento de ações e políticas públicas voltadas para o combate à violência contra a mulher nesse município.

No ano de 2003, a cidade contava com a Gerência Institucional da Mulher, que era vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social. Esse serviço tinha como objetivos: acompanhar, gerenciar e desenvolver ações voltadas às mulheres. Isso acabou por gerar a criação de um abrigo denominado Casa da Mulher, que foi um serviço pioneiro no estado da Paraíba, voltado para o amparo à mulher vítima de violência.

Em 2009, houve a criação da Comissão Pró-Políticas para Mulheres, que ampliou as ações voltadas para esse público. Ainda nesse mesmo ano, a gestão municipal assinou o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à violência contra as mulheres. Essas ações foram fundamentais para a construção do Centro de Referência de Atendimento à mulher.

Esse serviço está vinculado à Coordenação Especial de Políticas Públicas para Mulheres, e recebeu o nome de “Professora Ana Luiza Mendes Leite” em homenagem à professora morta em 25 de junho de 2009, vítima de violência doméstica. Atualmente esse centro serve como porta de entrada para mulheres que passam por situações de violência; por meio de ações globais e atendimento interdisciplinar, visa à ruptura do ciclo de violência e à promoção da cidadania. O local está aberto de segunda a sexta, das 8:00 às 18:00 horas e dispõe de atendimento psicológico, social e jurídico, além de fornecer espaço adequado para acolher os filhos das mulheres que buscam ajuda.

Sendo assim, inicialmente foi realizada uma visita a esse Centro de Referência, para conhecer a comunidade de destino e os serviços por ele ofertados. Fui recebida pela coordenadora, que é advogada; me apresentei, expliquei os objetivos da pesquisa e ela autorizou a realização da mesma; em seguida me encaminhou para a psicóloga do centro, por acreditar ser a pessoa mais indicada para minha busca (mulheres que estavam em busca de romper o ciclo da violência).

A psicóloga informou que faz atendimento individual às mulheres que procuram o serviço e que já vivenciaram ou se encontram em situação de violência. A mesma atende mensalmente cerca de 60 mulheres e, ao revisar seu livro de registros, encontrou treze que estavam tentando buscar saídas do ciclo da violência. Após esse momento, e em posse da autorização institucional do centro de referência, encaminhei o projeto ao comitê de ética, obtendo parecer favorável em dezembro de 2015. De pronto, a psicóloga entrou em contato por telefone com algumas delas para avisar que eu as procuraria para uma pesquisa e que havia sido encaminhada por ela; assim, me forneceu os contatos telefônicos e endereços das mesmas.

No mesmo dia entrei em contato por telefone com algumas das mulheres; não consegui contato telefônico com uma delas, procurei-a no endereço que me foi fornecido e

não consegui encontrá-la, pois não morava mais naquele lugar. Quatro delas me informaram, ainda por telefone, que não tinham interesse em reviver “aquela história” e outras que não tinham tempo de participar.

E, assim, foi formada a colônia e a rede. A definição da **colônia** se dá por padrões gerais da comunidade de destino, isto é, se configura como uma parcela desta. A colônia permite um melhor entendimento dos fenômenos coletivos<sup>120</sup>. A colônia neste estudo se deu a partir das mulheres que estavam em busca de romper com o ciclo da violência e que foram atendidas por alguns dos serviços ofertados no centro de referência, que são: atendimento psicológico, jurídico, encaminhamento para outros órgãos sociais de amparo e defesa.

A **rede** expressa a menor porção da colônia, representada pelas mulheres entrevistadas. Meihy e Holanda<sup>120</sup> mencionam que a rede é uma subdivisão da colônia, admitindo aproximar características mais peculiares da fração a ser analisada. Desse modo, a rede foi formada por cinco mulheres maiores de 18 anos, que quiseram voluntariamente participar da pesquisa e que têm em suas trajetórias de vida relatos de violência doméstica. Ter estado no centro de referência à mulher em busca de atendimento/acompanhamento para sair do ciclo de violência, estar disposta a contribuir com a referida pesquisa e não conviver com o(a) agressor(a)são algumas das características das colaboradoras desta pesquisa.

Na História Oral, essas participantes são chamadas de colaboradoras, pois elas são consideradas protagonistas da pesquisa. Todas as colaboradoras deste estudo são do sertão paraibano e nos seus discursos apresentaram como características marcantes a força e a determinação, mesmo diante de condições poucos favoráveis. Dessa maneira, a partir do momento em que as mesmas me deram a incumbência de nominá-las neste trabalho, percebeu-se a semelhança das características de sobrevivência de mulheres com as flores; assim, como forma de preservar suas identidades, foram nomeadas de: **Flor de Mandacaru, Flor de Macambira, Flor de Palma, Coroa-de-cristo e Flor de Cacto**, todas são flores que sobrevivem às condições mais adversas da caatinga nordestina. Essas flores nascem no sertão nordestino e são adaptadas às condições do clima semiárido predominante; muitas delas apresentam espinhos para se protegerem e raízes profundas e encontram na terra a umidade para sobrevivência<sup>122</sup>.

Para ilustrar as mulheres/flores, convidei a artista plástica e enfermeira Geane Silva para pintar em tela cada colaboradora que demarca a apresentação de cada capítulo da tese. Ainda, a apresentação das características de cada colaboradora foi feita a partir da literatura de cordel em sextilha, com versos heptassílabos abertos, com rimas no estilo “XAXAXA”, conforme nomenclatura sugerida pela Academia Brasileira de Literatura de Cordel. O cordel é

uma expressão literária muito marcante na região nordeste e passou a ser um veículo de comunicação pela riqueza nos detalhes de universalizar o romance, canção popular, a sátira e a crítica, sendo assim retratadas as relações sociais<sup>123</sup>.

### 3.3 Técnica utilizada para produção do material empírico e instrumentos

Todo o processo de entrevista foi norteado por três etapas: a *pré-entrevista*, a *entrevista propriamente dita* e a *pós-entrevista*, para construção do *corpus* documental. Em posse dos nomes e contatos das colaboradoras, visitei-as em suas casas e locais de trabalho de acordo com a conveniência de cada uma para uma maior aproximação com elas; após esse momento, foram convidadas para participar de um encontro de acolhimento e formação de vínculos para uma relação de proximidade e confiança.

Como estava iniciando uma aproximação com as colaboradoras, preparei um momento de acolhimento para conhecê-las e apresentar os objetivos do estudo, explicar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e agendar as entrevistas no local de sua preferência.

**O primeiro** encontro seguiu um roteiro de realização que recebeu como tema: Acolhimento e criação de vínculos, que foi organizado da seguinte forma: Acolhimento do grupo com a dinâmica da origem do nome, em que foi realizada a apresentação das coordenadoras e das participantes; Apresentação dos objetivos da pesquisa; Pactuação com o grupo a respeito do horário de uso de aparelhos telefônicos e sigilo; Esclarecimento do projeto e leitura do TCLE; Agradecimento; Agendamento das entrevistas; Apreciação do dia.

O encontro foi agendado na faculdade onde sou professora, por conhecer o espaço e o mesmo ter conforto para recebê-las. Comprometi-me a buscá-las e, ao final da atividade, a levá-las a suas residências ou local de trabalho. Esse encontro foi realizado no laboratório de postura, que é uma sala ampla, clara, bem arejada e iluminada, com colchonetes e bolas suíças.

A sala foi previamente preparada para receber as colaboradoras do estudo, decorada com a cor violeta, que representa a espiritualidade, foram utilizadas flores naturais e aromatizado o ambiente com essência floral. As músicas escolhidas para esse momento de cuidado foram: “Mulher” (anexo) da cantora Elba Ramalho, que embalou o cuidado realizado com as mesmas com toques e massagens suavizantes; e, para finalizar, selecionou-se “desconstruindo Amélia”, da cantora e compositora Pitty (anexo), música que invoca a força da mulher e apresenta afinidade com a proposta do estudo.

Figura 01: Organização do Ambiente para o encontro de acolhimento e formação de vínculos



Fonte: Arquivo da Pesquisadora, 2017.

Para a realização, contei com a colaboração de duas enfermeiras com experiência em vivência do cuidado, além de duas alunas para anotações e organização dos aparelhos multimídias e para organização do lanche que fora oferecido na tentativa de fortalecer vínculos acerca da importância de uma confraternização.

Apresentamo-nos, mostrei os objetivos da pesquisa, procurei deixar clara a importância do sigilo e da confidencialidade. E, desse modo, a vivência teve início com uma massagem corporal. Foi perguntado se alguém tinha restrição de toque em alguma parte do corpo. A maioria falou que não gostaria que tocassem os seus pés e assim foi respeitada a sua vontade. Assim, a massagem foi conduzida pelas enfermeiras por aproximadamente dez minutos. Observou-se relaxamento e entrega durante toda a técnica.

Figura 02: Momento da massagem corporal



Fonte: Arquivo da Pesquisadora, 2017.

Na sala havia um mural construído para que elas pudessem relatar como tinha sido sua infância, o qual denominamos de linha do tempo; foi solicitado que as mesmas, através da escrita, pintura ou colagem com revistas que foram disponibilizadas, relatassem o que podiam lembrar desde seu nascimento, infância, adolescência, vida adulta até aquele dia.

Figura 03: Organização do Painel “linha do tempo”



Fonte: Arquivo da Pesquisadora, 2017.

Depois da construção do painel, foram convidadas ao lanche, para, após esse momento de confraternização, falarem sobre o que tinham construído. Tudo foi gravado para, após autorização prévia das colaboradoras, ser usado como material de apoio a suas entrevistas individuais. Esse foi um momento de emoções e que surpreendeu, pois elas de fato relataram

toda sua trajetória. Somente uma delas iniciou a fala já pelo momento em que foi violentada pela primeira vez, as demais construíram uma história cronológica desde a infância.

Após esse momento, foi feito o agradecimento pela participação e marcamos as entrevistas individuais.

No **segundo** encontro foram realizadas as entrevistas individuais. Além do material produzido no encontro de cuidado, utilizou-se a técnica de entrevista, a qual, segundo Bom Meiry<sup>118</sup>, deve ser guiada por perguntas de *corte*, definidas como questões que perpassam todas as entrevistas e devem relacionar-se com a comunidade de destino constituintes da identidade do grupo analisado. Todas as entrevistas foram gravadas por meio do sistema de gravação *MP4*, com autorização prévia das participantes.

As **entrevistas** foram realizadas em local escolhido pelas colaboradoras, quatro delas escolheram o local onde foi realizado o acolhimento e uma delas escolheu que fosse em sua casa; foi feito o agendamento das entrevistas, as quais tiveram início com os dados de identificação da colaboradora, local e horário, seguidas das seguintes perguntas de corte:

1. Me conte a sua história de vida como mulher que vivenciou violência doméstica.
2. O que você sabe de sua história de nascimento?
3. Você se lembra da sua infância? Como foi ser criança?
4. Em que momento de sua vida você se sentiu violentada pela primeira vez?
5. Como foi para você decidir buscar ajuda? De onde partiu a decisão?
6. Que estratégias você utilizou para sair do ciclo da violência?

Segundo Bom Meiry<sup>118</sup>, as perguntas devem ser divididas em grandes blocos e, sempre que a colaboradora for falar, o pesquisador deve tentar estimulá-la e não confrontá-la. Após a entrevista, as mesmas foram informadas de que seus depoimentos passariam por um processo de transcrição e que isso poderia demorar certo tempo até o próximo encontro.

Na sequência, o material empírico foi cuidadosamente trabalhado conforme as etapas do processo de História Oral<sup>118</sup>.

Assim, foi feita a *transcrição*, que é a fase de passagem da gravação oral para o texto escrito, ou seja, o texto bruto foi fielmente posto na versão escrita, com erros, expressões, lapsos, repetições e incompreensões, contendo inclusive as perguntas do entrevistador<sup>124</sup>; nesse momento contei com a ajuda de duas alunas, por tratar-se de muito material proveniente do momento de acolhimento e das entrevistas individuais.

Na *textualização* foram feitas a retirada das perguntas e a definição de palavras-chave para mostrar a ênfase dada em algumas situações. Nessa etapa, a narrativa das colaboradoras ganhou uma reorganização para se tornar mais clara. Foram realizadas repetidas leituras do

material e criado o Tom vital, que é uma frase a ser alocada na introdução da História de Vida, por representar um resumo da narrativa e expressar a história contada.

Assim, se fez a *transcrição*, que se baseia no testemunho de modo mais amplo, realizando intervenções, removendo ou adicionando palavras, realizando a interferência da pesquisadora, usando todo material produzido nas entrevistas e no caderno de campo para que o leitor compreenda a história contada com maior clareza e sentido.

Assim, com o corpus documental pronto seguiu-se para fase de **pós-entrevista** que foi agendada com cada colaboradora para que as mesmas pudessem legitimar o material de sua entrevista, fazendo os acréscimos ou retirada do que achasse importante; nesse momento as mesmas assinaram a carta de cessão (APÊNDICE B), cedendo os direitos da entrevista transcrita, textualizada, transcrita e conferida para que pudesse ser usada integralmente ou em partes, posteriormente e, assim, cada uma recebeu uma cópia da sua entrevista. Essa fase da história oral é chamada de *conferência*, realizada pelas colaboradoras. Esse é um momento no qual é garantida a confiabilidade da pesquisa, pois garante o protagonismo das colaboradoras<sup>125</sup>.

### 3.4 Análise e discussão do material empírico

A discussão do material empírico foi guiada pelo tom vital da história de vida de cada uma das colaboradoras e pela identificação das unidades temáticas de maior significação das experiências vividas por cada uma das colaboradoras, precedida por leituras exaustivas, iluminadas pelos autores que compõem a literatura pertinente, na busca de compreender o universo que tange o relato das mulheres, no contexto temporal.

É importante apontar que, durante todas as etapas metodológicas propostas, a pesquisadora buscou expandir o seu próprio ponto de vista, sendo consciente das múltiplas realidades apresentadas, considerando suas relações, mediante reflexão e análise dos mesmos, para chegar a uma maior compreensão das histórias de vida reveladas.

Na história oral, como se trabalha com depoimentos subjetivos, “é necessário se olhar para a entrevista como um texto”<sup>116:84</sup>, procurando fazer leituras e entendendo o que o contexto pode trazer, e assim foi feito desde o início.

A análise do material empírico foi realizada com base na técnica de análise de conteúdo, na perspectiva da análise temática proposta por Laurence Bardin<sup>126</sup>, apontando para os núcleos de sentido e propiciando uma comunicação significativa ao alcance dos objetivos propostos. Sua operacionalização ocorreu em três etapas, entre estas:

1 – A pré-análise consistiu na leitura flutuante do material empírico inerente às entrevistas. Foram realizadas sucessivas leituras desse conteúdo, as quais possibilitaram a codificação dos dados, com base no recorte do texto para identificação das unidades de registro; nessa fase foram identificados **os tons vitais** e os recortes das falas para análise.

2 – Na sequência foi realizada a exploração do material, os dados foram classificados e agregados, estabelecendo-se os temas e, posteriormente, os eixos temáticos<sup>127</sup>;

3 – Tratamento dos resultados e interpretações: Nessa fase foi criada articulação entre os significados e o referencial teórico respondendo às questões de corte;

Após se trabalhar o corpus documental, emergiram os seguintes eixos temáticos e subeixo temático:

Eixo temático I: Trajetória de vida de mulheres sertanejas que vivenciam violência doméstica; Subeixo temático I – O desabrochar das flores entre os espinhos; Eixo temático II – O rompimento do ciclo da violência doméstica: Enfrentamentos e superações e Eixo temático III – Flores Machucadas: Marcas que ficaram da violência doméstica.

Na história oral é necessário apresentar cada colaboradora individualmente; assim, no próximo capítulo, elas serão apresentadas em forma de cordel e, logo em seguida, o tom vital com suas narrativas transcritas.

### **3.5 Considerações éticas**

Para execução dessa proposta, a mesma recebeu autorização prévia do Centro de referência à mulher da cidade de Campina Grande – PB, BRASIL, e então submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde (CCS/UFPB), da Universidade Federal da Paraíba, e só teve início após anuência desse órgão, sob protocolo de número: 50968615.5.0000.5188. Todas as etapas metodológicas foram norteadas pelas observâncias éticas contempladas nas Diretrizes e Normas Regulamentadoras da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, estabelecidas pela Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, especialmente no que se refere ao consentimento livre e esclarecido e à carta de cessão dos participantes, respeitando o princípio da autonomia, anonimato e confidencialidade dos dados, com o objetivo de assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, às participantes da pesquisa e ao Estado.



*Flor Macambira*

## *Resultados e Discussão*

#### 4.1 Caracterização das Colaboradoras

Todas as colaboradoras são naturais de cidades interioranas do nordeste brasileiro, residindo atualmente no município de Campina Grande, Paraíba, Brasil. As colaboradoras têm idades entre 21 e 52 anos e não convivem mais com os companheiros que as agrediram e somente uma vive em outro relacionamento. As demais ainda não se sentem prontas para experimentar novas possibilidades de relação.

Quando se observa a idade das colaboradoras neste estudo, constata-se que, quanto maior a idade, mais tempo as mesmas passaram convivendo com o agressor; o tempo de agressão praticado pelo ex-marido/companheiro —relatado pelas colaboradoras — foi de 3 a 26 anos. A iniciativa de libertação dessas mulheres pode estar relacionada à luta por emancipação das mulheres desde o movimento feminista e pode ter influenciado na busca por mudanças, do ser dominada para busca de sua liberdade<sup>128</sup>.

Por muito tempo a violência doméstica foi distinguida e tinha domínio privativo do casal, pois os mesmos, homens e mulheres, acreditavam que o homem tinha poder sobre a mulher e que a violência poderia acontecer de forma natural, acreditando-se muitas vezes se tratarem de excessos ditos “normais” entre os casais e que se poderia resolver entre eles. Foi somente a partir dos anos 1980 que esse tipo de violência passou a ser visto como questão de cunho social e de saúde, passando a ser intercedido também pelo estado mediante políticas públicas<sup>129</sup>.

Três das participantes voltaram a estudar, mesmo em desacordo com o companheiro, em busca de romper com o ciclo da violência. Outras duas já estudavam e, provavelmente, foi um dos fatores que as impulsionaram a romper com o ciclo, pois está na educação uma das maneiras de a mulher se empoderar culturalmente, habilitando-se para transformações físicas e emocionais/espirituais, por ser a educação a base concreta para o desenvolvimento social<sup>130</sup>.

Quadro 01: Caracterização das colaboradoras do estudo.

| IDENTIFICAÇÃO               | IDADE | ETNIA  | OCUPAÇÃO             | SITUAÇÃO CONJUGAL | AGRESSOR       | TEMPO DE AGRESSÃO |
|-----------------------------|-------|--------|----------------------|-------------------|----------------|-------------------|
| <b>Flor Coroa-de-Cristo</b> | 52    | Branca | Psicóloga            | Separada          | Ex marido      | 26 anos           |
| <b>Flor de Palma</b>        | 47    | Branca | Estudante            | Divorciada        | Ex companheiro | 8 anos            |
| <b>Flor de Cacto</b>        | 42    | Parda  | Professora de Letras | Solteria          | Ex-companheiro | 3 anos            |
| <b>Flor de Macambira</b>    | 35    | Parda  | Enfermeira           | Casada            | Ex-companheiro | 3 anos            |
| <b>Flor de Mandacaru</b>    | 21    | Parda  | Estudante            | Solteira          | Ex-Companheiro | 3 anos            |

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

## FLOR DE MANDACARU

A Flor de Mandacaru  
Em Pocinhos que nasceu  
Desde cedo foi guerreira  
Lutou pela vida, venceu  
Hoje, em seus 21 anos,  
Muita coisa já aconteceu.

Primeiro beijo aos 15  
No primeiro namorado  
O amor deles foi crescendo  
Foram viver lado a lado  
As famílias se davam bem  
Mas isso, só no passado.

Aos 17 engravidou  
Mesmo sem planejamento  
Então houve uma mudança  
Nesse relacionamento  
As agressões começaram  
Machucando o casamento.

O marido só mudando...  
Em público, menosprezava  
Hostilidade, beliscão  
E até mesmo empurrava  
Nem parecia que a Flor  
Era a mulher que ele amava.

Depois que o filho nasceu  
Agressões continuavam  
Murros, chutes, empurrões  
Cada dia pioravam  
Famíliares não sabiam  
Por isso, não apoiavam.

Mandacaru foi em frente  
Com sua garra e coragem  
Terminou o ensino médio  
Muito saber na bagagem  
Também concluiu seu curso  
De técnica de enfermagem.

Não aguentando esta vida  
Mergulhada em violência  
Decidiu se separar  
Ter a sua independência  
O marido, enfurecido  
Aumentou a violência.

No dia em que o marido  
Chegou quase a matar  
Enquanto a Flor, indefesa  
Só via o filho chorar  
Se esquivou, correu pra rua  
Por ajuda foi clamar.

Violentada, agredida  
Mandacaru se reergueu  
Contou pra sua família  
Todo apoio recebeu  
Prestou queixa na justiça  
Pra ela, o marido morreu.

As marcas da agressão  
O corpo cuidou em sarar  
A vida seguiu em frente  
Planos pra concretizar  
E as lembranças da violência  
O tempo é quem vai tratar.

**Tom vital: “O que faz uma mulher sair dessa situação é a sua própria força...”**

*Tenho 21 anos. Nasci em 15 de março de 1994, mas não era pra eu ter nascido nesse dia porque na verdade minha mãe tentou aborto de todas as formas possíveis quando estava com 6 meses de gestação. Ela usou essa medicação que se coloca na vagina, também tomou medicamentos, fez tudo que ela podia. Eu vejo como um sofrimento pra ela ter feito isso, pois para fazer ela realmente teve motivo. Ela sofreu muito, só que não conseguiu me abortar, eu venci! Apesar de me considerar negada por meus pais, eu me vejo resistente, porque apesar de tudo cheguei ao mundo com menos de 7 meses. Disseram que eu pesava 1,800gr e minha mãe sofreu muito comigo nos hospitais porque eu era muito pequena.*

*Eu até podia culpar meus pais, mas não faço isso não, porque apesar de tudo, depois que isso passou, eles foram muito bons para mim. Tenho recordações muito boas da minha infância, têm momentos ruins e bons que eu lembro de meu pai. Essa semana, o ventilador do nosso quarto (meu e de meu filho) quebrou e eu passei a noite toda abanando ele com uma almofada e lembrei que meu pai fazia isso quando a gente não tinha um ventilador, ele me abanava com papelão para que eu dormisse. Lembro também que ele trabalhava em dois empregos, no carro forte e de moto boy pra poder comprar meu leite que era caro (choro).*

*Minha infância foi difícil por conta da minha mãe, pela vida que ela teve... sempre com algum problema de saúde. E quando eu tinha mais ou menos uns 5 ou 6 anos de idade foi quando ela descobriu um câncer no colo do útero. Lembro de ver ela muito mal com a quimioterapia, foi muito difícil! Depois ela teve vários problemas e começou a fazer uso dos primeiros psicotrópicos: diazepam, o rivotril e todos esses outros... Teve um tempo que minha mãe chegou a usar 12 tipos de psicotrópicos e a gente sabe o quanto isso afeta uma pessoa. Então minha infância a partir de 7,8 anos foi cuidando dela, dando força! Ela teve depressão e, por vezes, ela tentou se matar. Eu e meu pai tentamos ajudá-la, mas foi muito difícil!*

*Então eu sempre me vi cuidando... Sei que eles também cuidaram de mim, mas eu cuidei mais do que fui cuidada, porque passei o resto da minha infância tentando dar conselho pra tentar tirar as coisas da cabeça dela e acho que tudo isso me fez muito precoce, tinha 9 anos, perto dos 10 quando menstruei.*

*Eu tinha muito medo de perdê-la, tinha pesadelos, foi muito problema de saúde. Eu me preocupava muito, me acordava a noite com ela chorando com algum problema. Eu acordava e ficava com ela, às vezes nem dormia, ficava deitada escutando ela, vendo se ela ia acordar, se ia precisar de alguma coisa, até que meu pai mandava eu dormir.*

*Na virada do ano de 2005 para 2006, quando eu estava com 11 anos, fui para uma cidade do interior com meus pais. Tinha uma festinha lá, eles estavam sentados em uma mesa e eu estava com umas amigas brincando em um tobogã do parque. De repente uma das minhas amigas perguntou: “Flor de Mandacaru, tu nunca deu um beijo num menino? Nós já demos! Vou te apresentar uma pessoa hoje para você dar teu primeiro beijo” e eu concordei. Me apresentaram a essa pessoa e eu dei o meu primeiro beijo. Foi apenas um beijo. Ele foi embora e eu também!*

*E é o homem que é o pai do meu filho, foi só um beijo e ele foi embora e eu também.*

*No outro dia ele foi me procurar para pedir para namorar comigo. Meus pais permitiram o namoro porque disseram que eu ia namorar escondido se eles não deixassem. No início eu nem sabia o nome dele direito e para aprender eu escrevi num papel e coloquei no bolso de uma saia que eu usava sempre. Como eu morava em Campina Grande e ele em Paraíso, ele vinha uma vez ao mês passar o domingo em minha casa. Três meses depois ele me deu de presente um urso, que coloquei o nome de Chico.*

*O tempo foi passando e em 2012 meus pais resolveram morar em Paraíso, porque minha mãe teve um AVC e ficou em cima da cama com sequelas graves e lá tinha meus avós e minhas tias para ajudar na recuperação dela. Nessa época eu só pensava em cuidar dela, então terminei o namoro com ele. Mas sempre ficava aquela história...porque nos gostávamos, então em 2013 a gente voltou! Continuamos namorando. Quando ele conseguiu o primeiro emprego ele começou a falar que íamos casar. A gente se gostava muito! Não chegamos a nos casar no civil, nem na igreja, mas passamos a morar juntos. Ganhamos uma casa do avô dele, compramos os móveis e fomos viver juntos.*

*Ele já havia arrumado o primeiro emprego e eu já estava no ensino médio, estava com 15 anos e para mim tudo aquilo fazia sentido. Para toda minha família também! Foi algo normal. Meu pai e minha mãe gostavam muito dele! Eles viam a gente como um casal, e eu sempre fui à frente da minha idade. Era madura com tudo isso que já tinha acontecido na minha família. Quando estávamos na casa da gente, eu vivia uma vida de mulher casada mesmo! Com um tempo passei a tomar anticoncepcional, mas tive que trocar várias vezes porque eu tenho problema no coração decorrente do nascimento. Toda vez que tomava os medicamentos do coração e o anticoncepcional sempre tinha inchaço e alterações. Isso foi um problema! E nessas trocas de anticoncepcionais acabei engravidando aos 17 anos! Seria mais uma gravidez que não foi planejada.*

*Contando isso hoje parece uma coisa tão distante...algo que nunca aconteceu! No tempo tudo fazia sentido, tudo se encaixava. Minha vó, minha família, meus pais, a família dele, todos se gostavam. Hoje eu conto isso não parece nem que foi comigo, não faz sentido.*

*Mas aí quando eu estava com 4 meses de gravidez ele começou a mudar. Até então ele era perfeito! Aceito por mim, por minha família. Pensávamos em ter um filho, não tínhamos planejado para aquele ano, mas queríamos um filho! Mas quando eu falava dos meus planos de terminar meu ensino médio, de tentar ir pra faculdade, ele começou a dizer: “Não! Você engravidou! Agora não é hora disso não. Você vai ficar em casa, vai cuidar do nosso filho. Você é minha e vamos começar a mudar as coisas do meu jeito!”. Ele começou a mudar realmente! Chegava tarde da noite e eu não achava bom, daí acabava que brigávamos e começavam as discussões.*

*Lembro quando eu estava com 5 meses de gestação, foi quando aconteceu a primeira agressão. Ele me empurrou, puxou meu cabelo no meio de uma discussão, e eu me calei. Não disse nada a ninguém! Ficou por isso. No final do ano fomos para confraternização do trabalho dele, chegando lá ele se desfez muito de mim, me tratava mal na frente das pessoas, me beliscava, me empurrava, me mandava sentar direito, mandava eu levantar, mandava eu não comer, e assim foi começando a me tratar mal. Eu estava ali do lado dele e já não era mais aquela mulher que ele amava. Ele não me tocava mais e não queria estar mais perto de mim. E foi só piorando...*

*Quando foi pra parir, eu estava com 8 meses. Meus pais tiveram comigo do meu lado e ele no dia sumiu! Ele saiu com os amigos pra jogar bola. Não ficou comigo no dia do nascimento do nosso filho. Foi quando meu pai e minha mãe começaram a me questionar o que é que estava acontecendo conosco, porque estávamos tão diferentes, porque não íamos mais na casa deles com a mesma frequência de antes. Eu ficava sem respostas, omitia, sempre arranjava uma desculpa, e foi só piorando...*

*Tive meu filho e fiquei o puerpério na casa da minha mãe. Depois voltei para minha casa, mas voltei para piorar. Queria criar bem o meu filho, dar educação a ele, mostrar as coisas certas... Mas com ele (marido) do lado não tinha como! Ele não se importava com a criança. E quando meu filho foi crescendo, completando um aninho, não podia assistir um desenho animado, porque ele desligava a televisão! Colocava jogo, colocava filme de luta e falava: “Quem manda na televisão da sala sou eu, não é menino não! Menino não vai mandar aqui em casa não!”. Se os brinquedos estivessem pela casa, ele saía chutando,*

mandava tirar. Quando o menino aprendeu a andar, começou a ficar em pé em frente à televisão, ele começou a dar tapa. Quando ele deu a primeira tapa em meu filho não aguentei... foi quando ele me jogou no chão me chutou, me chutou muito! Chutou minha barriga, chutou até eu desmaiar! Quando eu acordei, meu filho estava no chão chorando! Então peguei o celular e liguei pra tia dele que é enfermeira (chora) e disse: “Vem aqui que eu não estou conseguindo me levantar!”. E ela veio e aplicou uma injeção em mim. Nesse dia foi quando contei tudo que ele estava fazendo comigo e como ele tratava a mim e a meu filho. A família dele sempre soube que ele era muito agressivo, que ele era assim... que chutava, que dava murro, que empurrava... mas sempre escondi da minha família, mas foi só piorando.

Quando finalmente terminei o ensino médio, decidi fazer o curso técnico de enfermagem. Mas ele não apoiou e não queria, mas eu fui em frente! Consegui meu primeiro emprego numa empresa de telemarketing para pagar meu curso técnico e meu filho ficava com minha mãe um dia, com a mãe dele no outro. Quando terminei meu curso técnico, passei no vestibular e ele não queria que eu fizesse de jeito nenhum! Fiz a prova escondido. Ele não queria que eu me matriculasse. Mas fui com meu pai, fiz a matrícula! Meus pais pensavam que ele me apoiava, só que a situação só piorava.

Eu não sei nem como explicar como foi que tudo aconteceu! Só sei que ele me batia por qualquer coisa! Um dia eu estava na porta de casa e não vi que era ele que estava chegando do trabalho e entrei com meu filho pegando na mão (chora muito). Quando entrei, só escutei o estalar da porta... era ele entrando correndo... me chutou e eu caí no chão. Ele ficou batendo e eu disse: “porque você está batendo em mim?” Ele respondeu: “Porque você estava na porta de casa e entrou quando me viu! Estava fazendo o que na porta de casa que entrou quando me viu?”. Eu não tinha visto. Nem no celular eu podia pegar pra ver a hora que ele me batia. Eu não conseguia entender. Hoje me pergunto: porque eu vivia daquele jeito? E porque ficava com ele? Porque perdoava? Porque eu estava ali dentro? Não entendo... até hoje não entendo porque passei por isso na minha vida, por esse sofrimento. A gente sente como que tivesse morrido.

A cidade de Paraíso é muito pequena e as pessoas pensavam que eu vivia feliz com ele, ninguém nunca imaginou que ele fizesse aquilo comigo Minha vó e minha mãe achavam linda a família que eu tinha. Com toda dificuldade que eu já passei, meu pai nunca me deu um tapa...já meu marido me batia daquele jeito, por qualquer coisa! Uma vez estava dentro de casa e coloquei um DVD de Jorge e Mateus, ele chegou do trabalho mais cedo e eu estava em pé cantando e varrendo a casa e ele bateu em mim porque disse que se eu estava cantando e pensando em alguém é porque eu estava feliz. Era um bem me quer, mal me quer! Dizia que me amava e me batia.

Quando terminei o curso técnico e ingressei na faculdade, foi muita correria! Lembro que meu pai me deu um notebook e um dia eu estava pesquisando na internet e li que pessoas têm problemas mentais e que às vezes fazem coisas devido a algo que aquela pessoa passou. Ainda tentei conversar com ele sobre isso. Se ele tinha algum problema, o que estava acontecendo com ele... porque ele dizia que me amava, porque a gente tinha uma história junto e ele fez isso? Mas ele não me escutava! Ainda li alguns artigos, ainda expliquei algumas coisas... na hora ele ouvia, mas logo depois dizia que eu estava ficando doida. Ficava rindo, mandando eu esquecer aquilo e viver com ele e pronto! Ele dizia que eu o desrespeitava. Eu não sei o que eu fazia, eu nunca fiz nada.

Aos poucos fui abrindo os olhos para aquilo. Eu pensei: “Isso tudo está errado! Tenho que tomar uma decisão!” A cada agressão eu me ajoelhava e dizia: “Meu Deus, me tira daqui, me ajuda, me dá forças para contar para meus pais. Tenho certeza que eles vão me ajudar! Minha família pensa que eu vivo bem e eu não aguento mais esse sofrimento, esse fingimento”. Ele usava de tudo para que eu me exaltasse, que gritasse... usava a história da minha mãe... dizia que minha mãe era doida, que era cancerosa, era cheia de problemas.

*Falava dos meus avós, falava da minha família...ele falava para que eu brigasse, para ele poder bater em mim!*

*Quando eu disse a ele que ia me separar, comecei a falar sobre separação e ele começou a dizer que eu estava fazendo isso porque queria ir atrás de outra pessoa, porque eu queria viver uma vida sozinha, queria virar mulher ruim. Quando eu disse que ia me separar dele, ele piorou ainda mais as agressões. Tinha uma vizinha que escutava eu gritar e chorar quando ele me batia.*

*Na última vez, que foi em 18 de Janeiro de 2014, num sábado, ele chegou em casa bêbado, muito bêbado mesmo e eu arrumei as coisas e disse que estava indo embora, que não ia ficar ali e não ia apanhar. Eu tinha tirado a chave da porta com medo dele trancar e coloquei no meu bolso, deixei a porta só com o trinco. Ele disse que ia dormir e me chamou: “Venha aqui vamos conversar!”. Quando ele dizia isso, alguma coisa ele ia fazer para chegar à agressão.*

*Então ele começou a falar umas coisas que não tinha nada a ver. Começou a falar que eu estava muito saidinha porque estava estudando e também ainda estava trabalhando...e perguntava pra que tudo isso, se eu já tinha acabado o curso técnico? Porque eu não parava em casa? Porque eu não cuidava de meu filho, já que eu dizia amar tanto e não ficava em casa com ele. Então eu percebi que a partir daquela conversa ele ia começar a entrar em outros assuntos e ia me bater. Mas nesse dia eu disse: “Eu não vou mais conversar com você! Não tenho o que conversar com você, não tenho porque lhe dar mais explicação. Não vou deixar minha vida! Minha vida é essa! Vou estudar, vou ser alguém na vida e se você não quer ser, fica aí!”. Foi quando ele disse: “Você não vai a lugar nenhum! Ou você vai ficar aqui e desistir dessas histórias de querer ser alguém, de querer estudar e de querer num sei o que, ou eu vou lhe matar!”*

*Nesse dia ele começou a bater em mim mais ainda do que ele sempre bateu. Tentou me esganar, arrochou muito meu pescoço. Meu filho acordou, veio pra perto de mim e eu deitada no chão. Ele em cima de mim tentando arrochar meu pescoço, eu senti que ia desmaiar... Quando fechei o olho, só escutava meu filho chorando... Ele tinha ido na cozinha pegar uma faca! Quando ele foi pra cozinha que ele abriu a gaveta, eu corri! Me levantei não sei com que força, peguei meu filho no colo e saí correndo para o meio da rua. Quando saí já tinha umas pessoas na porta escutando meus gritos e essas pessoas já tinham ligado para polícia. Eles me apoiaram, me seguraram. Os policiais chegaram e aí meus pais ficaram sabendo. Ele ainda conseguiu entrar dentro do carro dele e fugiu. Não pegaram ele nesse dia. Depois me levaram para o hospital. Fiquei realmente muito machucada, com o olho roxo, toda cheia de hematomas no pescoço, no peito. Meus pais vieram assustados e foi complicado para eles... para acreditar, eles não entenderam nada! Pensaram que tinha sido algum bandido que tinha entrado dentro da minha casa.*

*Foi difícil para minha família acreditar. Eles quase que não acreditavam, se não fosse eu sentando e dizendo: “olha ele fazia assim, ele era assim, ele estava fazendo isso e ele dizia isso...”, eles não iam acreditar nunca! No outro dia fomos denunciar e fizeram BO (boletim de ocorrência).*

*Meu pai tentou ser forte e não fazer nada. Disse que estava na mão de Deus, que ele ia pagar... Mas um dia ele estava trabalhando no posto de gasolina e meu pai ia passando numa moto. Quando meu pai viu, tentou atropelá-lo. Ainda brigaram e os homens que estavam por perto separaram. Depois disso, muitas pessoas quando souberam o que aconteceu e o que ele fez comigo, foram até meu pai oferecer arma, oferecer pessoas que pudessem matar. Mas graças a Deus, minha mãe conseguiu tirar isso da cabeça do meu pai e procuramos a justiça! No entanto, o processo é muito lento e muito desgastante.*

*Olhe, tudo que vale para uma mulher sair desse tipo de situação é a decisão dela porque realmente a justiça não ajuda não. Assim, ajuda a gente a fazer o que é realmente*

*certo. Mas me senti muito injustiçada, porque eu fui, fiz tudo que tinha que ser feito para ter a coragem pra seguir em frente. Só a gente é que sabe (voltou a chorar). Mas chegou lá e não deu em nada! O juiz disse que isso era briguinha de casal e que depois ia voltar. É muito difícil! Numa cidade pequena as pessoas ficam falando, dizendo que depois voltam. Diziam “ah, fulano não tem cara de quem faz isso”, “o que será que fulana fez pra ele fazer isso?”... Sempre perguntavam: mas por quê? E é difícil demais! As pessoas e a justiça não são preparadas.*

*Aí teve problema com meu filho, porque a família dele era muito apegada, sempre vindo atrás, querendo pegá-lo. Só que a medida protetiva proibia dele ver o filho também e eles não aceitavam isso.*

*Então, desde o dia 18 de janeiro de 2014, que nunca mais olhei nem na cara dele! Na justiça teve uns momentos que tive que ficar na mesma sala que ele, mas depois disso não tive contato nenhum. Até hoje não tenho, nem quero. Sofri muito quando percebi como eu estava. Os dias foram passando e os hematomas ficaram mais visíveis, mais roxos. Eu olhava para aquilo e sofria muito, doeu muito! Quando as lembranças surgiam na minha mente, fui vendo que aquilo estava errado, que aquilo não era normal de casal e quando vi o sofrimento dos meus pais com aquilo tudo foi muito difícil.*

*E minha superação está sendo com o tempo. O tempo vai passando e vou fazendo o que tinha que ser feito sobre o processo judicial. As amigas que sempre tive antes dele começar esse cárcere, voltaram para minha vida, voltaram a me dar apoio! Minha família quando reconheceu que realmente ele não era mais a pessoa que eles conheceram foi me dando apoio também! Eu consegui! As coisas foram fluindo e minha vida também! Fui vendo a diferença que era quando me libertei dele para quando eu estava com ele. Minhas noites mal dormidas e eu pensava que aquilo ia passar, ele ia mudar. Mas depois que vi a diferença de estar só e quando eu estava com ele, com a esperança apenas de que ele mudasse....*

*Me vejo renascida depois de tudo isso. Ser solteira sim, hoje em dia diz muito pra mim, porque faz dois anos e assim pra mim hoje passou, tudo isso passou. Sofro ao lembrar, mas hoje em dia passou. Hoje estou feliz, realizada, ajudo meus pais, tenho meu emprego, crio meu filho. Ele paga pensão, ele vê o filho de 15 em 15 dias, leva o menino pra casa dele, mas assim...hoje tenho minha vida com meus pais. Ele e a família ainda tentam reaproximar. Nesses dois anos ele já arrumou várias namoradas, que as pessoas me dizem. Ele tem a vida dele, mas eles tentam de alguma forma me ligar a ele na vida e eu não quero! Não quero nada com ele, não quero saber da vida dele, não quero! Mas a família dele, por viver muito atrás de saber da vida do meu filho, muito próxima a meu filho, se envolve também de alguma forma na minha vida. O elo que a gente tem é meu filho.*

*Nesses dois anos não me envolvi com ninguém, não namorei com ninguém! Eles dizem que eu nunca namorei, que eu não tenho vida. Para eles o fato de eu não ter tido outro relacionamento, eles acham que eu não tenho vida, que é porque eu ainda gosto dele. De alguma forma eles ainda tentam me envolver na vida deles, querem que eu ainda esteja ali, mas eu não estou. Eu não me envolvi com ninguém porque não apareceu ninguém que eu goste, que tenha me cativado. As pessoas não entendem isso. Apareceu vários homens atrás de mim, mas eu não quero! E isso não tem nada a ver com o que eu sentia por ele. Eu não sinto mais nada e acho essa insistência da família dele, uma forma de agressão comigo.*

*E hoje contando isso, não parece que foi comigo! É como se não tivesse nada a ver comigo. Sei a dimensão do que foi, sei o que poderia acontecer comigo se eu não tivesse conseguido sair. Eu quero de alguma forma ajudar outras pessoas, eu entendo que cada pessoa tem sua história, ninguém precisa ficar perguntando mais: porquê? Ninguém sabe, eu não sei o porquê, eu não sei! E eu não quero ser vítima! Quem é que quer ser a vítima? Ele tentou acabar com minha vida! Eu não queria que ele tivesse feito isso comigo não.*

*Mas a maioria das agressões foram se apagando da minha cabeça nesses dois anos que consegui me separar. Me lembro de coisas como um flash. Se falar em confraternização lembro da confraternização do trabalho dele, que ele me agrediu. Se fala no batizado, lembro do batizado do meu filho, que ele me agrediu, me empurrou, me beliscou e dizia palavras grosseiras. Eu vou me lembrando, não sei dizer, não tem uma história assim seguida. É como se minha cabeça tivesse bloqueado a maioria das agressões, mas toda história, toda palavra*

## FLOR DE PALMA

Oh, tão linda Flor de Palma  
47 de idade  
Seu olhar amedrontado  
Transmite expressividade  
Já sofreu muito na vida  
Mas hoje tem liberdade.

Teve uma infância solitária  
Mas teve que se mudar  
Pra morar em outra cidade  
Onde foi pra estudar  
Lá, conheceu um amor  
Começaram a namorar.

Do namoro, veio um filho  
E então eles se casaram  
Só que com o casamento  
Os problemas começaram  
Ele, muito mulherengo  
Mesmo assim continuaram.

O marido, com caso fora  
Flor de Palma não aguentou  
Já não tinha o amor dele  
Então de casa ela o expulsou  
Mas antes d'ele ir embora  
Flor soube que engravidou.

Agora, com duas crianças  
Dificuldade aumentava  
Flor de Palma foi em frente  
Pelos filhos superava  
Então surgiu novo homem  
Que carinho ele lhe dava.

No início, muito apoio  
Só que o novo casamento  
Era envolto no ciúme  
Marido muito grudento  
Além disso, traição  
E a Flor sofrendo por dentro.

A Flor foi sendo excluída  
De sua vida social  
Não podia comprar nada  
Pra seu uso pessoal  
Sua vida era limitada  
Ao seu marido, afinal

Sofreu muitas ameaças  
Teve que se separar  
Palma vivia escondida  
Emprego teve que largar  
Enfrentou uma depressão  
E com os filhos pra cuidar.

Violência psicológica  
Por dentro lhe machucou  
Só mesmo a Flor de Palma  
Sabe bem o que passou  
E que restou deste homem  
Foi a raiva que ele deixou.

Os filhos também sofreram  
Com agressões tão reais  
Todos tentam superar  
Ambos se apoiam demais  
Pra começar nova vida  
Nunca é tarde demais.

### **Tom vital: “Hoje sou livre”**

*Sobre minha infância meus pais foram muito bons pra mim, mas eu era muito sozinha porque minha mãe não me deixava brincar com ninguém. Na minha adolescência foi do mesmo jeito, muito só! Meus pais eram muito bons, mas eu não podia ficar com minhas colegas, não podia ficar com minhas primas porque eles diziam que a filha mulher tinha que estar perto dos pais, não podia sair com ninguém porque ia fazer o que não podia. Então eu já cresci me sentindo sozinha e isolada.*

*Comecei a estudar em outra cidade e um dia conheci uma pessoa que me apoiou e comecei a namorar. Essa pessoa começou a me libertar de meus pais, pois ele já era um pouco mais velho. Ele me levava para as festas e saía comigo. Meus pais gostavam muito e apoiaram. Tudo deu certo até eu engravidar. Apesar da gravidez eu disse que ele não era obrigado a me assumir, poderia assumir só o filho. Não precisava assumir um casamento se não gostasse. Mas ele não concordou.*

*Depois disso meu pai não quis saber de mim! Enfrentei todo um problema com isso. Até o casamento o meu pai não me abençoava, não queria saber de mim! Minha mãe me apoiou, meu avô, mas o meu pai não. Mas enfim casei. Ele era muito mulherengo, muito farrista e daí eu já comecei a enfrentar problemas. Depois de uns 8 anos ele começou a ter casos fixos, não me dava mais atenção, não saía mais comigo. Quando estava perto dele, eu era odiada.*

*Ele gostava muito do filho, mas não saía mais com ele. Quando estávamos no frigorífico, ele dava pipoca e refrigerante para que meu filho saísse de perto dele e isso me incomodava muito, mas mesmo assim não conseguia me desligar dele porque eu gostava muito e o filho também era muito apegado. Até que um dia, a mulher que ele tinha um caso começou a dizer as coisas comigo e a interferir na minha vida e na vida do meu filho, e assim foi que começaram a surgir brigas e mais brigas. Todos os dias eu pedia para ele sair de casa, mas ele não saía. Até que um dia ele resolveu sair, só que antes de sair descobri que estava grávida de minha filha. Foi o maior desespero que eu tive na minha vida! Na hora que descobri a gravidez, pensei muito em provocar aborto, mas Deus me deu forças, porque eu acho que se tivesse feito isso eu não me perdoaria nunca.*

*Eu enfrentei tudo com as duas crianças. Ele disse que ia embora porque estava devendo muito e que ia arrumar um dinheiro. Depois disso sumiu, não dava notícias. O meu filho, como era muito apegado a ele, começou a ter febre emocional e foi muito difícil porque ele não queria tomar os tranquilizantes. Ele não queria tomar porque disse que não era doido. Foi muito difícil para ele e eu tinha medo que ele ficasse com alguma depressão.*

*Eu tinha um emprego e ganhava um salário mínimo. Não dava para me manter e manter meus filhos numa casa sozinha, então vivia na casa da minha sogra, no sítio, e trabalhava na cidade. Ia caminhando para o trabalho, muitas vezes precisava ficar na cidade, na casa de minhas amigas, porque não dava pra ir e voltar todos os dias com a menina que só tinha 5 meses. Nos fins de semana, eu passava um na casa da minha mãe e outro na casa da minha sogra.*

*No dia do meu aniversário, às 5:30 da manhã, minha sogra me fez um pedido. Pediu que eu fosse menos para casa dela, porque o genro dela não gostava de mim e que eu evitasse ir lá. Isso me doeu muito, me magoou muito. Depois disso tomei a decisão de alugar uma casa e morar com meus filhos. Minha família me apoiava, mas não era um apoio que eu precisava, porque eles achavam que o apoio que eu precisava era dinheiro e dinheiro eles não tinham pra me dar. Só que eu precisava de apoio moral, e eles não sabiam como me dar esse tipo de apoio. Até que apareceu uma determinada pessoa na minha vida que me apoiava em tudo, então eu me encantei! Achei que aquela era a pessoa certa!*

*No começo era tudo muito bom! Mas quando foi morar comigo surgiram os problemas. Ele tinha ciúmes do vento. Tinha ciúmes do meu filho, que era uma criança, tinha ciúmes da minha mãe. As minhas amigas se afastaram de mim. No meu trabalho eu não tinha paz, não podia trabalhar com ele ligando e ia me pegar antes do horário. Depois de uns tempos ele arrumou uma outra mulher na cidade dele. Essa mulher ligava para mim 24h por dia, tirava minha paz! Aí comecei a criar abuso dele. Aquela não era uma situação que eu queria e além do mais ele queria bater na minha filha, que era pequena. Ainda chegou até a bater nela e o meu filho sempre dizia para eu sair daquela vida. Ele vivia me ameaçando, dizendo que no dia que eu o deixasse, ele matava a mim e meus filhos. Eu tinha medo porque na verdade descobri, ao longo do tempo, que ele não era a melhor pessoa do mundo e as pessoas não gostavam dele. Eu não tinha vida social. Passei a ser uma escrava dentro de casa. Trabalhava, mas não podia comprar uma roupa, sandália, nada.*

*Meu filho foi estudar fora, mas eu não podia nem mandar as coisas para ele. Mas para meus filhos faço qualquer coisa. Então eu mandava escondido, porque ele não queria que mandasse. Dizia que quem era pra mandar era o pai e o pai também não mandava e minha vida foi virando um inferno! O tempo foi passando e durante as festas (são João, natal, reveillon) eu passava sozinha. Tinha vergonha das pessoas porque eu tinha que acompanhar ele para o bar e eu não me sentia à vontade num bar. Encontrava meus colegas e ficava com vergonha de estar ali, naquele bar durante o dia ou noite com ele, mesmo sem estar bebendo.*

*Não podia conversar com a vizinha que morava em frente, nem com a que morava de lado, porque se eu fizesse isso, na cabeça dele, era porque eu estava querendo me encontrar com alguém. Aí começou a ter ciúmes do meu ex-cunhado que não tinha nada a ver, e nem eu nem tinha mais contato. Meus irmãos e meu pai também não gostavam dele e evitavam ir em minha casa e assim foi, até que um dia o meu filho foi para casa de férias com uns amigos e ele chegou em casa esmurrando a mesa, dizendo que a partir daquele momento eu teria de escolher meu filho ou ele. Eu disse que estava escolhido, que a partir daquele momento era meu filho, eu jamais iria me separar do meu filho e ele sabia disso. Comecei a arrumar as coisas dele e assim começou a revolta.*

*Eu vim morar aqui, e quando cheguei ele começou a me ameaçar. Dizia que vinha me matar e que ia matar meus filhos, e que meu filho não ia terminar a faculdade e minha filha não ia mais tomar mamadeira. Foi uma confusão na minha vida! Ele ligava dizia que estava bebendo, que fazia 15 dias que só bebia... e assim vivi 8 anos nessa vida.*

*Cheguei a passar mais de um ano escondida. Só tinha contato com minha família e os amigos que eu sabia que realmente eram de confiança. E, assim, passei um ano escondida sem sair com minha família, sem ver meus pais. Depois de um ano eu comecei a sair, mas tinha uma pessoa que me levava e deixava na casa da minha mãe, da minha amiga, porque eu não andava sozinha. Ainda hoje eu vou e não me sinto à vontade de chegar lá e sair andando, caminhando sozinha, porque ainda tenho medo que ele faça alguma coisa comigo ou com meus filhos.*

*Foi muito difícil porque tive que largar meu emprego, que era um concurso municipal. Na época, o prefeito até disse que ficaria me pagando até que eu pudesse pagar minhas contas, e fez isso. Não foi fácil deixar tudo e vir sem nada, só com a roupa do corpo. A ajuda financeira veio de minha mãe e das minhas amigas. Aqui eu não consegui arrumar emprego, comecei a trabalhar numa lanchonete nos feriados, às vezes no sábado, nos domingos, mas não dava para o sustento. No comércio também não dava porque queria pessoas de 20 anos e eu já não tinha mais isso. Já tenho mais de 40, então foi muito difícil. E ainda tinha a preocupação de meu filho, que tinha medo que novamente eu tivesse depressão, porque eu já tive depressão.*

*A violência foi de ordem psicológica. Ele não chegou a me bater, mas ele ameaçava, dizia que me matava que se fizesse determinada coisa, me batia, mas não chegou a me bater*

*não. Agora psicologicamente foi muito grave! Não só para mim, mas para meus filhos. Ainda hoje, o meu filho não conseguiu superar 100%, porque lá em casa a gente não fala desse assunto. Eu lembro dessa pessoa quando eu tenho que falar, quando alguém fala, eu lembro e eu lembro com raiva. Mas a minha filha eu sinto que ainda hoje ela não superou 100%. E minha história é essa. Hoje sou livre, graças a Deus! Não quero ninguém na minha vida. Homem na minha vida só meu pai e meu filho e quem ajudou a superar foi meu filho.*

**FLOR DE MACAMBIRA**

Ela é extrovertida  
E tem muita simpatia  
Mas a vida de Macambira  
Não teve tanta alegria  
Ela só veio encontrá-la  
De forma um pouco tardia.

Na infância, crises de asma  
Difícil recuperação  
Entradas no hospital  
Não tinha muita atenção  
Sofreu com uma tentativa  
De abuso, por seu irmão.

Na adolescência, um sonho  
Veio com o casamento  
Libertando-se da infância  
Puberdade, do relento  
Macambira não sabia  
Que era início de um tormento.

Teve uma gravidez precoce  
Que foi muito conturbada  
Grávida, foi agredida  
Pra o hospital foi levada  
Ele usava o seu dinheiro  
E ela sofria calada.

Uma segunda gravidez...  
Violência continuava  
Dificuldades financeiras  
E Flor da infância lembrava  
Voltou pra casa da mãe  
Quando não mais aguentava.

Superou tudo pela fé  
Conseguiu se expressar  
Teve muito acolhimento  
E começou a acreditar  
Que ela é vitoriosa  
E muito mais vai alcançar!

**Tom vital: “eu sou uma nova pessoa”**

*Minha história começa no dia 29/03/1980, onde nasce o fim de rama, porque lá em casa já tinha nascido 7. Minha infância foi difícil devido a doenças mesmo. Tive bronquite asmática e dessa maneira não foi uma infância tranquila de brincadeiras, porque todas as brincadeiras que eu ia brincar eu acabava tendo uma crise e passava dois meses em casa e o resto do ano no hospital. As crises também vinham quando o clima mudava. Aí era... Flor de Palma estava no hospital, Flor de Palma brincava, Flor de Palma estava no hospital...*

*Apesar da família ser grande, tinha momentos que eu me sentia só, porque minha mãe tinha que trabalhar e a atenção que me davam realmente era de irmãs. A base familiar foi a irmã mais velha, sempre cuidando das outras. Nesses momentos me sentia uma estátua, tinha sentimento vazio. Por isso comecei a trabalhar cedo, com 8 anos, na feira. Essa foi a forma que encontrei de mostrar que eu estava naquela família através do meu trabalho e assim me tornar vista.*

*Lembro-me de uma época muito difícil, aos 9 anos de idade (choro)... Tinha um irmão que era o meu ponto de base e acabou que esse irmão se tornou um monstro na minha vida. Era um irmão que cuidava de mim nas crises, mas infelizmente surgiu um dia dele tentar me abusar. Como as minhas irmãs trabalhavam fora e eu ficava em casa pra adiantar o almoço, geralmente eu chegava da escola e já ia adiantar... foi quando ele tentou me violentar. Naquele dia pra mim ele morreu! Dos 9 anos em diante eu não queria nem aproximação dele.*

*Foi uma época muito difícil onde eu não sabia se andava pra frente, ou se dava um passo mais longo pra trás! Muitas coisas que aconteceram e senti como se tivessem roubado um pouco da minha infância, foram muitos momentos de tristeza.*

*Quando chegou a adolescência e veio a puberdade, eu não tinha muito conhecimento, nem informações. Porque como disse, embora a família fosse grande, me sentia só e não perguntava nada. Então veio o casamento e fiz dele um sonho pra mim, como se fosse me libertar da infância, da juventude, do trabalho.*

*Me apoiei nesse casamento e em poucos meses veio a gravidez precoce. Sem muitas informações, veio as dificuldades. Com 6 meses que estava grávida da minha menina, começou as confusões maiores. Meu marido na época me bateu ao ponto de eu ir pra o hospital. Como não tinha aproximação com minha família, esse sentimento e essa agressão ficou pra mim. Tive até risco de aborto. Mas minha mãe me resgatou, me dava vitamina, só que eu não disse o motivo. Me senti acorrentada com isso, vivendo com uma pessoa sem gostar, com medo de voltar pra minha casa. Nessa época eu tinha apenas 20 anos, mas mesmo assim não tinha liberdade nenhuma. Meu ex-marido ficava com todos os meus documentos, com o cartão de crédito de onde recebia o salário. Ele ficava com tudo e eu continuava calada.*

*Naquele momento me senti uma pessoa morta, uma pessoa que nem tinha apoio, não podia abrir a boca, não tinha pra onde ir... porque apesar da casa da minha mãe estar aberta, eu não sentia que ela estava aberta para mim. E se eu voltasse pra casa de minha mãe sem dinheiro, ia ter brigas. Então abrir isso pra minha mãe era como se eu resgatasse a história das brigas entre meus pais, as dificuldades financeiras que tinha na casa da minha mãe. E antes me via como o espelho na minha casa (chorando um pouco mais).*

*Então, mesmo sem dinheiro, mesmo sem gostar do meu ex-marido, veio outra gravidez. Embora eu evitasse dormir com ele na mesma cama, ele vinha e me violentava e isso tudo dentro de mim. Foi uma bola de neve novamente na minha vida.*

*Teve época que a gente não tinha o que comer em casa, porque ele saía, ia comer na casa da mãe só! E eu ficava do trabalho pra casa, de casa pra o trabalho muitas vezes, a pé e grávida novamente! Às vezes minha mãe levava um pote de margarina com um pouco de alimento pra eu comer.*

*Fomos passar uns dias na casa da mãe dele porque a gente não tinha realmente nada! A água tinha sido cortada, a luz estava prestes a cortar e o vizinho é que estava dando alguma coisa pra gente tomar café. Então a gente foi pra casa da mãe dele e daí as brigas não pararam mais, foi uma briga em cima da outra.*

*Em uma das vezes, ele chegou pra cima de mim, tentou me esganar mesmo. Apertou meu pescoço, me bateu e a única coisa que eu tinha nos meus pés era um tamanco e bati na cabeça dele. Depois dessa agressão saí para trabalhar e minha gerente não permitiu que eu trabalhasse naquele dia. A gerente disse: “Vai pra sua casa!” mas eu pensava: “eu não tenho mais casa”. Então tive que voltar pra casa da mãe dele. Aí foi onde encontrei a maior barreira, de ter que voltar para dentro de casa e a mãe dele ver eu toda machucada. Foi quando chegou no limite mesmo! Minha filha já tinha 3 anos e meu filho um ano e 3 meses, foi quando eu disse chega!*

*Tive o apoio da minha irmã, a outra irmã também se envolveu e foi aí que consegui prestar queixa. Depois as coisas foram mudando mais na minha cabeça. Foi uma libertação! Poder conversar e expor o que estava passando foi uma libertação para mim!*

*Mas, ele continuou indo na casa da minha mãe. Ele era desses que entrava e acabou-se, ninguém segurava. Quando ele entrou eu pensei se daria uma nova chance. Eu pensei: “Se eu não der será que vou me arrepender, mais à frente? Será que ele vai mudar?”. Só que eu não tive a confiança de morar mais com ele no mesmo teto. Então fiquei na casa da minha mãe e um pouco na casa da mãe dele. Quando vi que ele novamente não melhorava, eu disse: “então siga o seu caminho que eu sigo o meu”.*

*A minha superação veio através da fé mesmo! Me sustentei em quem eu era e percebi que não me encontrava só nesse precipício. Eu era muito mais do que isso! Toda aquela tristeza hoje transformei em alegria. Sou uma pessoa expansiva, às vezes falo até demais! Mas tudo isso eu sei que mudou, porque antes não conseguia falar pra ninguém. Hoje eu falo e vejo que isso foi uma fase que consegui passar e que consegui superar. Porque apesar de eu não me achar ninguém, hoje eu sei que sou alguém! Consegui terminar um curso superior. Sou realmente quem eu gostaria de ser! porque neste meio da internação, eu me apaixonei por uma enfermeira que cuidava de mim e eu disse: um dia eu vou ser enfermeira.*

*Quando estava na fase de atropelos eu tinha desistido de mim. Mas quando pude novamente acreditar em mim e me libertar dessa fase, vivenciar o que eu sou hoje, voltei a acreditar em mim. Saber porque existo e porque nasci. Eu não era um peso, era pra ser mais do que vitoriosa depois dessas fases. E hoje me encontro numa nova relação onde isso tudo me mudou e posso dizer: sou uma nova pessoa!*

## FLOR COROA-DE-CRISTO

A Flor Coroa-de-Cristo  
É mulher muito bonita  
Bem cuidada, solitária  
E em Deus ela acredita  
Sua história de luta e dores  
Em cordel será escrita.

Vem de família católica  
Já foi até coroinha  
Começou a namorar cedo  
12 anos ela tinha  
Um outro amor veio aos 15  
Na sua cidadezinha.

Conheceu um novo amor  
Aos 17 de idade  
Na época em que a Flor  
Entrou na universidade  
Ela, muito inteligente  
Tinha força de vontade.

Com esse novo namorado  
A Flor Coroa-de-Cristo  
Engravidou, sem saber  
De um amasso, então, deu nisto  
O rapaz, por sua família  
Não era muito benquisto.

Casaram-se escondidos  
Mas depois a Flor contou  
Começou a ser traída  
Logo que engravidou  
As agressões começaram  
Seu trauma se iniciou.

No parto de sua filha  
Ela foi violentada  
Aequipe que assistiu  
Deixou-a dilacerada  
Mas a filha nasceu bem  
Saudável, abençoada.

O marido continuava  
Agredindo sem parar  
Várias vezes ele tentou  
Matar e envenenar  
Levava garotas pra casa  
Não cansava de humilhar.

Queimou todo o guarda-roupa  
Com tudo o que a Flor tinha  
Ele bebia demais  
Depois, bater nela vinha  
A Flor quis se separar  
Preferia ficar sozinha.

**Tom vital: “Não sei como vai terminar minha história”**

*Nasci de parto normal, minha mãe teve 12 filhos, eu sou a sétima, dos 12 morreu um logo cedo e outro morreu com 34 anos. É uma família grande e muito unida, meus pais completaram 60 anos de casados e casaram de novo, eu nunca vi meu pai brigando com minha mãe nem xingando palavrão e ai da gente se chamasse, meu pai olhava pra gente a gente já entendia. Lá em casa era tanta paz que às vezes dava raiva de não ter uma briguinha. Eu fui criada assim, meu pai nunca se importava com coisas materiais.*

*Era muito religiosa, eu passava o domingo com as freiras, meu pai e minha mãe me levavam para igreja, eu fui criada a vida toda em família católica. Eu era coroinha e as freiras levavam a gente para piquenique, a gente caminhando para as fazendas com elas.*

*Eu namorei muito jovem, ele era coroinha e as freiras ficavam muito em cima, eu era bem bonitinha e os meninos ficavam dando em cima de mim, eu tinha 12 anos quando namorei, menstruei com 12 anos e as freiras me orientavam muito. Minha família nem sabia mas depois o rapazinho ficou muito apaixonado e foi bater na minha casa. Ele era coroinha, cantava, lia as epístolas do evangelho, todo domingo a gente saía para o colégio para ensaiar, eu tocava flauta e acordeom e sempre estava envolvida com grupos de jovens.*

*Meu pai não deixava a gente sair e pulávamos a janela pra ir para as festas, aí meu pai descobria e agente só ia para a igreja. Até 15 anos namorei com ele, ele queria casar, aí família dele o levou para uma cidade fora, porque ele ficou de um jeito que ficava doente, foi preciso ele ir embora, mas eu acho que não era não tão apaixonada, mas depois que eu vi que ele foi embora eu passei a gostar dele. Aí depois eu descobri que ele mandava carta pra mim e a família não entregava.*

*Depois ele terminou indo para o Paraná e casou por lá, logo em seguida fui fazer o ginásio e namorei um menino da minha sala de aula, foi esses dois que eu namorei só, porque o segundo namorado era uma coisa mais séria, esse outro eu já saía de carro com ele e minha irmã ia junto, eu era de menor e ele queria fugir, ele queria casar. Minha mãe e meu pai não deixava meu casar, aí ele disse “a gente foge e casa em João Pessoa”, ele era de lá, só que morava em Catolé; eu namorei de 15 até 17 anos com ele. Eu considerava como primeiro namorado porque ele me beijou e eu gostava muito dele. Aí quando eu terminei com ele, namorou 2 meses com uma menina e fugiu com ela. Realmente eu gostei muito dele.*

*E aí eu saí de Catolé do Rocha e vim estudar em campina, com 17 anos. Puxa vida, aí eu fiquei pensando: devia ter casado com ele, pois era das minhas raízes, da minha cidade. Eu sempre fui muito estudiosa, era muito inteligente, aí vim estudar, passei em 3 vestibulares. Passei em psicologia, matemática e enfermagem. Pessoas de cidade pequena são muito estudiosas, era muito inteligente, a média na época era 8,3, eu sempre passava por média, era muito boa em matemática, redação e tinha uma ótima caligrafia. Aí comecei fazendo matemática e psicologia, mas não deu muito certo fazer matemática e psicologia não (risos). Então eu fiz psicologia.*

*E eu conheci esse (o agressor) quando eu tinha 17 anos, quando eu entrei na universidade. Ele vinha atrás de mim o tempo todo, ele trabalhava na biblioteca. Eu achava ele um pouco estranho, as amizades eram gays. Quando a gente saía ele sempre levava uma pessoa, depois eu descobri que ele era gay, era homossexual. Mas isso não cabia na cabeça de uma pessoa que vinha de uma cidade pequena em saber distinguir quem era gay quem não era, eu não sabia distinguir, mas eu perguntei: porque quando a gente sai você sempre leva o seu amigo? E quem pagava as contas era o amigo. O problema é que eu acho que era mais danada assim, em termos assim de namoro porque eu não namorava, eu não morava com ele, mas me agarrava com ele e de repente eu engravidei e sem casar, e foi uma confusão, porque se eu não casasse em cidade pequena ia ter problemas, eu preferia desaparecer do mapa.*

*Agora, como foi isso eu não sei, porque não cheguei a ter um relacionamento completo, foi logo quando entrei na faculdade, eu acho que eu era muito fácil de pegar porque não foi nem completo eu não sabia que estava grávida, meus seios começaram a crescer e ficar doloridos, aí fiquei noiva dele, minha família gostava dele, mas eu achava que ele tinha tanto respeito que foi eu que agarrei ele (risos). Eu sei que eu grávida, como era magrinha quando veio perceber a barriga eu já tinha mais de 7 meses, quem me visse por trás não achava que estava grávida. A gente casou escondido aqui, de repente foi chegando em casa já foi dizendo aos meus pais, meu pai achava que ele não era homem pra mim, minha mãe me disse depois.*

*Aí foi difícil pra mim porque ele tinha emprego e eu estudante e engravidar pra mim foi muito difícil. E foi na gravidez mesmo que eu percebi esses comportamentos dele. Foi com uma menina de 9 anos e eu estava grávida, parece mentira, eu pensei que ia morrer eu pensei em ir embora, quando a menina me contou, agora eu fiquei na dúvida, eu não sabia se a menina estava mentindo ou contando a verdade e eu marquei um encontro com ele numa lanchonete para falar desse assunto porque ela tinha me contado umas barbaridades que ele tinha feito com ela e ela me mostrou revista pornográfica que ele usava nos encontros. Ele sempre me mandava pagar as contas porque eu estava grávida e não enfrentava fila, e enquanto isso, ele mandava ela vestir minhas roupas e mandava a menina desfilar com minhas roupas. Eu não entendo até hoje para que isso...Eu fiquei com tanto medo, eu grávida, que eu me assustava. Quando eu falei pra ele que a menina tinha dito isso foi agressivo, se eu fizesse qualquer coisa ou dissesse qualquer coisa ele jogava as coisas em mim, porque sempre me machucava e ficava tão transtornado principalmente quando bebia e dizia que não lembrava daquilo depois. E depois eu não queria mais botar gente na minha casa, não quero mais falta de respeito, não quero mais menina, só quero se for uma pessoa adulta, aí ele dizia: sou eu que pago, então eu coloco quem eu quero. Então eu tinha 8 meses de gravidez, de tanto aperreio que eu passei, quem me ajudou foi uma enfermeira que morava vizinha, me deu o enxoval todo...o pai dele e a mãe queria muito bem a mim e me ajudava, agora as cunhadas não, não gostavam de mim.*

*Eu tive minha filha, minha filha foi um milagre, quando eu estava com 7 meses a médica disse que se eu quisesse abortar eu podia, pois a criança estava toda anormal e vinha com muitos problemas, aí fui para outra médica e ela disse que podia vir sem algum dedinho, alguma coisa, mas podia vir normal, aí fiquei o tempo todo preocupada com isso, quando ela nasceu foi de 8 meses, eu perdi a placenta todinha, no caso era pra ser cesárea porque eu tive uns 30 pontos, ficou muito ruim para amamentar, eu chorava muito, porque ela foi puxada, eu tomei soro para vir as contrações, aí a enfermeira subiu em cima de mim, a médica preocupada, aí teve que puxar com os ferros. Aí eu disse à médica: doutora, me mostre pra ver se ela tá perfeita. E nasceu sem nada, sem faltar nada, pesando 3.450 e 51 cm e não teve nenhum problema. Mas a enfermeira chegou pra mim no outro dia, eu não tinha leite de jeito nenhum, eu nova não sabia, aí a enfermeira, minha vizinha, me ajudou muito.*

*A família dele é muito complicada, todos tinham problemas psicológicos na família. Quando minha filha nasceu ele continuou bebendo e eu não queria ninguém mais na minha casa, eu ainda estava na faculdade, eu tive que parar um pouco o estudo para cuidar da minha filha, depois eu voltei pra terminar meus estudos. E depois disso eu vi outra cena parecida com aquela, eu não acreditava, minha filha tinha uma boneca que estava em cima do guarda-roupa e quando eu peguei a boneca caiu uns negativos de umas fotos de meninas nuas na minha cama. Ele foi dar aula, eu liguei para meu irmão para me buscar que eu queria ir embora. Eu amarrei minhas coisas todas, eu disse vou levar só minhas roupas, escondi debaixo da cama para esperar meu irmão, liguei de novo para meu irmão: venha logo, eu quero ir embora daqui. Lembro-me que levei os negativos para advogada, aí ela mandou revelar as fotos e comprovou que era uma menina jovem deitada em várias posições em cima da cama. Eu lembro que eu tinha levado um chute muito grande dele que ainda*

*estava a marca na barriga, qualquer pergunta que eu fizesse, por que ele dormia fora, quando eu perguntava onde estava ele me dava chute, ele fazia amor comigo e queria gravar para ficar ouvindo. Ele tentou me matar várias vezes, certa vez, ele me deu veneno, fui internada e passei 15 dias internada.*

*Para minha família acreditar foi muito difícil, pois ele me chamava de princesa na frente deles. Tratava-me muito bem, e minha mãe me dizia: eu nunca vi um homem tão bom, você trate bem esse homem. Só acreditaram porque veio uma irmã pra morar comigo para estudar e viu o comportamento dele, eu sofria muita agressão dele, passava 3 dias sem vir em casa, minha família achava que ia passar porque a gente era muito jovem, eu achava também que era por causa da idade, isso foi o início do casamento.*

*Quando eu fui descobrindo, eu não fiquei calada, eu fui dizendo a ele: porque você tem esses comportamentos? Porque você gosta de ver as meninas de tão pouca idade desfilando com as minhas roupas? Isso não é normal. Nunca chegou a estuprar não, mas elas contavam tudo isso. Ele tinha um relacionamento sexual comigo pouco sem carinho mas ele fazia, se eu tivesse um homem normal eu teria tido uns 6 filhos, eu queria, eu queira mais filhos, eu gosto de crianças.*

*Uma das vezes ele deu medicamento para minha filha dormir enquanto eu ia no centro fazer feira e ele ia no outro quarto atrás da menina que estava lá. E quando tinha uma pessoa mais velha aqui, ele dava 50,00 a ela para trazer crianças para brincar com minha filha e não era para me dizer, e ainda levava prostituta para minha casa para mostrar revista pornográfica.*

*Certa vez eu perguntei à mãe dele como tinha sido a infância dele, aí ela começou a me contar que ele teve um relacionamento amoroso com outro homem de 12 aos 17 anos, esse primo dele levava presente para família que era muito pobre, coincidiu que esse primo pagou disciplina comigo na faculdade e as pessoas começaram a dizer que ele era homossexual, aí eu disse a meu marido: aquele teu primo é gay, e esse rapaz sumiu lá de casa, que só vivia lá. E quando a gente estava frequentando a igreja evangélica ele me confessou que os primeiros contatos que ele teve sexualmente foi com esse primo dele, eu passei um tempo sem querer tá perto dele, eu não entendia, fiz de tudo, tudo, tudo para que esse casamento desse certo. Eu estava fazendo um trabalho de casais na igreja.*

*Quando eu entrei para me separar dele, então no dia da audiência, um dia antes da audiência, ele me convenceu, ele disse: pegue o ônibus e vá tirar a queixa, eu vou ser outra pessoa, você vai ficar comigo e eu não vou fazer mais aquelas coisas, eu prometo. Aí minha advogada disse: Flor-de-Cristo, você é louca, você não vai faltar, não faça isso, diga a ele que você retirou a queixa, você acha que esse homem vai mudar? Ele estava dizendo isso porque eu tinha muita coisa gravada. Aí eu disse a ele: eu não quero mais saber de nada, eu não quero mais viver com você, eu quero viver com minha família, estou decidida e a única coisa que quero levar daqui é minha filha. Aí minha advogada disse: diga a ele que retirou. Aí quando eu cheguei em casa eu disse a ele: pronto eu retirei. Aí quando foi de meia-noite ele me chamou e disse: sinta aqui, é porque é assim, eu acho que menti pra você, porque tudo que eu prometi a você eu não vou cumprir, aí eu disse a ele: vai ter a audiência, eu não retirei, aí ele veio com agressão na hora dizendo que não acreditava. Aí quando o juiz chamou, ele disse que não queria separar, aí o advogado quis fazer um acordo, e me foi dado uma pensão provisória até um dia desses. Aí ele veio dizer depois: porque você não se separou antes de eu ter uma casa, um carro, terreno e só depois de tudo isso é que separou?*

*Começaram as confusões maiores porque minha filha começou a vender as coisas, e eu sustentava minha filha com a pensão...aí ela saiu de casa e foi morar com uma amiga e ele ficou bebendo ainda mais. Se for perguntar a ele porque separou ele diz que é porque eu o traí, ele comprou uma faca muito grande, eu operada com 2 cirurgias, uma de vesícula e outra no útero, aí a vizinha, que é policial, me chamou para dormir na casa dela, ele jogou*

*meu guarda-roupa todo, tudo que eu adquiri ele queimou, fiquei sem roupas, ele tinha inveja de minha escola.*

*Eu consegui, briguei na justiça para colocar o terreno no nome da minha filha e 3 dias depois que ela completou 18 anos vendeu o terreno junto com um namorado que ela tinha e ainda depois ficou do lado do pai. E ainda me disse: vamos ver se você vai ficar com mais coisas que ele, eu vou morar com você. E ainda disse na justiça que só tinha visto o pai duas vezes na vida que eu que a sustentava e que a partir de agora ela já era de maior e podia administrar o que era dela .*

*Quando ela saiu de casa ele me colocou na casa da mãe dele, fez um apartamento nos fundos e me colocou lá, minha filha me bloqueou, não fala mais comigo. Ela vendeu o terreno e comprou um carro, o pai deu um carro a ela e ela teve coragem de dizer que não conhecia o pai. O pai andava de moto e ela de carro. Eu criei ela com tanto amor, como ela fez isso comigo? Ela é muito egoísta, preferiu ficar sozinha. Ela não dá notícia pra mim, ele adora isso, porque ele diz que é porque eu sou ruim e minha filha não quer morar comigo. E hoje eu fiquei sozinha nessa casa, assinei um divórcio sem dividir nada. Ele colocou testemunhas falsas pra justiça... Aí eu fiquei nessa casa sozinha, depois ele caiu de um primeiro andar e me chamou para cuidar dele; eu, mesmo divorciada, fui e cuidei dele, quando ele ficou bom da perna ele começou a me esculhambar, dizia: prostituta, vagabunda, vá embora daqui atrás de macho, que eu não vou lhe sustentar. Eu levava ele para perícia, levava as coisas dele para universidade... e assim, passei 5 anos cuidando dele.*

*Eu só sei de uma coisa, antes eu era apegada a bens materiais, mas isso não vale nada. Uma vez ele chegou a me bater tanto, bateu a minha cabeça na parede... eu não sabia que ele estava bêbado, eu ia para o enterro de minha mãe, eu fui pegar a mala porque minha mãe estava muito doente e ele dizendo que eu ia atrás de macho. Ele bateu tanto com a minha cabeça na parede, minha cabeça estava roxa, estava com muita dor de cabeça. Eu só podia (chora) isso é o que mais me dói.*

*Conheci uma irmã da igreja e ela começou a me ajudar, ela tinha uma boutique de roupa e começou a me ajudar, ela era casada, quando ele estava bêbado eu dormia lá, mas eu achava o marido dela muito gentil comigo, uma vez eu acordei e ele estava tirando minha sandália, e eu tinha medo, muito gentil, nunca fez nada comigo, eu preferi me afastar. Eu fiquei com medo de homens.*

*A força para sair disso veio de mim. Foi Deus. Quem me ajudou foi Deus em todos os momentos, eu fiz o Rhema, mesmo com ele eu fazia cultos na minha casa. Eu procurei o centro de referência depois que ele queimou minha roupa em busca de ajuda jurídica, mas a justiça é muito injusta. Deus é tão bom que na hora que ele estava tentando me matar com uma faca, o oficial de justiça chegou lá, eu fui tão idiota que não entrei no carro com medo porque eu fiquei com medo de homem.*

**FLOR DE CACTO**

Seus olhos são bem marcados  
Pela força e coragem  
Flor de Cacto é parda  
Representa bela imagem  
Mas sua história teve dores  
Que ela leva na bagagem.

Cresceu imersa em um lar  
Com bebida e violência  
Mas gostava de seu pai  
Mesmo com essa vivência  
Ele a incentivava a ler  
E ela ficou com essa essência.

Quando foi pra faculdade  
Logo ela engravidou  
Fazia o curso de Letras  
Mas depois disso trancou  
Mesmo sem planejamento  
Com isso tudo ela casou.

O marido era farrista  
Ela envergonhou, não quebrou  
Foi cursar de novo Letras  
Ese especializou  
Passou até em concurso  
A vida não acabou.

Veio uma separação  
Depois, um novo romance  
Com ele, agressividade  
Surgiu como uma nuance  
Ciúmes, separação  
Mas a Flor deu nova chance.

Ele era mal educado  
Família não aceitava  
Depois a Flor descobriu  
Que cocaína ele usava  
Descobriu uma traição  
Que o marido não contava.

A partir desse momento  
O marido retornou  
Ficou bastante agressivo  
E a Flor ele machucou  
Quebrou cartões, pegou dinheiro  
Indefesa ele a deixou.

Mas ela reuniu forças  
Decidiu denunciar  
Para que a sua vida  
Novo rumo pudesse tomar  
E assim a vida segue  
Sem nunca desanimar.

**Tom vital: “a força mesmo de sair de tudo isso vem da gente”**

*A gravidez da minha mãe foi problemática, porque ela estava grávida de gêmeos e há 43 anos atrás as mulheres não sabiam, não tinham muito conhecimento. Era a sétima gravidez dela, mas ela só tinha 3 filhas, porque os outros dois foram abortos. Ela casou com 14 anos e o meu pai é 8 anos mais velho que ela e muito ciumento. Quando ela era jovem, era muito bonita e ele era muito ciumento. E no decorrer desse processo ele foi ficando alcoólatra.*

*Então tenho uma irmã mais velha do que eu 11 anos, outra 10 anos e a outra 6. Depois de mim, minha mãe teve mais uma filha, só que morreu. A minha irmã gêmea comigo faleceu. Todo mundo pensava que eu que ia morrer, porque nasci fraquinha, desnutrida e todos apostavam na minha morte. Minha gêmea era bem saudável, bem forte. As pessoas pensavam que eu não ia resistir, mas foi o contrário, eu sobrevivi e ela com 3 meses faleceu.*

*Cresci nessa casa com um pai alcoólatra e violento quando bebia. Quando minhas irmãs estavam ficando moças e eu ainda criança, meus pais se separaram. Eu tinha 10 anos de idade e tinha um vínculo muito forte com ele, apesar de eu assistir as cenas de violência que cometia com minha mãe. Mas o lado pai dele superava isso. Era como se apagasse. Eu não tinha nenhum trauma dele. Minhas irmãs tinham, mas eu não. Quando eles se separaram, como eu era mais apegada, não perdi o vínculo de filha e pai. A única filha que manteve o vínculo com ele fui eu. Talvez pelo fato de ter apenas 10 anos e não percebesse nas entrelinhas as coisas que aconteciam. Já minha irmã, a mais velha, tinha 21 anos quando meus pais se separaram, sabia de tudo.*

*Apesar disso tive uma infância boa. Lembro que tinha um sítio e eu e minhas irmãs íamos para lá. Minha mãe trabalhava fora e eu fiquei muito com minha irmã mais velha. Então, assim, teve umas coisas boas, me lembro de muita coisa boa, muita coisa legal. Minha adolescência foi muito bacana também, porque as minhas irmãs tinham muitos amigos, elas gostavam de se divertir quando estavam solteiras e eu participava daquele universo de amigos, de violão na minha casa, de festinha, ficava infiltrada ali entre elas. Na época eu era a única criança da família.*

*Meu pai lia muito, era muito inteligente e é por isso que eu gosto de leitura. Tinha muito livro na minha casa, num lugar assim alto...Então fui criada nesse universo de leitura e tudo mais...*

*Depois de um tempo minhas irmãs foram casando e foi ficando só eu e minha mãe. Aí depois foi minha vez. Quando casei, estava grávida. Como nem casamento e nem a gravidez foram planejados, gerou muitos problemas para mim. Eu tinha acabado de entrar no curso de letras, tive que trancar, enjoei muito. E depois que meu filho nasceu eu não queria incomodar ninguém, então abri mão do curso para retomar depois...e assim atrapalhou minha vida profissional.*

*O meu marido era muito farrista, bebia muito... A vida de casamento foi ruim, mas eu não abri mão de outras coisas, porque, apesar dele não ser um bom marido, era um bom pai. Era mesma coisa do meu pai. A história tava se repetindo. Meu pai era um bom pai e péssimo marido e ele também. Então eu contava com ele como pai. Terminei meu curso de letras, fiz especialização, curso de inglês, passei em concurso. Ele me apoiava muito nesse sentido, mas por outro lado não ligava com nada. Foi aí que percebi que o casamento estava perdido.*

*Quando passei no concurso, tinha dois empregos e me sentia independente. Meu filho já estava com 11 anos e aí resolvi me separar. Quando me separei, fui preparando meu filho pra esse momento. Criei ele muito meu amigo, fazendo tudo comigo. E, assim, retomei minha vida, nunca abri mão das minhas amizades, porque, apesar desse casamento ser*

*desestruturado, ele não era um marido pegajoso, nem ciumento. Antes de me separar dele, me separei de quarto, separação de corpos, e aconteceu sem nenhum trauma.*

*Depois de dois anos separada, conheci uma pessoa. Com essa pessoa eu vivenciei toda história de violência que nunca tinha vivenciado no meu casamento. No primeiro ano foi tudo bem, um mar de rosas, depois essa pessoa foi apresentando um comportamento agressivo. Ele tinha ciúmes de tudo, do meu filho, não me deixava trabalhar, ia pra uma sala de aula com um monte de menino e ele ficava a tarde ligando. Quando eu não atendia ele era super grosso, queria saber de tudo, me sufocava ao extremo... até que nos separamos. Quando a gente se separou ele teve um caso com uma pessoa, mas eu não fiquei com ninguém. Pouco depois, voltamos. Aí me vem aquela pergunta: “porque é que eu voltei para aquela situação?” Ele tinha umas mudanças de comportamento que eu não entendia. Sugeri psicólogo e tudo. Fico pensando como foi que permiti, como foi que deixei acontecer novamente? Vivia beliscada, não podia olhar para ninguém, porque se olhasse ele tinha uma mente suja, uma mente doentia. Eu voltei contra a vontade do meu filho, contra a vontade da minha família, ninguém gostava dele, ele era mal educado... a minha família não entendia. Minhas irmãs, sobrinhas, ninguém entendia o porquê que eu estava com aquela pessoa que era muito diferente de mim.*

*Eu já estava querendo muito sair dessa relação, porque no decorrer do processo comecei a estudar o comportamento dele. A gente faz isso, quando vê que a coisa está estranha demais. Descobri que ele era viciando em cocaína, cheirava cocaína fora de casa. O efeito da cocaína são duas horas mais ou menos. Então ele cheirava fora de casa e quando ele chegava em casa ele ainda estava sobre efeito da droga e eu não percebia. Depois que entendi a mudança de comportamento, a mente doentia. Nesse tempo que a gente passou separado tinha dias que ele chegava e queria porque queria saber se eu tinha ficado com alguém, se eu tinha ido para cama com alguém e ele me apertava e me sufocava, porque ele queria que eu confessasse uma coisa que só existia na cabeça dele.*

*Por acaso escutei uma conversa e perguntei a ele. Mas foi pior, porque ele trouxe para cheirar dentro de casa e fazia isso na minha frente. Eu ficava me sentindo muito mal, ficava péssima vendo aquela cena de transformação, todo aquele processo, e eu já tinha ido para internet ler tudo sobre o assunto.*

*Quando voltei com ele, dessa última vez, começaram umas ligações confidenciais. Aí foi o estopim! Certo dia resolvi ligar para ele de número confidencial. Ele atendeu e disse: “porque você está ligando, pare de me perturbar, não falei nada”. Ele foi mudando o tom de voz e continuou: “eu sei porque que você está ligando, você está com saudade”. Nesse momento me identifiquei e ele ficou mudo do outro lado e disse que a partir daquele momento era o fim.*

*Quando eu disse isso ele imediatamente voltou do centro da cidade. Enquanto tomei o banho e troquei de roupa para sair, ele chegou. Quando abri a porta ele estava lá. Já entrou me levantando pelo pescoço e me jogou na parede. Ficou apertando e me perguntando porque eu tinha feito aquilo e dizendo: “era você quem estava ligando esses dias todos?”. Só que não era. Pegou a minha bolsa jogou tudo no chão. Quebrou maquiagem, quebrou tudo. Rasgou meus cartões de crédito, quebrou meu cartão de dinheiro, pegou meu celular e disse assim: “olhe, vou mandar desbloquear este celular e depois que eu ler tudo que tiver aí dentro eu vou dar ao rapaz de presente, tome para você”. Eu fiquei calma, mantive a calma o máximo que pude. Ele ainda disse: “você vai ter reunião na escola de 8 horas? 8 horas em ponto estarei lá para lhe pegar”. E eu concordei, e ele foi embora. Ele me deixou sem dinheiro, sem cartão, sem celular e não ia podia fazer nada, ou seja, eu não tinha meios para nada, estava indefesa.*

*Mas depois disso, troquei a roupa, bati no apartamento da minha vizinha e disse a ela: “me empresta aí qualquer dinheiro que você tiver”. Conte a história a ela, nessa altura do*

campeonato eu já estava descontrolada, porque quando ele foi embora eu desabei! Pedi 50 reais a ela e fui para a delegacia da mulher. Quando cheguei lá que mostrei os documentos cortados, eu contei tudo o que aconteceu, e disse que ele era viciado em cocaína. Eles pegaram meu depoimento.

Mas a gente não tem apoio nesses serviços. Ouvi da pessoa que pegou meu depoimento: “também mulher, tu é muito ciumenta, porque fosse investigar o celular dele?”. Eu não queria ser enganada de novo. Acho que era um direito meu investigar. Eu ia viver numa relação de mentira? Ia viver numa relação de falsidade? Não! Eu acho que eu tenho o direito de saber a verdade e se o meio que encontrei foi esse, eu fiz. Ela perguntou: “você tem uma pessoa de confiança para lhe levar pra casa?” Eu tinha a casa da minha mãe, mas minha mãe sofre de depressão já por causa desse problema todo do meu pai e é dependente de remédio também. Não queria preocupar minha mãe e aceitei ir para casa de abrigo. Fui com o agente em casa pra pegar as coisas, roupas pertences, essas coisas. Quando passei pela portaria do prédio, alguém disse a ele que eu tinha entrado no carro de polícia e tinha fugido de casa. E eu pensado que ia ficar só nisso, pensando que ia sair a medida protetiva. Doce ilusão... ele postou no facebook que eu tinha fugido com o policial, que eu tinha deixado a casa e tinha fugido com o policial.

O resultado é que minha família pensou que eu estava desaparecida ou machucada, pois não tinham notícias minhas. Eu estava machucada sim, fisicamente e psicologicamente. Enfim, saí de lá pensando que minha vida voltaria ao normal em seguida, que nada... Fui demitida após 11 anos e 6 meses. Isso foi uma das coisas que mais me machucou nessa situação, pois as próprias mulheres discriminam as outras. No meu outro emprego público onde era concursada, a diretora queria que eu assinasse um documento me responsabilizando pela vida delas e das crianças da escola. Lógico que me recusei a tamanho absurdo! E ela ainda assim queria me transferir da escola.

Bom... e quanto a ele, pensei que estava livre depois de tudo isso. Mas aí ele começa, através das redes sociais, a me fazer ameaças por meio de um perfil falso. Fiz um print da tela e levei para advogada no centro de referência. Hoje me vejo como essas pessoas que usavam drogas e estão se libertando. Todo dia quando acordo, penso: menos um dia sem violência na minha vida. Agora as sequelas ficam viu? Eu não consigo gostar mais de minha casa, de estar em casa e cuidar das coisas de casa.

O meu apoio, a minha força, a minha superação, com certeza veio de meu filho, ele foi de uma maturidade incrível. Eu já vivia muito só porque a família não queria se aproximar. Passava natal sozinha, vivia isolada das pessoas que amava e meu filho sempre comigo, me apoiando. Mas a força mesmo de sair de tudo isso vem da gente, com certeza, precisamos dar o primeiro passo para fugir.

Para discussão do corpus documental produzido foram construídos os seguintes Eixos temáticos:

Eixo temático I: Trajetória de vida de mulheres sertanejas que vivenciam violência doméstica; Subeixo I – O desabrochar das flores entre os espinhos

Eixo temático II – O rompimento do ciclo da violência doméstica: Enfrentamentos e superações

Eixo temático III – Flores Machucadas: Marcas que ficaram da violência doméstica

Eixo temático I: Trajetória de vida de mulheres que vivenciam violência doméstica

Algumas colaboradoras deste estudo fazem referência a uma repetição da história de suas mães em suas vidas, relacionando a situação de violência vivenciada pelas mães e reproduzida em seus relacionamentos. Eis os fragmentos:

*Essa vida de casamento foi ruim, mas eu não abri mão de outras coisas, porque ele, apesar de não ser um bom marido, era um bom pai, mesma coisa do meu pai, a história se repetindo...* (Flor de Cacto).

*[...]abrir isso pra minha mãe era como se eu resgatasse a história da minha mãe que brigava com meu pai[...]* (Flor de Macambira).

É nas relações familiares que ocorrem as afinidades, nas quais é desenvolvida a confiança, e, por conseguinte, pode ocorrer a transmissão de valores e crenças deixadas por uma geração e assim repassadas para outras<sup>131</sup>.

Cúnico, Barcinsky e Strey<sup>132</sup> enfatizam que não há como dissociar a história individual da história familiar. Ainda reforça que os pais acabam sendo referências positivas ou negativas para seus filhos, o que acaba sendo revelado nos discursos das colaboradoras deste estudo, quando afirmam que vivenciaram a violência em seus lares e acabaram reproduzindo em suas vidas, nesse caso, como vítimas.

Desse modo, a violência pode não estar relacionada somente aos acontecimentos de relacionamentos atuais, mas também conectada a diversos outros fatores; a transgeracionalidade pode ser um desses fatores, pois, em se tratando da violência, pode gerar um ciclo contínuo e ser reproduzido em todas as relações. Por se tratar de uma transmissão de estruturas, padrões e sintomas psicológicos de geração em geração é considerado um processo contínuo que dura toda vida ou além dela<sup>133</sup>.

Os autores Falcke e Wagner<sup>134</sup> conceituam a transgeracionalidade como uma transmissão familiar de experiências, decisões e escolhas vividas de geração em geração sem que, na maioria das vezes, os envolvidos percebam que estão reproduzindo a mesma história. Essa transmissão inconsciente ou lealdade invisível é citada por Bucher<sup>135</sup> como um compromisso assumido para não interromper os laços entre as gerações.

Segundo as pesquisas de Durant et al<sup>136</sup>; Vieira, Perona e Santos<sup>137</sup> e Leitão<sup>138</sup>, esse fator influencia nas relações maritais, seja como agredido ou como agressor, pois, presenciar o cenário da mãe passando por qualquer tipo de violência se configura num fator de vulnerabilidade aos filhos para experienciar a mesma situação, seja enquanto agredida ou agressor.

O estudo de Vieira, Perona e Santos<sup>137</sup>, realizado com mulheres vítimas de violência com parceiro íntimo, também aponta o caráter intergeracional sobre a violência doméstica. Nesse estudo ficou evidente que, das mulheres que sofreram agressão de seus parceiros íntimos, 33,4% presenciaram na infância as suas mães serem vítimas, e 22,4% responderam saber da vivência da agressão sofrida por suas sogras. Assim, foi concluído que a chance de sofrer violência é de 92% para mulheres cujas mães foram violentadas e de 96% para as que a mãe do parceiro foi agredida.

Souza; Carvalho<sup>139</sup> também enfatizam a necessidade de se entenderem os elementos transgeracionais herdados que possam estar interferindo na evolução pessoal, atentando para uma busca de ressignificação desses elementos e, assim, tentar bloquear o ciclo que as impede de evoluir.

Dessa maneira, é necessário compreender esse fenômeno intergeracional da violência na busca de estratégias que visem ao seu rompimento, buscando meios para que os jovens, especialmente, sejam educados a respeitarem o outro como ser e não como sexo. Assim, eles podem ter a atitude de evitar esse *continuum* da violência, visto que é nessa fase que se estabelecem bases para relações saudáveis e estáveis.

É preciso, portanto, a conscientização das mulheres que vivem um relacionamento sem violência, sendo esse um importante investimento para o futuro<sup>39</sup>.

Galiza<sup>131</sup> ainda lembra que mudanças ou adaptações podem acontecer nessa transmissão geracional. Fazendo uma semelhança entre essa contínua e crescente transferência entre gerações, se podem fazer analogias com as mulheres colaboradoras deste estudo, visto que, por vezes, acabam reproduzindo comportamentos de suas genitoras: vivenciando a violência doméstica nas relações maritais tal como suas mães vivenciaram.

Esse medo de revelar para sua mãe pode ser um dos entraves que impedem a mulher de romper o ciclo, pois a herança geracional pode ser patológica, impedindo que a mulher avance no processo de crescimento pessoal por estar vinculada à história transgeracional de forma muito enraizada<sup>140</sup>. Essa teia que a prende nessa história é o que é chamado por esse autor de “legado alientante”, que impossibilita a pessoa envolvida de conseguir sair daquele meio social e afetivo.

Galiza<sup>131</sup> reforça a necessidade da busca sobre si mesma, de sua gênese e ancestralidade para ter apoio para a construção do ser forte e decidido em sair de algo que, por vezes, se torna patológico, como é o caso da violência que permeia a mulher por várias gerações. Isso é reforçado quando diz que:

Concomitantemente, assim, podemos dizer que os seres humanos são herdeiros de múltiplas experiências ancestrais que podem promover saúde, plenitude, crescimento, prazer valorização para si mesmo. Em outros casos, podem repercutir doenças físicas e/ou mentais. Quando não se consegue expandir as potencialidades que cada pessoa possui, naturalmente, é porque essa ficou presa a algum episódio que ocorreu no passado e traz para os dias atuais a sua expressão em desarmonia<sup>131:99</sup>.

Pode-se então considerar que a intergeração da violência se trata de um fenômeno complexo e cíclico, apontando então para a necessidade de se buscarem estratégias que visem ao seu rompimento por meio de trabalhos sociais junto às famílias, comunidades e à sociedade como um todo<sup>141</sup>.

### **Subeixo temático 1 - O desabrochar das flores entre os espinhos: Buscando compreender a violência sofrida**

As protagonistas dessa história narram ter vivido o primeiro momento de violência na adolescência. Elas saem do tão sonhado encanto do casamento e amor eterno em pleno desabrochar das rosas – na adolescência – para a brutalidade da violência física seguida da psicológica, institucional, patrimonial, moral e sexual.

*No primeiro ano foi tudo bem, um mar de rosas. Depois essa pessoa foi apresentando um comportamento agressivo, ele tinha ciúmes de tudo, do meu filho, ele não me deixava trabalhar, quando não atendia ele era super grosso, queria saber de tudo, me sufocava ao extremo[...]vivia beliscada, não podia olhar para ninguém [...]tinha dias que ele chegava e queria porque queria saber se eu tinha ficado com alguém, e ele me apertava e me sufocava, porque ele queria que eu confessasse uma coisa que só existia na cabeça dele [...]um dia ele já entrou*

*me levantando pelo pescoço e me jogou na parede, ficou apertando[...](Flor de Cacto)*

Percebe-se que todas as mulheres deste estudo foram violentadas na adolescência, fato esse que merece atenção, pois a adolescência é um período de mudanças bruscas, saindo da identidade infantil e do acolhimento de pai e mãe para a identidade adulta. Advindo a esse processo, vêm as mudanças corporais, biológicas, afetivas e sociais, podendo ser um período conflituoso para os mesmos, assim, a necessidade de suporte e apoio nesse período é necessária<sup>142</sup>.

A puberdade, em vista da atitude biologicista, gera uma série de transformações físicas que estimula também mudanças na identidade do adolescente, tais como: desejos, amor, inclusive o primeiro amor, e paixões passam a fazer parte de suas vidas de forma muito intensa e, na maioria das vezes, acabam sendo interpretadas pelos adultos como inconsequentes. No entanto, Lordeolo e Costa<sup>94</sup> fazem lembrar que é necessário nesse período maior atenção e respeito às relações histórico-culturais nas quais os mesmos estão inseridos e procurar ajudá-los— nesse momento de transformação identitária—de uma maneira menos condenatória e mais contextualizada.

Quando o adolescente está inserido em um ambiente dialógico, no qual as discussões das relações amorosas não possuem caráter julgador, pode ser conduzido para um pensamento menos discriminatório e consciente. A maior preocupação, porém, é que quando não há diálogo, há possibilidades de ele cristalizar suas relações em pré-conceitos culturais e morais, sendo induzido a relacionamentos futuros, como casamento e criação de filhos, com o mesmo pensamento<sup>94</sup> e, assim sendo, isso passa a ser reproduzido em outras gerações.

Njaine<sup>143</sup> reforça que a violência nas relações afetivas na adolescência pode afetar tanto aqueles que a perpetram quanto quem a vivencia; ainda aponta para uma realidade entre os jovens: a naturalização da violência por ambos, já que acreditam que é tudo por amor e não reconhecem os empurrões, beliscões, tapas e xingamentos como atos violentos, e sim como paixão descontrolada.

Minayo<sup>144</sup> relembra que as questões de gênero são assinaladas por dualidade, em que existe o certo e o errado, masculino e feminino como classes, sendo isso um processo natural; assim, reforça a necessidade de se trabalhar essa temática livre de pré-conceitos ou separações em lugares importantes como a família, a escola, a igreja e também no ambiente cultural. Infelizmente, assim como pontua essa autora, continuamos a reproduzir ainda na contemporaneidade estereótipos para cada gênero, nos quais homens e mulheres são educados

diferentes nas relações amorosas e afetivas. Dessa maneira, o homem sente-se confortável em tratar a mulher como submissa, por acreditar que esse é um processo natural de relacionamento e convivência com outra pessoa.

Há grande preocupação de que a violência seja entendida, principalmente pelos adolescentes, como algo natural e, assim, não seja notada por quem a vivencia ou por quem a pratica, o que “provoca a manutenção de um quadro transgeracional da violência em relacionamentos, no qual perpetuam-se a violência e a aceitação”<sup>94:48</sup>.

O discurso de **Flor de Mandacaru** reforça a violência ainda na adolescência, pois ela presencia o sonho de adolescente de ser feliz se desconstruindo por meio da violência brutal e silenciosa que a acompanhou durante três anos até a certeza de que a “perfeição” sustentada por ela não mais existia.

*[...]até então ele era perfeito [...] mas começou a mudar...você vai cuidar do nosso filho, você é minha, vamos começar a mudar as coisas do meu jeito”, ele falava assim comigo [...]Eu estava ali do lado dele e já não era mais aquela mulher que ele amava. Ele não me tocava mais e não queria estar mais perto de mim. (Flor de Mandacaru).*

Em muitas situações, a mulher, e, especialmente falando deste estudo, a adolescente, se sente submissa na relação por aceitar a situação como normal. A fala de **Flor de Mandacaru** atenta para uma questão natural entre as agredidas e agressores, na qual ele tem a autonomia de dirigir a vida dela. Essa questão fica em silêncio por vários anos, por ser entendida como natural e socialmente aceita, uma vez que a sociedade só condena o agressor quando em situações extremas de violência física ou quando a mulher rompe o silêncio da situação vivida.

Na pesquisa realizada por Lima e Mello<sup>145</sup>, com 12 profissionais de uma delegacia de Belém—estado do Pará — no norte do Brasil, percebeu-se, no discurso dos profissionais, que a situação de violência é vista por eles como natural, referindo-se aos agressores como “pais de família” e que, mesmo com os atos praticados, não significa que os mesmos sejam criminosos, mas somente pais defendendo a moral de suas famílias; ainda que o acontecimento da violência praticada pelo homem contra a mulher é inevitável e inerente a sua posição na família, ou seja, de soberania sobre sua prole.

Lima e Mello<sup>145:430</sup> identificam na sua pesquisa dois importantes eixos para discussão: “(1) a socialização, a qual envolve a educação em uma cultura machista e a vivência da infância de forma violenta, e (2) o uso de bebidas alcoólicas”; assim, observamos que o

comportamento do homem está vinculado à educação que o mesmo teve, e que é “normal” o homem ser violento; no entanto, continuar propagando a ideia socialmente sem rompê-la iria ajudar na discussão sobre naturalização da violência, a qual deve ser combatida para que seja rompida e para que o discurso de culpa (homem) e vítima (mulher) também seja quebrado.

**Flor de Mandacaru**, aos 15 anos, sai do acolhimento dos pais e passa a dividir os anseios e mudanças inerentes ao processo de adolecer, com outro adolescente de 17 anos claramente carregado de dominação masculina. O que era para ser o sonho de construção familiar passa a ser uma (des) construção de sua vida como mulher, pois a gestação logo veio em meio à descoberta da sexualidade. Observa-se na sua fala a antecipação de uma união, mudando do início da adolescência, período marcado por grandes descobertas individuais, para a vida adulta, onde se concretiza a relação marital de forma informal.

O poder embutido nas relações maritais é visto ainda como natural, pois na visão social conservadora, o homem deve deter o poder familiar sobre esposa e filhos e também sobre os seus bens. Embora não seja a mais citada das violências cometidas contra a mulher, a violência patrimonial é comum, pois a forma como ela é vista como natural, principalmente pela mulher, impede que ela a veja como um dos tipos de violência.

Percebe-se que o controle do poder e a defesa da honra estão impregnados de maneira clara no comportamento masculino; o fato de prender a mulher às suas atividades, ter ciúmes de filhos, amigos e familiares é resultado de um sistema de controle, no qual o homem percebe que agindo assim ele controla e defende seu casamento e, dessa maneira, naturaliza a violência como forma de proteção familiar.

No entanto, essa discussão socializatória centraliza o problema unicamente na família, responsabilizando-a por todo o problema e isentando as demais esferas responsáveis pela violência doméstica, como questões políticas e de gênero, que perduram por séculos sustentando esse problema social e que põem o homem como vítima do problema social<sup>145</sup>.

O que se observa na fala de **Flor de Palma** é que essa naturalização está impregnada ao conceito de amor singular, em que só ela ama, e é o suficiente para manter a relação conjugal, pois, por um pensamento social/conservador/religioso, muitas vezes a mulher deve manter a integridade do relacionamento, “edificando o seu lar”, sendo submissa a situações que não desfavoreçam a relação conjugal. Ao analisar a fala de **Flor de Palma**, percebe-se muito claramente a mudança ocorrida “das flores ao espinho”, carregada de ciúmes, isolamento social, vergonha, medo e insegurança.

*No começo era tudo muito bom. Mas quando foi morar comigo surgiram os problemas. Ele tinha ciúmes do vento. Tinha ciúmes do meu filho, da minha mãe. As minhas amigas se afastaram de mim. No meu trabalho eu não tinha paz, (Flor de Palma).*

**Flor de Palma**, assim como muitas outras mulheres, silencia por muito tempo a violência vivenciada, o que configura a invisibilidade da violência. Por acontecer, na grande maioria das vezes, no âmbito privado, e perpetrada, também na maioria das vezes, pelo companheiro/marido/namorado, torna-se mais difícil realizar a denúncia. Assim, a subnotificação dos casos da violência doméstica é incomensurável, pois os casos só são denunciados na maioria das situações em virtude de agressão física com risco de morte para a mulher.

A violência doméstica é vista como um ciclo em que as fases vão se intensificando e ocorrendo em intervalos cada vez menores; A fase de tensão é marcada por agressões, xingamentos, crises de ciúmes, destruição de objetos, humilhação e alguns incidentes de agressão física; A fase aguda é onde ocorrerem danos físicos com maior gravidade e a fase de reconciliação é tida como a fase de desculpas e promessas de melhoria por parte do agressor<sup>38</sup>. Nas falas das colaboradoras deste estudo, foi percebido que as mesmas permaneceram no ciclo por algum tempo até decidirem romper.

E a mulher ainda não acredita, até acontecer algo mais grave – como a violência física com possibilidade de morte – que o homem amado e idolatrado por ela é capaz de magoá-la e agredi-la, e esse é um dos pontos que mais impedem que a mulher rompa com o ciclo da violência, por ela estar amarrada aos conceitos sociais de naturalidade; assim, continua na mesma situação por muito tempo até conseguir meios de sair daquele local e, quando sai e olha para o que vivenciou, não acredita que achava natural.

No caso de **Flor de Palma**, a mesma passa oito anos sendo agredida, principalmente pela violência psicológica, para, só assim, quando diante do risco de morte, buscar saídas do ciclo que a prendia numa relação de medo, solidão, vergonha e insegurança.

*A violência foi de ordem psicológica. Ele não chegou a me bater, mas ele ameaçava, dizia que me matava que se fizesse determinada coisa, me batia, mas não chegou a me bater não. Agora psicologicamente foi muito grave! (Flor de Palma)*

Oliveira<sup>146</sup> afirma que essa é uma das dificuldades em divulgar a violência psicológica, pois essa não apresenta provas físicas contra o agressor. A esse respeito, a Lei nº 11.340 de

2006 avançou, tipificando os tipos de violência e vislumbrando outras que eram deslegitimadas pelo fato de não haver comprovação física<sup>147</sup>.

Muitas mulheres não procuram ajuda para a violência psicológica e aceitam e justificam a violência sofrida para justificar a agressão delongando a exposição de suas amarguras até de fato acontecer a violência física. Vários estudos<sup>148,149,150</sup> referenciam a violência psicológica e o agravo à saúde mental como consequências da violência doméstica e muitas vezes associadas a outros tipos de violência, como marcas mais profundas e de difícil cicatrização do que as de cunho físico ou sexual, devido às implicações que ela pode causar em suas vidas.

Na mesma linha, discorre Mesquita e Penso<sup>151</sup>, quando apontam que a violência psicológica, por não ser sentida fisicamente, seja a mais difícil de ser reconhecida pela mulher e também pela sociedade, por tratá-la como invisível, pois, no entendimento do agressor e da agredida “é de que a situação é inevitável e não tem como agir de outra forma”<sup>151:125</sup> e, assim, acaba sendo internalizada como natural, a ponto de não ser identificada como ato violento.

A mulher de fato só remete à violência quando a força corporal e espancamento estão associados; até então, a mulher não consegue imaginar que tudo o que vivenciou anteriormente, como xingamentos e privação de liberdade, estão associados à agressão; Porém, a violência psicológica, eventualmente, é mais ofensiva que a física, pois é difícil de ser identificada, porque os critérios para sua demarcação estão associados à intimidade de convívio da vítima, fundamentalmente subjetivo<sup>152</sup>.

Alguns estudos já apontam a violência psicológica em maior evidência, como é o caso do estudo feito por Barros et al<sup>148</sup>, na cidade de Recife, em 61 Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). A cidade tem área urbanizada e grande percentual de alagados, favelas e palafitas; nesse estudo foram identificados 52,7%, de violência emocional, 46,1% de violência física e 13,6% da sexual.

A **flor Coroa-de-Cristo** foi violentada de forma física e psicológica durante muito tempo; de todas as colaboradoras ela foi a que passou mais tempo vivenciando o fenômeno da violência conjugal, cerca de 26 anos. Acredita-se que isso se deu pelo medo de enfrentamento, pois as demais colaboradoras, por serem mais jovens e terem vivenciado as lutas em torno da temática, podem ter se empoderado de forma mais rápida para buscar o rompimento do ciclo. A principal dessas conquistas pode ser a ação do movimento feminista, que assinalou respeitáveis conquistas das mulheres em diferentes países, pois, entre as diversas bandeiras levantadas pelo movimento feminista, a violência contra a mulher ganhou destaque a partir da década de 1970<sup>58</sup>, e isso pode ter impulsionado muitas mulheres a romper o silêncio da violência em casa.

Percebe-se na fala de **Flor de Palma** a privação de liberdade, que é um direito de todo ser humano.

*E, assim, passei um ano escondida sem sair com minha família, sem ver meus pais. Ainda hoje eu vou e não me sinto à vontade de chegar lá e sair andando, caminhando sozinha, porque ainda tenho medo que ele faça alguma coisa comigo ou com meus filhos. (Flor de Palma)*

A despeito disso, a Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (1948) considera a liberdade em seu artigo 1.º:

“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.” Já o Artigo 2.º refere que: “Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação.”<sup>62</sup>

Dessa forma, observa-se que o direito de liberdade, inerente a qualquer ser humano, foi perdido na relação matrimonial, mostrando uma relação assimétrica. Lamentavelmente esse não é um problema unicamente de Flor de Palma, muitas mulheres no mundo todo, em todos os lugares, clamam por igualdade e liberdade<sup>153</sup>.

Mesmo com tantos movimentos sociais em busca dessa igualdade perdida ou nunca vista, ainda há muito a ser feito nesse cenário. O movimento “marcha das vadias” recebeu esse nome em alusão à indignação de mulheres e homens que assistiam a uma palestra sobre segurança e prevenção ao crime, em janeiro de 2011, no Canadá, quando um policial, referindo-se ao estupro, afirmou que “as mulheres deveriam evitar se vestir como vadias, para evitarem ser vítimas de ataque”<sup>130</sup>. Esse movimento cresceu em todo o mundo, inclusive no Brasil, e aconteceu em Brasília, nos anos de 2011 e 2012.

O que de fato fica desse movimento, mesmo com o uso de uma palavra socialmente discrepada— pois o movimento foi/é criticado por muitas classes sociais— é a busca por liberdade de gritar e dizer basta para uma sociedade que agride a mulher com palavras e ausências maiores do que a expressão “vadia”. Um exemplo disso é o ofuscamento em relação aos números crescentes visíveis e principalmente invisíveis da violência contra a mulher.

**Flor de Palma** ainda assume a responsabilidade como se a gravidez fosse só dela e a culpa também por ter engravidado na adolescência:

*[...] tudo deu certo até engravidar. Apesar de tudo eu disse que ele não era obrigado a me assumir, poderia assumir só o filho que não era obrigado a assumir um casamento se não gostasse (Flor de Palma)*

Esse fato pode estar agregado ao discurso patriarcal, no qual a mulher é a genitora/cuidadora e o homem o procriador, relacionando a gestação unicamente à figura feminina e isentando o homem de sua responsabilidade paterna.

A falta de planejamento da gestação na adolescência pode gerar grandes consequências, principalmente pela falta de maturidade entre os casais. Dentre esses problemas podem estar associados riscos e intercorrências que poderiam ser corrigidos desde cedo se fosse feito o pré-natal. Além disso, o compromisso de assumir responsabilidades muito cedo pode acarretar situações também não previstas, que podem levar, muitas vezes, à subserviência por parte da mulher e à agressividade física e psicológica por parte do homem, quando a violência é vista por ambos como algo natural. O casamento ainda pode ser visto por muitas adolescentes como saídas de situações não desejadas ou não aceitas por elas. No caso da fala de **Flor de Macambira**, a mesma busca no casamento um apoio para sair da casa de seus pais, pois relata não ter sido desejada por eles.

*E veio o primeiro casamento, onde eu fiz desse casamento um sonho pra mim mesma, como se eu fosse me libertar da infância, da juventude do trabalho. (Flor de Macambira)*

A falta de informações sobre sexo na adolescência ainda é um tabu que precisa ser corrigido entre as famílias, escolas e igrejas, pois, ao relacionar-se com o outro, tanto o homem como a mulher não carregam informações suficientes para compreender o que pode ser conduzido com o sexo sem proteção, como as infecções sexualmente transmissíveis e a gestação precoce.

Essa discussão deveria acontecer nos espaços sociais de convivência dos adolescentes; contudo, falar de sexo em igrejas e escolas ainda precisa de grandes construções sociais e orientações responsáveis sem preconceitos ou pensamentos machistas. O cristianismo, desde o princípio, foi decisivo em defender os três valores éticos, alicerces da moral cristã: a monogamia, a prática da sexualidade exclusiva em vista da reprodução e, em consequência disso, a falta do prazer na relação sexual; Portanto, discutir sobre sexo na igreja, em uma sociedade predominantemente cristã, talvez seja carregado de pensamentos preconcebidos<sup>154</sup>.

Porém, as modificações ocorridas nesse cenário são reais, o sexo antes do matrimônio era permitido somente para os meninos, as meninas somente depois do casamento. No entanto, a sexualidade pré-conjugal, que de certo modo sempre foi admitida e instigada entre os

homens, passa a ser, também, um direito da mulher, que começa a exercê-lo em idade cada vez mais jovem; Conforme Coutinho e Ribeiro-Miranda<sup>155</sup>, é necessária uma discussão que contemple essa nova realidade livre de preconceitos sobre sexo antes do casamento, assegurando a necessidade de segurança na relação sexual, no intuito de que os tabus, que ainda acompanham esse tema, sejam desmistificados.

O fato é que muitas mulheres percebem que sofrem violência muito tardiamente, ou só após sofrerem agressões físicas; tanto vítimas quanto agressor usam vários motivos em busca de justificar o ocorrido. No estudo realizado por Silva, Coelho, Njaine<sup>156</sup>, tanto homens quanto mulheres envolvidos em casos de violência conjugal relatam que o motivo foi decorrente do uso de álcool ou de outras drogas; o mesmo ainda evidenciou que a posição do homem frente à violência é de negação explícita da agressão, ou uso do esquecimento do ocorrido como forma de negação.

É certo que a violência sofrida durante o período gestacional não agrava somente a mulher, mas também o filho, podendo acarretar agravos biológicos e psicológicos, este último com agravantes de difícil previsão, pois a saúde mental afetada não se trata de forma imediata. Portanto, um ambiente propício para reconhecimento desses agravos é a consulta de pré-natal, através da qual se pode realizar uma escuta eficiente e livre de preconceitos. A violência física foi muito marcante na trajetória de vida das mulheres desse estudo durante seus relacionamentos:

*[...] e quando cheguei ele começou a me ameaçar. Dizia que vinha me matar (Flor de Palma)*

*Em uma das vezes, ele chegou pra cima de mim, tentou me esganar mesmo. (Flor de Macambira)*

*Já entrou me levantando pelo pescoço e me jogou na parede (Flor de Cacto)*

*Ele tentou me matar várias vezes. Certa vez, ele me deu veneno, passei 15 dias internada [...]ele comprou uma faca muito grande (Flor coroa-de-Cristo)*

*[...]e começou a bater em mim mais ainda do que ele sempre bateu, ele tentou me esganar, arrouchou meu pescoço[...]já ele foi na cozinha pegar uma faca [...]me levaram para o hospital, eu realmente fiquei muito machucada, com o olho roxo, toda cheia de hematomas no pescoço, no peito (Flor de Mandacará)*

Esse é o tipo de violência que mais acomete as mulheres segundo as estatísticas. Uma pesquisa realizada por Silva e Oliveira<sup>152</sup> em Brasília, DF, Brasil, com 1.924 mulheres de 18 a

59 anos de idade, no período de 2009 a 2012, desenvolvida a partir de dados cedidos pelo Núcleo de Estudos e Programas na Atenção e Vigilância em Violência (NEPAV) – previamente cadastrados no Sistema Nacional de Notificação (SINAN) – apontou que a violência física, em ambiente doméstico, é perpetrada por agressores desconhecidos.

Percebeu-se em todas as falas que foi durante a gestação que o primeiro momento de violência física foi percebido nas relações. A violência, em qualquer fase da vida, aponta agravos à saúde; entretanto, no que concerne ao período gestacional, torna-se um agravo ainda mais preocupante por se tratar de situações específicas de vulnerabilidade, as quais podem causar danos à saúde materno-infantil, resultando muitas vezes em óbito do binômio mãe-filho.

Assim como no estudo de Teixeira et al<sup>157</sup>, no qual os resultados assinalaram que as agressões se perpetuaram durante a gestação com a mesma magnitude e frequência, esse estudo aponta para a mesma vertente pois, mesmo na gravidez, as mulheres não foram poupadas das agressões; inclusive, as agressões físicas da maioria das colaboradoras deste estudo se tornaram mais evidentes durante o período gestacional.

*[...] Jaos 6 meses que estava grávida da minha menina, começou as confusões maiores. Ele me bateu ao ponto de eu ir pra o hospital [...] Jali foi o limite (Flor de Macambira)*

*E foi na gravidez mesmo que eu percebi esses comportamentos dele. Foi com uma menina de 9 anos [...] Eu lembro que eu tinha levado um chute muito grande dele que ainda estava a marca na barriga. (Flor Coroa-de-Cristo)*

*[...] quando eu estava com 5 meses de gestação foi quando aconteceu a primeira agressão, ele me empurrou, puxou meu cabelo no meio de uma discussão [...] [...] me jogou no chão me chutou, chutou minha barriga até eu desmaiar. (Flor de Mandacaru)*

A violência na gestação pode ser conceituada como qualquer ação ou omissão baseada no gênero e que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial<sup>147</sup>. Esse tipo de violência se coloca no ápice da violência de gênero, uma vez que está firmada em uma edificação histórica e sociocultural que confere relações desiguais entre homens e mulheres, insinuando relações de poder díspares, regulada por uma relação de dominação e submissão<sup>146</sup>.

Estudos<sup>158,159,160,161</sup> buscam aprofundar se a gravidez é um fator de proteção ou de risco para a violência por parceiro íntimo. A pesquisa realizada por Silva et al<sup>162</sup> evidencia que essa fase não configura um período de proteção para a mulher, apontando um padrão de

continuidade com chances muito altas de relatos de violência durante a gestação. Foi possível observar que, além da continuidade da violência, houve também aumento ou até mesmo início da violência nesse período de maior vulnerabilidade da mulher.

Esse período, assim como os outros, constitui-se um grave problema de saúde pública, devido ao alto risco de morbimortalidade materna e neonatal. Um estudo da Organização Mundial da Saúde (OMS) confirmou que a prevalência nessa fase pode variar de 1 a 28% entre países. No Brasil, 8% das mulheres da cidade de São Paulo e 11% das da zona rural de Pernambuco disseram ter sofrido alguma forma de violência na gestação<sup>163</sup>.

A Violência patrimonial também esteve presente nas falas das colaboradoras:

*Pegou a minha bolsa, jogou tudo no chão, quebrou maquiagem, quebrou tudo, rasgou meus cartões de crédito, quebrou meu cartão de dinheiro e pegou meu celular.* (Flor de Cacto)

*[...] meu ex-marido ficava com todos os meus documentos, com o cartão de crédito que eu recebia salário era com ele, mas ele ficava com tudo e eu continuava calada.* (Flor de Macambira)

*[...] ele jogou meu guarda-roupa todo, tudo que eu adquiri ele queimou, fiquei sem roupas.* (Flor Coroa-de-Cristo)

*Eu não tinha vida social. Passei a ser uma escrava dentro de casa. Trabalhava, mas não podia comprar uma roupa, sandália, nada.* (Flor de Palma)

A violência patrimonial é referida pela Lei Maria da Penha como:

Qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores ou direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades<sup>147:15</sup>.

Assim, Oliveira<sup>146</sup> esclarece sobre a necessidade de escuta qualificada dos profissionais que atendem as mulheres, para reconhecerem esse tipo de violência, que passa despercebida dentre os outros tipos mais visíveis (sexual e física). Esse tipo de agravo leva a mulher a se apegar ao parceiro pelo medo de não conseguir sobreviver sem a ajuda financeira dele e é nesse aspecto que o agressor se empunha para manter a mulher sob seu domínio.

Dessa maneira, é necessário fazer com que a mulher se corresponsabilize para enfrentar esse agravo. A pesquisa realizada por Guedes e Fonseca<sup>164</sup>, com 22 profissionais da

equipe de estratégia da família na periferia da zona sul do estado de São Paulo, Brasil, apontou a necessidade de se trabalhar a autonomia das mulheres violentadas como ferramenta para se coibir a violência doméstica, tendo em vista que, no campo da Saúde Coletiva, é essencial a corresponsabilização do serviço de saúde, das mulheres e da sociedade para o enfrentamento desse agravo que acomete mulheres e desestrutura famílias em todos os aspectos.

Autonomia se contrapõe à heteronomia, circunstância com a qual a pessoa ou grupo social depara-se em estado alienante, “em que se é ser para o outro”<sup>164:1734</sup>. A heteronomia pode ser vislumbrada na exploração de gênero, em que as pessoas se tornam alienadas em virtude da imposição social. Dessa forma, essas autoras reforçam a necessidade de se explorar a educação como libertação para se tornarem pessoas autônomas.

A autonomia entra nesse cenário e muito mais evidente quando se trata da violência patrimonial/financeira e “expressa na disposição para pensar a própria situação no mundo não como um destino a cumprir, mas como uma realidade desejável a construir”<sup>165:53</sup> (SILVA, 2015, p. 53).

A baixa escolaridade pode ser um dos aspectos de vulnerabilidade para a violência doméstica; a esse respeito, Romagnoli<sup>166</sup>, num estudo realizado em Montes Claros, Minas Gerais, Brasil, por meio de 1315 boletins de ocorrência, atestou que a maioria das agredidas eram alfabetizadas (35,7%) e o grau de instrução mais frequente era o ensino fundamental (27,6%). Não se pode atestar com isso que somente as mulheres menos alfabetizadas são vítimas de violência doméstica; porém, é um fator vulnerável que pode desencadeá-la. Portanto, a autonomia pode ser um dos alicerces para se romper o ciclo da violência, pois dá condições de escolhas para as mulheres que se mostram submissas financeiramente ao seu parceiro.

Ainda sobre a autonomia financeira, reforça-se a necessidade da participação da mulher em atividades remuneradas, reforçando que pode ser uma das medidas que lhe confere autonomia e capacidade de “auferir recursos e gestão de suas próprias vidas”<sup>167:128</sup>.

Já a violência sexual foi citada por **Flor de Macambira** em sua fala. Esse tipo de violência, assim como a violência psicológica, não é visto como agressão, por ser entendido como normal no contexto conjugal. A violência sexual tem impactos físicos, psicológicos e sociais, impactando na saúde sexual e reprodutiva e ainda na saúde mental da mulher agredida.

*Embora eu evitasse dormir com ele na mesma cama, ele vinha e me violentava[...]* (Flor de Macambira)

Esse tipo de violência é definido como “qualquer conduta que constranja a pessoa a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso de força...”<sup>146:395</sup>. Isso agrava o direito humano de liberdade, integridade física e mental, em especial, das mulheres.

A violência sexual é de notificação obrigatória desde o ano de 2003 e, mesmo assim, muitos casos não são notificados pela mulher agredida, por medo e vergonha. Segundo o 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2016), em 2015 foram registrados 45.460 casos de estupro<sup>168</sup>; todavia, a subnotificação desses casos, principalmente aqueles que são considerados “naturais” por quem vivencia ou comete a violência, é bem maior, pois a invisibilidade desse fenômeno está relacionada à dúvida de se realizar a denúncia; assim, é importante trabalhar na perspectiva de desconstruir a naturalidade da violência entre parceiros íntimos.

## **O ROMPIMENTO DO CICLO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: Enfrentamentos e superações**

Os tons vitais das colaboradoras nortearam esta categoria para a discussão sobre empoderamento e resiliência, pois estas podem ser ferramentas sólidas para o rompimento do ciclo da violência doméstica. Essas mulheres procuraram forças para sair da situação em busca de liberdade e transformarem-se diante dos traumas vivenciados.

*“O que faz uma mulher sair dessa situação é sua própria força”* (Flor de Mandacaru)

*“Hoje eu sou livre”* (Flor de Palma)

*“Eu sou uma nova pessoa”* (Flor de Macambira)

*“A força mesmo de sair de tudo isso vem da gente”* (Flor de Cacto)

*“Não sei como vai terminar minha história”* (Flor Coroa-de-Cristo)

O termo estar empoderado significa ter “liberdade para tomar as suas próprias decisões”<sup>169:2</sup>. “Empoderar-se é o ato de tomar poder sobre si”<sup>170:1</sup>. As falas das colaboradoras

sinalizam para o empoderamento, quando as mesmas percebem que devem ter autonomia diante da situação vivida e buscam rompê-la.

O termo empoderamento é traduzido do inglês *empowerment*, que quer dizer aumento da possibilidade que um indivíduo ou população deve ter de controle acerca de sua própria vida, ou seja, sua capacidade de autonomia. O termo é utilizado de forma comunitária – quando engloba a participação de coletividades, organizacional na administração e a nível individual quando refere-se à habilidade de as pessoas ganharem ciência e governo sobre suas forças na direção de melhoria de vida<sup>171</sup>. Nas falas das colaboradoras **Flor de Mandacaru, Flor de Palma, Flor de Cacto e Flor de Macambira** percebe-se essa capacidade de buscar mecanismos para interromper o ciclo que as prendia na situação de subordinadas.

A tomada de consciência foi o início para superar e buscar novas saídas. Essas mulheres conseguiram iniciar um processo de empoderamento, quando souberem reconhecer que podiam desenvolver um senso de si, e foram capazes de se autodefender, conquistar, avançar e superar não somente as adversidades, mas também os obstáculos que as mantinham no ciclo da violência como aponta seus discursos:

*E eu fui abrindo os olhos para aquilo, eu disse: isso tudo está errado, tenho que tomar uma decisão[...] tudo que vale para uma mulher sair desse tipo de situação é a decisão dela.*(Flor de Mandacaru)

*A minha superação veio através da fé mesmo, houve uma sustentação no que era realmente a Flor de Palma, porque eu percebi que eu não me encontrava só nesse precipício. Flor de Palma era muito mais do que isso, toda aquela tristeza hoje eu transformei em alegria, eu sou uma pessoa expansiva.*(Flor de Macambira)

*A força para sair disso veio de mim.* (Flor Coroa-de-Cristo)

*Mas a força mesmo de sair de tudo isso vem da gente, com certeza, precisamos dar o primeiro passo para fugir.* (Flor de Cacto)

A resiliência pode ser uma alternativa possível nesse processo. Um indivíduo que vivencia um trauma pode escolher duas situações: entregar-se ao sofrimento ou buscar enfrentamento, este pode ser o início da tomada de decisão para romper com o ciclo<sup>172</sup>.

O conceito de resiliência na física e engenharia significa resistência dos materiais<sup>172</sup>. Nas ciências humanas e saúde é atribuído a pessoas que, de maneira positiva, se reconstituem diante de adversidades; diferentemente da física, o ser humano não apenas

resiste a determinado fenômeno, mas vai além, pois o ser humano se permite se reconstruir diante das adversidades<sup>174</sup>.

Um estudo realizado em cinco continentes, com mais de duzentas pessoas entrevistadas, resultou na publicação de um livro sobre a capacidade de se recuperar e se adaptar após enfrentar situações limite; após o estudo, a autora constatou que os entrevistados retornaram a um estado original, após quatro etapas - **enfrentar, superar, restaurar-se por completo e prosperar fortalecido**<sup>175</sup>.

Em um estudo fenomenológico realizado em Curitiba, Brasil, no ano de 2010, com cinco mulheres que procuraram um Centro de Referência, foi evidenciado que o processo de resiliência ocorreu após o risco iminente de morte vivenciado pelas mulheres<sup>176</sup>. Essa avaliação se assemelha ao estudo em questão em alguns pontos, especialmente na primeira etapa citada por Reicken<sup>175</sup>, sobre o enfrentamento da violência após sofrer um grande trauma e estar diante do risco de morrer.

O fato é que, mesmo diante de tantos entraves, de tantas amarras sociais, as colaboradoras deste estudo buscaram romper o ciclo da violência, tentando superar. Um dos principais motivos citados por elas foi a ajuda de amigos, familiares e especialmente de seus filhos para buscar superar as lacunas que a violência deixou em suas vidas. Segundo relatos de todas as participantes, foi no Centro de Referência que as mesmas encontraram apoio externo para buscar saídas da situação.

*[...] as minhas amigas que eu sempre tive antes dele começar esse cárcere voltaram para minha vida, voltaram a me dar apoio; minha família quando reconheceu que realmente ele não era mais a pessoa que eles conheceram foi me dando apoio também, eu consegui, foi fluindo as coisas em minha vida. [...] Me vejo renascida depois de tudo isso [...] Hoje estou feliz, realizada, hoje eu ajudo meus pais, tenho meu emprego, eu crio meu filho (Flor de Mandacaru)*

*[...] o que me ajudou a superar foi meu filho. (Flor de Palma)*

*[...]Conheci uma irmã da igreja e ela começou a me ajudar.(Flor Coroa-de-Cristo)*

*O meu apoio, a minha força, a minha superação com certeza veio de meu filho, ele foi de uma maturidade incrível. (Flor de Cacto)*

*[...]hoje eu sou alguém, hoje eu consegui terminar um curso superior, sou realmente quem eu gostaria de ser.(Flor de Macambira)*

Silva e Monteiro<sup>177</sup> ressaltam a importância de família e amigos para que a mulher busque alternativas para ajudar a interromper o ciclo da violência e também para superar os

obstáculos causados por ela; cita os profissionais de saúde como base para acolhê-la e direcioná-la para buscar a autoestima, que muitas vezes pode estar diminuída em decorrência das agressões vividas.

Em pesquisa realizada por Vieira et al<sup>178</sup>, que teve como objetivo analisar as redes de apoio à mulher em situação de violência, com dezenove mulheres que procuraram a DEAM – em um município do Sul do Brasil – foi constatado que as mulheres procuram em primeira instância a rede primária (pais, filhos, amigos e colegas de trabalho), e somente procuram as redes secundárias (serviços de justiça e de saúde) quando presente algum problema jurídico ou de saúde; porém os serviços de saúde foram lembrados somente em situações críticas e, quando mencionados, foram avaliados como frágeis e voltados apenas para queixas pontuais.

Silva e Monteiro<sup>177</sup> sinalizam que é necessário compreender que cada pessoa tem um tempo para assimilar e reagir a situações adversas; reforça, portanto, a necessidade do apoio dos profissionais no sentido de escuta e confiança no momento que for pertinente para as mulheres.

Barreto<sup>179</sup> aponta para a resiliência como suporte necessário para restaurar-se diante de situações agressoras; assinala que a pessoa no processo de resiliência, em vez de valorizar os aspectos negativos da circunstância vivida, busca forças para reagir e perpassar a situação. Portanto, é necessário que os apoiadores, família, amigos e profissionais, entendam que se desenvolverá de acordo com a capacidade de cada uma delas de ultrapassar determinadas barreiras.

Liebig<sup>180</sup> faz uma importante citação em relação à superação da mulher: ele diz que ela ressurgir “de dentro de suas próprias cinzas, tal qual a Fênix mitológica, transmutando suas dolorosas trajetórias em histórias de superação”<sup>180:145</sup>, pois a Fênix é representada na mitologia Grega como símbolo de persistência, transformação e recomeço<sup>181</sup>.

Assim, a resiliência proporciona a possibilidade de apreender o estresse, como chance de crescimento e fortalecimento pessoal<sup>172</sup>. Percebe-se nas narrativas que, mesmo diante de todas as circunstâncias, as mulheres encontraram forças para ressurgir das adversidades e buscarem superar aquela situação vivida.

Dessa maneira, a resiliência pode ser percebida como uma possibilidade de recuperação e superação diante das adversidades, fortalecendo-se, recuperando-se e tornando-se emocionalmente mais forte diante de um trauma<sup>182</sup>. Pois como é citado por Adalberto Barreto “*Ser resiliente é dar sentido à vida, é possibilitar a realização do objetivo a que a vida se propõe*”<sup>179:104</sup>.

Pode-se perceber essa característica em quatro das cinco participantes. **Flor Coroa-de-Cristo**, a de maior idade, e que conviveu mais anos com o agressor, ainda se encontra presa à sua história; quando ela narra: “*não sei onde minha história vai terminar*”, é como se a mesma não tivesse domínio de sua história, como se ainda não tivesse se recuperado e superado o trauma vivenciado.

A resiliência, como pontua Barreto<sup>179</sup>, não é igual para todas as pessoas. Diante de tudo, é necessário que profissionais envolvidos no percurso que a mulher trilha em busca de ajuda, especialmente os de saúde, por estarem mais tempo com ela nos serviços, estejam atentos a essa demanda, para acolherem, escutarem e demandarem mulheres em situações de vulnerabilidade.

Há várias maneiras de trabalhar com escuta qualificada e fortalecer os vínculos da mulher que se encontra na situação descrita. Uma possibilidade de trabalhar com a mulher em situação de violência doméstica são as práticas alternativas e complementares que foram reconhecidas oficialmente pelo Ministério da Saúde, Brasil, através da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) e foram consideradas como método que pode restaurar o equilíbrio vital do ser humano<sup>183</sup>.

Esses recursos abarcam abordagens que procuram instigar os mecanismos naturais de prevenção de agravos e recuperação da saúde por meio de procedimentos eficazes e seguros, com evidência na escuta acolhedora, na ampliação do vínculo terapêutico e na integridade do ser humano com o meio ambiente e a sociedade<sup>183</sup>.

No estudo de Labronici<sup>176</sup>, ela cita a necessidade de estar-com-o-outro em redes de apoio social para permitir a continuidade do processo de resiliência; portanto, vê-se no profissional que acolhe a mulher em situação de vulnerabilidade um suporte para auxiliar no caminho em busca da resiliência.

Ao afirmar que é necessário dar o primeiro passo, as mulheres vítimas de violência mostram uma força incomensurável, pois, nesse momento, elas lutam contra o preconceito que as põe como frágeis e incapazes de mudar o próprio rumo. Percebe-se, a partir da caracterização das entrevistadas, que elas unem alguns pontos importantes de empoderamento. A escolaridade delas é um deles, pois três já têm nível superior completo e as outras duas estão em conclusão. Isso mostra que a educação pode ser discutida como uma ferramenta capaz de empoderar mulheres em situação de violência e fortalecê-las na busca da quebra do silêncio, rompendo com o ciclo da violência<sup>184</sup>.

De acordo com a pesquisa de Albuquerque Netto et al<sup>184</sup>, a educação comporta uma tomada de consciência de que é necessário romper com a violência. No estudo desse autor,

ficou claro que isso fez com que elas procurassem apoio institucional no Centro de Referência ou na Delegacia Especializada para enfrentar essa situação. Ele menciona que “A alfabetização tem caráter de indicador social, pois aquele que tem acesso à formação mais refinada impõe suas ideologias, deixando o indivíduo com menor instrução no cerne da privação cultural”<sup>184:139</sup>.

No entanto, quando a mulher decide procurar ajuda, para sair da situação de violência, ainda encontra muitos entraves, pois os serviços que deveriam acolhê-la e encaminhá-la para outros, muitas vezes não têm qualificação para tal. Embora seja de interesse da assistência social, justiça, segurança pública e saúde, definidos na Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres<sup>18</sup>, esses serviços, tais como: Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM's), Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM's), Casas Abrigo, Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Órgãos da Defensoria Pública e Serviços de Saúde Especializados para o Atendimento dos Casos de Violência Contra a Mulher ainda têm limitações em relação aos recursos humanos para atender uma mulher em situação de violência, como se observa na fala de **Flor de Mandacaru e de Cacto**:

*[...] tudo que vale para uma mulher sair desse tipo de situação é a decisão dela, porque realmente a justiça não ajuda não [...] ajuda a gente a fazer um protocolo, mas me senti muito injustiçada, porque eu fui, fiz tudo que tinha que ser feito para ter a coragem pra seguir. Só a gente é que sabe (choro) para chegar lá e não dar em nada, para chegar lá e o juiz dizer que isso é briguinha de casal que depois vão voltar. É muito difícil.*(Flor de Mandacaru).

*A gente não tem apoio nesses serviços, ouvi da pessoa que pegou meu depoimento: “também, mulher, tu é muito ciumenta, porque fosse investigar o celular dele?”*(Flor de Cacto).

Em estudo realizado por Vieira e Hasse<sup>185</sup>, foi discutido que, quando uma mulher procura um serviço de atendimento, ela já ultrapassou todas as barreiras psicológicas, como medo e dificuldades de estabelecer vínculos de confiança. É um “grito” por ajuda e, se ela não encontra, a violência continua a lhe cercar, pois as instituições, na maioria das vezes, não estão preparadas para acolher e sim para mais uma vez punir.

Essa descrença nos serviços que deveriam apoiar a mulher em situação de vulnerabilidade pode induzir à subnotificação dos casos, pois a mulher desiste de denunciar o agressor por medo de ser novamente agredida pelas instituições, agravando ainda mais o panorama de divulgação da violência contra a mulher<sup>186</sup>.

Silva, Padoim e Vianna<sup>187</sup> citam no seu estudo que há uma preocupação em torno do contexto da violência doméstica, já que profissionais que atuam na área da saúde se mostram desinformados, com atitudes de indiferença e temor no que diz respeito à violência e suas consequências, não tomando atitudes para ajudar as vítimas. Ademais, a mulher não tem acolhimento diferenciado na delegacia, o que faz com que a mesma desista da denúncia e se acomode na situação atual. Por essa razão, é urgente a necessidade de capacitar profissionais da justiça e da saúde para saberem lidar com essa questão.

A Lei nº 10.778, de 2003<sup>98</sup>, instituiu, em âmbito nacional, a notificação compulsória nos atendimentos realizados em serviços de saúde, públicos ou privados, nos casos de violência contra mulheres. Apesar disso, ainda há carência dos indicadores de saúde referentes ao problema, atrapalhando os apontadores que permeiam essa temática.

Na maioria das vezes, o primeiro serviço procurado pela mulher é a DEAM. No estudo realizado por Albuquerque Neto et al<sup>21</sup>, entre as dezesseis participantes, nove buscaram primeiro a DEAM para denunciar seu companheiro agressor, e a delegacia encaminhou-as ao Centro de Referência para atendimento psicossocial. Assim, esses serviços como se mostram os primeiros a serem procurados pelas mulheres, poderiam ser de referência; no entanto, como se percebe no discurso de **Flor de Cacto**, foi lá que a mesma sofreu mais um tipo de agressão.

O estudo de Braga, Mosqueira e Morato<sup>188</sup> aponta para a necessidade de o serviço de psicologia estar atento a quem o procura na DEAM, pois, quem geralmente chega a esses serviços está em sofrimento psíquico e com urgência de respostas; assim, enfatiza a necessidade de se capacitarem os profissionais no sentido de responderem com presteza e segurança aos anseios da pessoa que busca o serviço.

Farinha e Souza<sup>189</sup> reforçam a necessidade de respeito e receptividade para com a mulher que procura a DEAM e enfatizam a necessidade de despir-se de preconceitos em relação à escolha da mulher, ou seja, a escuta deve ser respeitosa e sem julgamentos.

No estudo realizado por Trigueiro et al<sup>172</sup>, foi possível identificar o papel da enfermagem como suporte externo para minimizar as agressões causadas pela violência doméstica, pois, segundo esse autor, o processo de resiliência não ocorrerá isoladamente. Assim, necessita de profissionais capacitados, acolhedores e aptos à escuta, potencializando o cuidado através da relação ética e humanizada.

Os serviços que compõem as redes de apoio às mulheres para o enfrentamento da violência não foram reconhecidos pelas mulheres do estudo de Vieira et al<sup>178</sup> como ajuda efetiva; dessa forma, foi sugerido por essas autoras que a equipe de saúde, especialmente a enfermagem – por contar com profissionais mais próximos das redes de apoio primário à

vítima de violência – pode ter um papel relevante nesse cenário, trabalhando no sentido de que o apoio não seja somente pontual, mas que se estabeleçam vínculos para trabalhar no sentido de devolver autonomia e empoderamento às mulheres que decidem romper o ciclo da violência.

### **FLORES MACHUCADAS: Marcas que ficaram da violência doméstica**

Mesmo rompendo com o ciclo da violência, as marcas do vivido permanecem por muito tempo e, muitas vezes, com grandes consequências, seja pelos danos imediatos na vida das pessoas envolvidas com a violência, seja pelos impactos na saúde física e emocional das pessoas direta e indiretamente envolvidas.

Nas falas das colaboradoras se observa um medo de se envolver em novos relacionamentos mesmo depois do rompimento do ciclo, provavelmente por receio de reviver a mesma história.

*Nesses dois anos eu não me envolvi com ninguém [...] porque não apareceu ninguém que eu goste, que me cativou ainda, as pessoas não entendem isso, apareceu vários homens atrás de mim, mas eu não quero (Flor de Mandacaru).*

*[...] eu não quero ninguém na minha vida, homem na minha vida meu pai e meu filho (Flor de Palma)*

*Eu fiquei com medo de homens (Flor Coroa-de-Cristo)*

A história dessas mulheres remete à fábula “a menina tecelã”, de Marina Colasanti<sup>190</sup>, na qual a moça tece – com sua habilidade de tecer – um marido, em concordância com os padrões sociais, para ser seu companheiro; esse homem criado por ela deveria ser seu cúmplice e amigo e viver em sua simplicidade. No entanto, ele começa a se revelar em atitudes de dominação. Durante um tempo ela se submeteu aos caprichos do marido, mas já não era mais a vida que a mesma idealizou ao tecê-lo, percebendo a tempo que havia perdido sua identidade, autenticidade e naturalidade.

Na fábula de Colasanti<sup>190</sup>, acontece algo atípico, que é a libertação da mulher desse homem, pois, através de sua prática, ela “desteceu” aquele homem idealizado por ela e que não a completava. A autora, através da obra, valoriza a autossuficiência da mulher que é inventora de sua própria história. No presente estudo, as mulheres “destecem” a história da violência, porém, não se observa autossuficiência nas suas histórias para desconstruir o tão

sonhado companheiro e sim medo iminente da morte, como foi observado em todas as falas das colaboradoras.

Os autores Cabrera e Alós<sup>191</sup> fazem uma reflexão em torno da condição social moderna referindo esse conto e o relacionando com a trajetória da tecelã, a dominação masculina e violência simbólica. Assim, o conto traz significados ocultos de extrema relevância para a temática da violência. A dominação masculina fica clara em alguns trechos do conto, tais como: “o moço meteu a mão na maçaneta, tirou o chapéu de pluma, e foi entrando na sua vida”<sup>190:12</sup>. Essa ação do homem faz a tecelã perceber que está sendo violentada simbolicamente e resolve romper com esse “hábito”.

As mulheres colaboradoras deste estudo, vivendo com o medo de “tecer” história similar, vivem com medo da figura masculina, como cita **Flor Coroa-de-Cristo** “*Eu fiquei com medo de homens*”. Esse medo pode estar relacionado ao que é referido por Bauman<sup>192</sup>, quando afirma que acontece a “reciclagem identitária”, em que a mulher passa por um período de (re)descobrimto da sua própria essência; enquanto isso não ocorre, ela pode se tornar insegura e solitária, provavelmente em decorrência do período de auto assimilação da sua verdadeira essência enquanto mulher.

É citado por Bauman<sup>192:44</sup> que: “o caminho que leva à identidade é uma batalha em curso e uma luta interminável entre o desejo de liberdade e a necessidade de segurança assombrada pelo medo da solidão e o pavor da incapacidade”; assim, percebe-se que a solidão é um dos fatores apontados pelas colaboradoras após a decisão de romper com o silêncio e a tortura.

*Eu passei mais de um ano escondida, só tinha contato com minha família e os amigos que eu sabia que realmente eram de confiança (Flor de Palma)*

*E hoje eu fiquei sozinha nessa casa, assinei um divórcio sem dividir nada. Ele colocou testemunhas falsas pra justiça... Aí eu fiquei nessa casa sozinha.(Flor Coroa-de-Cristo)*

*Eu já vivia muito só porque a família não queria se aproximar, passava natal sozinha, vivia isolada das pessoas que amava (Flor de Cacto)*

A solidão é uma das consequências pessoais que afetam a mulher que vivencia a violência, como apontou o estudo realizado por Albuquerque Neto et al<sup>21</sup>. Esse agravo traz repercussões de grandes dimensões na saúde mental, pois pode acarretar a baixa autoestima, irritabilidade e a dificuldade de relacionamentos, como citado pelas colaboradoras deste estudo.

A solidão causada pelos resquícios da violência ainda pode afetar diretamente a qualidade de vida de mulheres agredidas, como ficou claro no estudo realizado na cidade de João Pessoa (PB), Brasil, no ano de 2016<sup>193</sup>, encontrando mulheres com baixa qualidade de vida (61,59%). O índice de qualidade de vida de quem sofreu violência (59,61%) foi menor do que o das mulheres que não sofreram (66,79%).

Em um estudo realizado por Mendonça e Lurdemir<sup>194</sup>, em Pernambuco, com 1.057 mulheres, foi identificado que em 44,6% das mulheres que relataram violência nos últimos 12 meses e em 43,4% das que relataram violência nos últimos sete anos estavam presentes os transtornos mentais comuns. Esse fato torna-se ainda mais preocupante, pois muitos profissionais envolvidos no cuidado ao paciente com transtornos mentais não estão preparados para atender essa demanda, como ficou evidente no estudo de Pedrosa e Zanello<sup>195</sup> realizado com 12 profissionais de saúde de um CAPS de uma capital brasileira com mulheres vítimas de violência; os mesmos apresentaram dificuldades para trabalhar a temática, notificar e realizar os devidos encaminhamentos.

Em outra pesquisa realizada com 406 mulheres na cidade de João Pessoa - PB, Brasil, para investigar os agravos causados pela violência doméstica, foi identificado, além dos agravos físicos, sentimento de insegurança, stress, depressão e dificuldade com novos relacionamentos<sup>186</sup>.

Na grande maioria das situações de violência, a mulher fica sozinha por muito tempo, isolada das pessoas por repressão e isolamento, pois, quando viviam com o companheiro, se desvinculavam das pessoas; após romper e tentar iniciar uma nova história encontram-se sozinhas novamente e sem apoio, inclusive porque muitos não sabiam da situação vivenciada, pelo fato de a mulher silenciar por muito tempo as agressões.

Na maioria das vezes, essas mulheres não recebem apoio dos amigos e familiares pela falta e conhecimento do ato violento e por não acreditarem nelas, já que os sinais invisíveis somente elas vivenciaram. Infelizmente, a violência simbólica está por toda parte, as instituições que deveriam protegê-las e cuidar delas muitas vezes também as violentam. A história fica no anonimato por muito tempo pelo medo de enfrentar a sociedade, que muitas vezes critica a mulher por não acreditar que aquela pessoa, visivelmente boa, seja capaz de violentar uma mulher. Essa invisibilidade está presente nos lares de muitas famílias e, infelizmente, só passa a ser visível em situações extremas. Observemos a incredibilidade das pessoas no discurso de **Flor de Mandacaru**:

*Numa cidade pequena as pessoas ficam falando, dizendo que depois voltam, ah “fulano não tem cara de quem faz isso” “o que será que fulana fez pra ele fazer isso?” Sempre perguntavam, mas por quê? E é difícil demais, as pessoas e a justiça não são preparadas. (Flor de Mandacaru)*

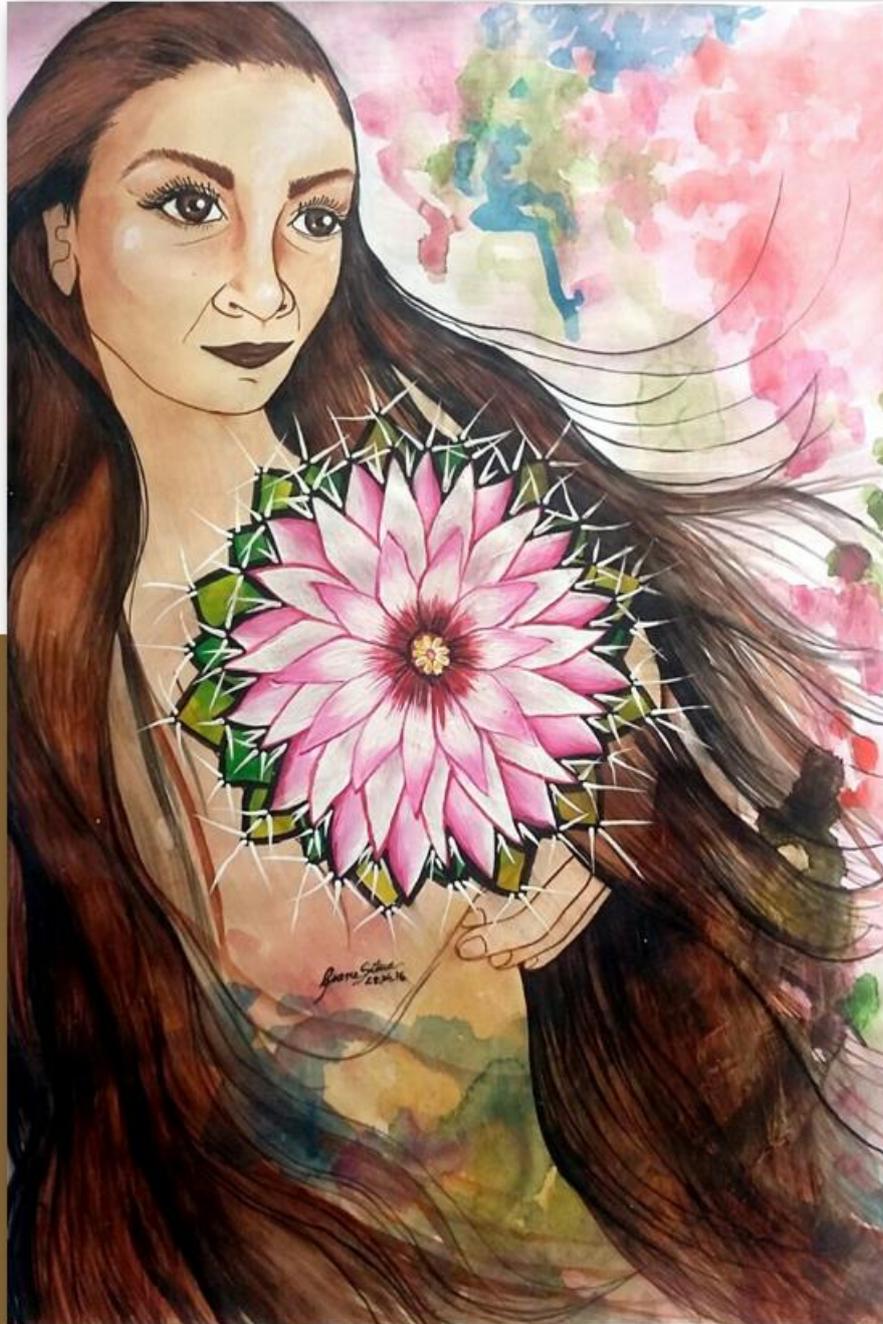
Em outras situações, não entendem o apoio de que ela precisa para romper barreiras e sair do ciclo da violência. **Flor de Palma** deixa claro no seu discurso a necessidade de a sociedade, inclusive a família, acolher e receber essas mulheres que são maltratadas durante e após sair de uma situação de agressão, pois tal qual, muitas vezes, é a agressão social.

*Minha família me apoiava, mas não era um apoio que eu precisava, porque eles achavam que o apoio que eu precisava era dinheiro e dinheiro eles não tinham pra me dar, só que eu precisava de apoio moral, e eles não sabiam me dar esse apoio (Flor de Palma)*Situação mais imprevista é a da própria mulher, julgar, maltratar e violentar outra mulher, como se pode perceber na fala de **Flor de Cacto**:

*[...] saí de lá pensando que minha vida voltaria ao normal em seguida, que nada, fui demitida após 11 anos e 6 meses, isso foi uma das coisas que mais me machucou nessa situação, pois as próprias mulheres discriminam outras mulheres. No meu outro emprego público onde era concursada, a diretora queria que eu assinasse um documento me responsabilizando pela vida delas e das crianças da escola, logicamente, me recusei a tamanho absurdo e ela ainda assim queria me transferir da escola (Flor de Cacto)*

O preconceito e a discriminação acompanham a história da mulher na sociedade, criando um estereótipo, inclusive pela própria mulher, de que ela é diferente do homem. A solidificação de muitos conceitos relacionados ao poder para os homens e submissão para as mulheres serviu para arquitetar falsas ideias e adaptar preconceitos para o sexo feminino.

E, assim, a questão de impunidade ainda é fortemente arraigada na sociedade quando se trata de agravos à mulher, afetando os direitos humanos, porque o fenômeno da violência é muito complexo e seus mecanismos são revelados a partir da perspectiva de gênero<sup>196</sup>.



*Flor de Cacto*

## *Considerações Finais*

As histórias narradas pelas colaboradoras refletem nas de muitas outras mulheres que, assim como elas, nasceram, cresceram e viveram/vivem numa sociedade dominada pela cultura do forte contra o fraco, da soberania sobre o subordinado e do homem sobre a mulher; portanto, conhecer as histórias vividas por **Flor de Cacto, Flor de Mandacaru, Flor de Macambira, Flor Coroa-de-Cristo e Flor de Palma**, me fizeram entender o quanto ainda somos negadas em uma sociedade patriarcal e como a violência doméstica que cada uma dessas mulheres vivenciou se assemelha com a história de tantas outras que necessitam ser escutadas.

As histórias contadas pelas colaboradoras deste estudo apresentam traços individuais e coletivos, que descrevem trajetórias de vida marcadas pela dor e pelo medo de terem vivido a violência doméstica e também pela busca de superação. São mulheres fortes e determinadas que buscaram o rompimento do ciclo da violência doméstica por meio da credibilidade em si, buscando superação.

As trajetórias de vida dessas mulheres são semelhantes às de suas mães, que vivenciaram violência doméstica e, assim, as filhas acabam sendo vulneráveis à mesma história. Percebeu-se nas suas falas que a transgeracionalidade converge nas histórias de mulheres que vivenciam a violência doméstica; portanto, conhecer a história pregressa possibilita verificar o quanto a herança familiar é importante no ciclo da violência doméstica. Dessa maneira, é necessário resgatar o elemento transgeracional para que a questão histórica familiar não seja descartada.

Observou-se, a partir de seus relatos, que a história de violência vivenciada teve princípio no momento percebido por elas como o início do sofrimento físico, e que foram muitas as tentativas de saída da situação, porém, as amarras sociais e a (auto) cobrança as impediram de seguir adiante ou até mesmo, em alguns momentos, elas retrocederam, dando continuidade ao ciclo da violência. Ficou claro que foi na adolescência que todas elas foram violentadas pela primeira vez pelos seus companheiros e que as agressões físicas se iniciaram ou se intensificaram durante a gestação.

Percebeu-se nas narrativas um ciclo ascendente da violência, que vai desde o “mar de rosas”, a “perfeição”, o “sonho” até o medo da morte. Essas mudanças para a maioria delas aconteceram em um período de tempo muito curto e essas mulheres foram violentadas de forma psicológica, física, sexual, patrimonial e institucional.

Os tons vitais das colaboradoras apontaram para força e determinação. Elas conseguiram se libertar das amarras que as prendiam no lugar de subordinadas e seguiram na direção do rompimento do ciclo. Percebeu-se que as mesmas buscaram forças em si e

conseguiram se empoderar a ponto de quebrar as amarras que as prendiam na situação, mesmo diante do evento traumático que é a violência contra a mulher. A ajuda de familiares, especialmente dos filhos e amigos, foi decisiva para iniciar a ruptura e, assim, quatro delas estão conseguindo dar novo significado às suas vidas; no entanto, uma delas ainda busca ressignificar sua vida após a quebra do ciclo.

Essa força que elas buscaram em si foi determinante para superarem o trauma e restabelecerem-se diante da dificuldade vivida; isso se deu no momento em que elas conseguiram se abrir para buscarem ajuda de outras pessoas. Contudo, o medo de novos relacionamentos e a solidão acompanham as mulheres deste estudo como consequências de todo o processo de ruptura do ciclo da violência.

Assim, os resultados desta tese tornam-se relevantes por mostrarem que há na mulher força para restaurar-se diante do conflito; no entanto, é necessário apoio de redes primárias (filhos, amigos) e secundárias (profissionais e instituições) para acolher e encaminhar mulheres que buscam enfrentar a violência doméstica.

Os limites deste estudo relacionam-se à quantidade de mulheres estudadas e ao espaço geográfico em que se deu; Todavia, as histórias apresentadas ligam-se a muitas outras sobre a violência contra a mulher, as quais merecem, também, ser escutadas, proporcionando – de maneira humanizada – a outras mulheres vítimas de violência doméstica a oportunidade de se reerguerem e seguirem em frente.

Portanto, como enfermeira, aponto algumas implicações necessárias sobre o enfrentamento da violência contra a mulher, pois lidar com consonância e acompanhar o desenvolvimento técnico/científico da profissão para o completo exercício de cidadania e ainda aliar com as contradições sociais carece de ir além dos modelos habituais do saber-fazer enfermagem.

Sabendo que as mulheres procuram inicialmente serviços como DEAM's e Centros de referências, e tendo visitado esses serviços como mestrandas e como doutoranda, respectivamente, percebi a ausência da enfermeira que tem como foco o cuidado nesses serviços, a qual deveria acolher, escutar e demandar de forma correta mulheres que buscam esse tipo de apoio. Assim sendo, sugiro a necessidade de trabalhar nesses serviços de forma intersetorial para minimizar os danos provocados por esse grave problema de saúde pública.

Sugiro ainda se trabalhem as sequelas provocadas pelo rompimento do ciclo da violência; os enfermeiros devem trabalhar na perspectiva de escutarem sem preconceitos ou julgamentos, para se fortalecer o vínculo entre mulher e profissional e, assim, serem contempladas questões além das queixas físicas e biológicas que a mulher apresenta.

Numa perspectiva política, sugiro o trabalho com crianças e adolescentes em espaços públicos ao alcance da enfermagem e, dessa forma, cito a atenção básica como referência, no sentido de desconstruir a divisão de gênero nesse público em formação de opiniões, para que, desse modo, a violência não seja naturalizada e, portanto, não seja reproduzida para outras gerações.

Ainda elenco o apoio de profissionais de todos os setores envolvidos no enfrentamento da violência doméstica, na perspectiva de promover autonomia e empoderamento às mulheres em situação de violência para lhes dar suporte no processo de resiliência.

Portanto, torna-se urgente capacitar trabalhadores desses serviços não só no sentido de saber escutar o outro em vez de discriminar, como também no de conduzir a vítima para o serviço melhor adequado para seu caso. Além disso, é necessário unir forças para que os serviços de saúde, psicologia e justiça estejam conectados em prol da mulher em situação de violência e que busca ajuda, tendo em vista que o apoio a essa mulher deve ser intersetorial.

Por fim, como enfermeira docente, e para responder às necessidades sociais após os resultados desta tese, criei um grupo de apoio às mulheres – o qual será submetido ao núcleo de extensão da faculdade onde sou professora – para iniciar um trabalho de acolhimento, escuta e direcionamentos junto a um núcleo de prática jurídica da instituição, por entender que o enfermeiro deve ser um influenciador de modificações nos sistemas de cuidado.

## REFERÊNCIAS

1. Brasil. Ministério da saúde. Secretaria de Vigilância em saúde. Departamento de análise de situação em saúde. Saúde Brasil 2013: Uma análise da situação de saúde e das doenças transmissíveis relacionadas a pobre, Brasília, 2014. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude\\_brasil\\_2013\\_analise\\_situacao\\_saude.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_brasil_2013_analise_situacao_saude.pdf)
2. World Health Organization (WHO), 2002. World report on violence and health. Regional of Europe, 2002. Disponível em: [http://www.who.int/violence\\_injury\\_prevention/violence/world\\_report/en/full\\_en.pdf](http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/full_en.pdf)
3. Duarte MC, Fonseca RMCG, Souza V, Pena ED. Gênero e violência contra a mulher na literatura de enfermagem: uma revisão. Rev Bras Enferm. [Internet]. 2015 [acesso em 31 jul 2017]; 68(2):325-32. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v68n2/0034-7167-reben-68-02-0325.pdf>
4. Signorelli MC, Auad D, Pereira PPG. Violência doméstica contra mulheres e a atuação profissional na atenção primária à saúde: um estudo etnográfico em Matinhos, Paraná, Brasil. Cad Saúde Pública [Internet] 2013 [acesso em 06 ago 2017]; 29(6):1230-40. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v29n6/a19v29n6.pdf>
5. European Union Agency for Fundamental Rights. Violence against women: an EU-wide survey Main results [Internet]. 2014. [acesso em 01 ago 2017]; Luxemburg: Publications Office of the European Union. Disponível em: <http://goo.gl/1gLsv3>
6. Waisefisz JJ. Mapa da Violência 2015: Mortes matadas por armas de fogo. [online] 2 ed., Brasília: Presidência da República, 2015. [acesso em 10 dez 2015] Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>
7. CODECOM. Prefeitura municipal de Campina Grande notifica 108 casos de violência contra mulheres [Internet] 2010. [acesso em 15 abr 2015]. Disponível em: [http://www.campinagrande.pb.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=214&Itemid=3](http://www.campinagrande.pb.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=214&Itemid=3)
8. Rodrigues VP, Machado JC, Simões AV, Pires VMM, Paiva MS, Diniz NMF. Prática de trabalhadora(e)s de saúde na atenção às mulheres em situação de violência de gênero. Texto Context enferm [Internet] 2014. [acesso em 15 set 2015]; 23(3):735-43. Disponível em: <http://www.index-f.com/textocontexto/2014/r23735.php>
9. Nascimento EFG, Ribeiro AP, Sousa ER. Percepções e práticas de profissionais de saúde de Angola sobre a violência contra a mulher na relação conjugal. Cad. Saúde Pública [Internet] 2014. [acesso em 17 ago 2015]; 30(6):1229-38. Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/csp/v30n6/pt\\_0102-311X-csp-30-6-1229.pdf](http://www.scielo.br/pdf/csp/v30n6/pt_0102-311X-csp-30-6-1229.pdf)
10. Vale SLL, Medeiros CMR, Cavalcanti CO, Junqueira CCS, Souza LC. Repercussões psicoemocionais da violência doméstica: perfil de mulheres na atenção básica. Rev Rene [Internet] 2013. [acesso em 15 ago 2015]; 14(4):683-93. Disponível em: <http://www.revistarene.ufc.br/revista/index.php/revista/article/view/1123/pdf>

11. Lucena KDT, Silva ATMC, Moraes RM, Silva CC, Bezerra IMP. Análise espacial da violência doméstica contra a mulher entre os anos de 2002 e 2005 em João Pessoa, Paraíba, Brasil. Cad. Saúde Pública [Internet] 2012. [acesso em 14 ago 2015]; 28(6):1111-21. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v28n6/10.pdf>
12. Freitas WMF, Oliveira MHB, Silva ATMC. Concepções dos profissionais da atenção básica à saúde acerca da abordagem da violência doméstica contra a mulher no processo de trabalho: necessidades (in)visíveis. Saúde debate [Internet] 2013. [acesso em 05 ago 2015]; 37(98):457-66. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v37n98/a09v37n98.pdf>
13. Facuri CO, Fernandes MAS, Oliveira KD, Andrade, TS, Azevedo RCS. Violência sexual: estudo descritivo sobre as vítimas e o atendimento em um serviço universitário de referência no Estado de São Paulo, Brasil. Cad. Saúde Pública [Internet] 2012. [acesso em 10 jul 2015]; 29(5):889-98. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v29n5/08.pdf>
14. Pedrosa CMM, Spink MJP. A Violência contra a mulher no cotidiano dos Serviços de Saúde: Desafios Para a Formação médica. Saude soc [Internet] 2011. [acesso em 14 ago 2015]; 20(1):124-35. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v20n1/15.pdf>
15. Okabe I, Fonseca RMGS. Violência contra a mulher: Contribuições e limitações do sistema de informação. Rev Esc Enferm USP [Internet] 2009. [acesso em 30 ago 2015]; 43(2):453-458. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v43n2/a27v43n2.pdf>
16. Lima GQ, Werlang BSG. Mulheres que sofrem violência doméstica: contribuições da psicanálise. Psicol estud. [Internet] 2011. [acesso em 07 ago 2015]; 16(4):511-20. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v16n4/a02v16n4.pdf>
17. Morais SCR, Monteiro CFS, Rocha SS. O cuidar em enfermagem à mulher vítima de violência sexual. Texto contex enferm. [Internet] 2010. [acesso em 07 set 2015]; 19(1):155-60. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v19n1/v19n1a18.pdf>
18. Brasil. Portal Brasil. Brasil combate a violência contra a mulher. [acesso em: 10 ago 2015] Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/saude/2011/09/brasil-combate-a-violencia-contra-mulher>
19. CREMESP – Conselho Regional de Medicina de São Paulo. Estudos revelam os efeitos da violência contra a mulher [acesso em 27 ago 2015]. São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www.cremesp.org.br/?siteAcao=Jornal&id=122>
20. Gonzalez, GC; Bejarano RC. La violencia de género: evolución, impacto y claves para su abordaje. Enferm. glob. [Internet] 2014. [acesso em 28 maio 2016]; 13(33):424-39. Disponível em: <http://scielo.isciii.es/pdf/eg/v13n33/enfermeria.pdf>
21. Albuquerque Netto L, Moura MAV, Queiroz ABA, Tyrrel MAR, Barro MMP. Violência contra a mulher e suas consequências. Acta paul. enferm [Internet] 2014. [acesso em 24 maio 2017]; 27(5):458-64. Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/ape/v27n5/pt\\_1982-0194-ape-027-005-0458.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ape/v27n5/pt_1982-0194-ape-027-005-0458.pdf)
22. Brasil. Norma técnica de padronização: Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – DEAMs. Brasília: Ministério da Justiça, 2010.

23. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes : norma técnica. Brasília : Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/prevencao\\_agravo\\_violencia\\_sexual\\_mulheres\\_3ed.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/prevencao_agravo_violencia_sexual_mulheres_3ed.pdf)
24. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política nacional de Atenção integral à Saúde da Mulher: Princípios e diretrizes. Brasília, DF: Ministério da saúde, 2004. [acesso em 20 ago 2015] Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nac\\_atencao\\_mulher.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf)
25. Saffioti H. Gênero, patriarcado, violência. 2 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
26. Guedes RN, Fonseca RMGS, Egry EY. Limites e possibilidades avaliativas da Estratégia Saúde da Família para a violência de gênero. Rev Esc Enferm USP [Internet] 2013. [acesso em 10 jul 2015]; 47(2):304-11. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reusp/v47n2/05.pdf>
27. Brasil. Ministério da Justiça. Decreto Nº 678 de 6 de novembro de 1992. Promulgação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. Brasília, Distrito Federal: 1992 [acesso em 01 set 2015]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D0678.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0678.htm)
28. CEDAW. Convenção De Eliminação De Todas As Formas De Discriminação Contra a Mulher, 1979 [acesso em 02 set 2015]. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/convencao-sobre-a-eliminacao-de-todas-as-formas-de-discriminacao-contr-a-mulher-cedaw-1979>
29. Brasil. Ministério da Justiça. Decreto número 89.460 de 20 de março de 1984. Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, 1979. Brasília, Distrito Federal: 1984 [acesso em 02 set 2015]. Disponível em: <http://www.mpce.mp.br/nespeciais/promulher/pdf/legislacao/dec89460.pdf>
30. Brasil. Ministério da Justiça. Decreto Nº 1.973, de 1º de agosto de 1996. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. Brasília, Distrito Federal: 1996 [acesso em 22 ago 2015] Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=122009>
31. Brasil. Ministério da Justiça. Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças. Brasília, Distrito Federal: 2004 [acesso em 27 ago 2015]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm)
32. Brasil. Secretaria especial de políticas para as mulheres. Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006: coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, Distrito Federal: 2006 [acesso em 01 set 2015]. Disponível em: <http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/1607514/cartilha-lei-maria-penha.pdf>

33. Brasil. Decreto Nº 7.393 de 15 de Dezembro de 2010. Dispõe sobre a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180. Brasília: Distrito Federal, 2010 [acesso em 23 jun 2015]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7393.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7393.htm)
34. Brasil. Ministério da Justiça. Decreto 7.958 de 13 de março de 2013. Estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde. Brasília: Distrito Federal: 2013 [acesso em 30 jun 2015]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7958.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7958.htm)
35. Brasil. Criação da Comissão Permanente Mista de combate à violência contra a mulher. Brasília, Distrito Federal: 2014 [acesso em 10 jul 2015]. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/tag/comissao-permanente-mista-de-combate-a-violencia-contra-a-mulher>
36. Brasil. Lei do Feminicídio. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília, Distrito Federal: 2015 [acesso em 30 ago 2015]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm)
37. Dias MB. A lei Maria da Penha na justiça. Revista dos Tribunais, 2009.
38. Meneghel SN, Moura R, Hesler LZ, Gutierrez DMD. Tentativa de suicídio em mulheres idosas: uma perspectiva de gênero. Rev Ciênc Saúde Colet [Internet] 2015. [acesso em: 13 jun 2015] 20(6):1721-30. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v20n6/1413-8123-csc-20-06-1721.pdf>
39. Auad D. Feminismo: que história é essa? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
40. Silva SC. História Antiga I. – Caderno de Referência de Conteúdo – CEUCLAR. Batatais: São Paulo, 2010.
41. Ramon L. Missoginia e santidade na Baixa Idade Média: os três modelos femininos no livro das maravilhas. Instituto Brasileiro de Filosofia e ciência Raimundo Lúlio, 2002.
42. O'Brien K. Women and Enlightenment in Eighteenth-Century Britain. New York: Cambridge University Press, 2009 [acesso em 20 abr 2016]. Disponível em: [http://assets.cambridge.org/97805217/74277/frontmatter/9780521774277\\_frontmatter.pdf](http://assets.cambridge.org/97805217/74277/frontmatter/9780521774277_frontmatter.pdf)
43. Gomes AS. Mulheres, sociedade e iluminismo: o surgimento de uma filosofia profeminista na Inglaterra do Século XVIII. Matraca [Internet] 2011. [acesso em 10 abr 2016]; 18(29): 31-51. Disponível em: <http://www.pgletras.uerj.br/matraca/matraca29/arqs/matraca29a02.pdf>
44. D'Incao AM. Mulher e a família burguesa. In: Priore MD, Bassanezi C (Orgs). História das mulheres no Brasil. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

45. Falci MK. Mulheres do sertão nordestino. In: Priore MD, Bassanezi C (Orgs). História das mulheres no Brasil. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2012.
46. Pedro JM. Mulheres do Sul. In: Priore MD, Bassanezi C (Orgs). História das mulheres no Brasil. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2012.
47. Louro GL. Mulheres na sala de aula. In: Priore MD, Bassanezi C (Orgs). História das mulheres no Brasil. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2012.
48. Hahner JF. Emancipação do sexo feminino a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940. Florianópolis: Mulheres, 2003.
49. Maluf M, Mott LM. Recômodos do mundo feminino. In: Novais AF, Sevcendko N (Orgs). História da vida privada no Brasil. 3 ed. São Paulo: Schwarcz, 1998.
50. Fonseca C. Ser Mulher, mãe e pobre In: Priore MD, Bassanezi C (Orgs). História das mulheres no Brasil. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2012.
51. Brasil. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Brasília: Distrito Federal, 1934 [acesso em 18 jun 2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)
52. Brasil. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Brasília: Distrito Federal, 1937 [acesso em 18 jun 2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)
53. Brasil. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Brasília: Distrito Federal, 1946 [acesso em 18 jun 2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)
54. Brasil. Lei N° 4.121, de 27 de Agosto de 1962. Dispõe sobre a Situação Jurídica da Mulher casada. Brasília: Distrito Federal, 1962 [acesso em 10 jun 2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L4121.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4121.htm)
55. Matos ML, Gitahy RRC. A evolução dos direitos da mulher. Colloquium Humanarum Revista Científica da Unoeste [Internet] 2007. [acesso em 15 jun 2016]; 4(1):74-90. Disponível em: <http://revistas.unoeste.br/revistas/ojs/index.php/ch>
56. Brasil. Lei 6.515 de 26 de dezembro de 1977. Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências. Brasília, Distrito Federal: 1977 [acesso em 10 jun 2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6515.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6515.htm)
57. Brasil. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Brasília: Distrito Federal: 1998 [acesso em 11 jun 2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)
58. Baraldi ACP, Almeida AM, Perdona GGC, Vieira EM. Violência contra a mulher na rede de atenção básica: o que os enfermeiros sabem sobre o problema?. Rev. Bras. Saude Mater.

- Infant. [Internet] 2012. [acesso em 27 ago 2015]; 12(3):307-18. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbsmi/v12n3/a10v12n3.pdf>
59. Costa AM. Participação social na conquista das políticas de saúde para mulheres no Brasil. Ciênc. saúde coletiva [Internet] 2009. [acesso em 10 ago 2016]; 14(4):1073-83. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232009000400014](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000400014)
60. Gohn MG. Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. 7 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
61. Machel S. Kolontal A. Posadas J. Kapo V. A libertação da mulher. São Paulo: Global editora e distribuidora LTDA, 1979.
62. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948 [acesso em 14 set 2016]. Disponível em: [http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm)
63. Alves BM, Pitnaguy J. O que é feminismo. Brasília: Brasiliense, 1981. 77 p.
64. Brasil. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Brasília: Distrito Federal: 1937 [acesso em 11 jun 2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm)
65. Teles MA. Breve história do feminismo no Brasil. Brasília: Brasiliense, 2003. 181 p.
66. Brasil. Mulheres a Mil. ONU oficializou o ano internacional da mulher em 1975. [internet] [s.d]. Disponível em: <http://mulheresmil.mec.gov.br/central-de-noticias/1203-onu>. Acesso em maio de 2016
67. Organização Pan Americana de Saúde (OPAS). Organização Mundial da Saúde (OMS). Ano internacional da mulher. [internet] Disponível em: [http://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=category&layout=blog&id=1301&Itemid=685](http://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=1301&Itemid=685)
68. Safiotti HIB. Gênero, Patriarcado e violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.
69. Bandeira L, Melo HP. Tempos e Memórias: Movimento Feminista no Brasil. Brasília: Distrito Federal, 2010 [acesso em 16 jul 2016]. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2010/titulo-e-memorias>
70. Ferreira J, Delgado LAN (Orgs). Brasil republicano: o tempo da experiência democrática (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 13-46p.
71. ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. ONU, 1948.
72. Organização dos Estados Americanos. Convenção Interamericana par a Prevenção, Punição e Erradicação da Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará. Brasil, 1994.

73. Oliveira RD. O Século XXI começou em Pequim. In: IV Conferência Mundial sobre a Mulher – Beijing: China – 1995. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.
74. Cavalcanti CO, Medeiros CMR, VALE SLL, SOUZA LC, JUNQUEIRA CCS. Modalidades de violência vivenciadas por mulheres atendidas numa unidade de saúde da família integrada. Rev enferm UFPE online [Internet] 2013. [acesso em 14 jul 2015]; 7(5):1412-20. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/viewFile/11627/13692>
75. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de indicadores 2011 [Internet]. IBGE, 2011 [acesso em 05 set 2015]. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2011/default\\_sintese.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2011/default_sintese.shtm)
76. Scott, JW. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. Porto Alegre, Editora: Educação & Realidade. 1995
77. Scott JW. Gender: a useful category of historical analyses. Them American Historical Review [Internet] 1989. [acesso em 14 set 2015]; 91(5):1053-75. Disponível em: <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/SCOTTJoanGenero.pdf>
78. Oliveira AM. Não se nasce homem, nem necessariamente se torna. In: Silva PD, Ribeiro MG (Orgs). Rumos dos estudos de gênero e de sexualidades na agenda contemporânea. Campina Grande: EDUEPB, 2013.
79. Fuller N. Fronteras y retos: varones de classe media del Peru 1977 In: Valdes T, Olavarria J (Orgs) Masculinidad/es poder y crisis. Santiago. Flasco: Chile, 1997.
80. Heritier F. Masculino/Feminino: el pensamiento de la diferencia. Barcelona: Ariel, 1996.
81. Bordeu P. A Dominação Masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
82. Beauvoir S. O segundo sexo. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1986. 2 ed: A experiência vivida.
83. Medeiros CMR, Braga VAB, Bustorff LACV, Araujo VS, Souto LM. Revisão integrativa de literatura: um modelo de análise do conceito de gênero. Temas em Saúde [Internet] 2011. [acesso em 13 ago 2015]. 11:37-41. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/revico/article/view/2908>
84. World Health Organization. World health statistics annual 1996. Geneva: WHO; 1998. Disponível em: [http://www.who.int/whr/1996/media\\_centre/en/whr96\\_presskit\\_en.pdf?ua=1](http://www.who.int/whr/1996/media_centre/en/whr96_presskit_en.pdf?ua=1)
85. Vieira EM, Perdoná GSC, Santos MA. Fatores associados à violência física por parceiro íntimo em usuárias de serviços de saúde. Rev. Saúde Pública [Internet] 2011. [acesso em 10 set 2015]; 45(4):730-737. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89102011000400013&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89102011000400013&script=sci_arttext)

86. FIOCRUZ. Violência: Caderno para orientação de profissionais da saúde. Caderno N. 03 [Internet]. Rio de Janeiro, 2013 [acesso em 03 set 2015]. Disponível em: [http://www5.ensp.fiocruz.br/biblioteca/dados/txt\\_469588428.pdf](http://www5.ensp.fiocruz.br/biblioteca/dados/txt_469588428.pdf)
87. Compromisso e Atitude. Lei Maria da Penha. Alguns números sobre a violência contra mulher no mundo [internet]. 2016. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/alguns-numeros-sobre-aviolencia-contra-as-mulheres-no-mundo/>.
88. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dados da violência no Brasil. Brasília; 2012.
89. Acosta DF, Gomes VLO, Barlem ELD. Perfil das ocorrências policiais de violência contra a mulher. Acta paul. enferm. [Internet] 2013. [acesso em 05 set 2015]; 26(6):547-53. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ape/v26n6/07.pdf>
90. Bandeira LM. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. Soc. estado. [Internet] 2014. [acesso em 08 set 2015]; 29(2):449-69. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v29n2/08.pdf>
91. Carneiro AA, Fraga CK. A Lei Maria da Penha e a proteção legal à mulher vítima em São Borja no Rio Grande do Sul: da violência denunciada à violência silenciada. Serviço Social e Sociedade [internet], 2012. São Paulo. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n110/a08n110.pdf>
92. Minayo MCS. Violência e Saúde. 1ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.
93. Moore Junior B. As origens da ditadura e democracia: Senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Rio de Janeiro: Editora 70, 2010.
94. Lordeolo S, Costa LF. Quando o príncipe vira sapo: Identificando os sinais de transformação. In: Murta SG, Bucker-Maluschke JNSF, Diniz GRS (Orgs). Violência no namoro: Estudos, prevenção e psicoterapia. Apris, 2015.
95. Barker GM. Male violence or patriarchal violence? Global Trends in Men and Violence. Rev Sexualidad, Salud y Sociedad [Internet] 2016. [acesso em 23 set 2016]; 22:316-30. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ress/n22/1984-6487-sess-22-00316.pdf>
96. Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Nota técnica – Mulheres e Trabalho: breve análise do período 2004-2014. Brasília: Distrito Federal, 2016. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/160309\\_nt\\_24\\_mulher\\_trabalho\\_marco\\_2016.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160309_nt_24_mulher_trabalho_marco_2016.pdf)
97. Santiago IMF, Alves MHI, Costa JC. Análise das condições de saúde sexual e reprodutiva das mulheres atendidas no programa de atenção integral a mulher do serviço municipal de saúde de Campina Grande/PB. Qualit@s Revista Eletrônica [Internet] 2013. [acesso em -1 set 2015] 14(2):1-18. Disponível em: <http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/1749/984>

98. Brasil. Ministério da Justiça. Lei 10.778. Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados. Brasília: Distrito Federal, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.778.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.778.htm)
99. Brasil. Ministério da Justiça. Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças. Brasília: Distrito Federal, 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm)
100. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria Nº 104, de 25 de Janeiro de 2011. Define notificação compulsória em todo o território nacional e estabelece fluxo, critérios, responsabilidades e atribuições aos profissionais e serviços de saúde. Brasília: Distrito Federal, 2011. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt0104\\_25\\_01\\_2011.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt0104_25_01_2011.html)
101. Cortez MB, Souza LA. Delegacia da Mulher perante as normas e leis para o enfrentamento da violência contra a mulher: um estudo de caso. Rev. Adm. Pública [Internet] 2014. [acesso em 29 ago 2015]; 48(3):621-39. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v48n3/05.pdf>
102. Meneghel SN, Mueller B, Calazziol ME, Quadros MM. Repercussões da Lei Maria da Penha no enfrentamento da violência de gênero. Ciênc. saúde coletiva [internet] 2013, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 691-700, mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S1413->. Acesso em: 10 maio 2017.
103. Soares MCS, Silva G, Medeiros, CMR, Araujo VS, Cordeiro RC, Dias MD. Significados e influencias da violência doméstica: sentimentos refletidos por mulheres em situação de violência. [internet] 2104. Rev Cuidado e Fundament. Rio de Janeiro.v.6, n. 5, p. 155-163. Disponível em: <file:///C:/Users/cidney/Downloads/4494-23407-1-PB.pdf>
104. Alves ES, Oliveira DLLC, Maffaccioli R. Repercussões da Lei Maria da Penha no enfrentamento da violência doméstica em Porto Alegre. Rev Gaucha Enferm. 2012 set;33(3):141-7. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ress/v25n2/2237-9622-ress-25-02-00331.pdf>
105. Amaral NA, Amaral CA, Amaral TLM. Mortalidade feminina e anos de vida perdidos por homicídio/agressão em capital brasileira após promulgação da Lei Maria da Penha. Texto contexto - enferm. [Internet] 2013. [acesso em 10 jul 2015]; 22(4):980-88. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v22n4/14.pdf>
106. Facio A, Fryes L. Feminismo, Género y Patriarcado. Revista sobre enseñanza de derechos de Buenos Aires [Internet] 2005. [acesso em 06 set 2015]; 3(6):259-94. Disponível em [http://www.derecho.uba.ar/publicaciones/rev\\_academia/revistas/06/feminismo-genero-y-patriarcado.pdf](http://www.derecho.uba.ar/publicaciones/rev_academia/revistas/06/feminismo-genero-y-patriarcado.pdf)
107. Molinatti F, Acosta LD. Tendencias de lamortalidad por agresiones em mujeres de países seleccionados de América Latina, 2001–2011. Rev Panam Salud Publica [Internet] 2015. [acesso em 15 set 2015]; 37(4):279–86. Disponível em:

[http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2015/08/MOLINATTI\\_ACOSTA\\_tendenciasmortalidadagresiones.pdf](http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2015/08/MOLINATTI_ACOSTA_tendenciasmortalidadagresiones.pdf)

108. Minayo MCS. A inclusão da violência na agenda da saúde: trajetória histórica. *Ciência e Saúde Coletiva* [internet], 2007. [acesso em julho de 2016]; v. 11, Supl., p. 1259-1267. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v11s0/a15v11s0.pdf>

109. Cassab LA. “Violência de gênero”. In: Fleury-Teixeira E, Meneguel SN (Orgs). *Dicionário Feminino da Infâmia: Acolhimento e Diagnóstico de Mulheres em Situação de Violência*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2015.

110. Madureira AB, Raimondo ML, Ferraz MIR, Marcovicz GV, Labronici LM, Mantovanni MF. Perfil de homens autores de violência contra mulheres detidos em flagrante: contribuições para o enfrentamento. *Rev Esc Anna Nery* [Internet]. 2014 [acesso em 17 jul 2017];18(4):600-06. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ean/v18n4/1414-8145-ean-18-04-0600.pdf>

111. Santos AMB, Oliveira ZM, Coqueiro RS, Santos VC, Anjos KF, Casotti CA. Prevalência e perfil de mulheres grávidas que sofreram violência física. *Fundam. care. Online* [Internet]. 2017 [acesso em 02 jul 2017]; 9(2):401-07. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/5287/pdf>

112. Bernardino IM, Barbosa KGN, Nobrega LM, Cavalcante GMC, Ferreira EFF, D’Avila S. Violência contra mulheres em diferentes estágios do ciclo de vida no Brasil: um estudo exploratório. *Rev. bras. epidemiol.* [Internet] 2016 [acesso em 4 ago 2016]; 19(4):740-52. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-5497201600040005>

113. Ferreira RM, Vasconcelos TB, Moreira Filha RE, Macena RHM. Características de saúde de mulheres em situação de violência doméstica abrigadas em uma unidade de proteção estadual. *Ciênc. saúde coletiva* [Internet]. 2016 [acesso em 2 jul 2017]; 21(1):3937-46. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320152112.09092015>

114. Walker, L. *The battered woman*. New York: Harper and How, 1979.

115. Leitão MNC. Mulheres sobreviventes de violência exercida por parceiros íntimos – a difícil transição para a autonomia. *RevEscEnferm USP* [Internet] 2014 [acesso em 1 jul 2016]; 48(Esp):07-15. Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v48nspe/pt\\_0080-6234-reeusp-48-esp-007.pdf](http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v48nspe/pt_0080-6234-reeusp-48-esp-007.pdf)

116. Grele RJ. R.J. *The View from Where We Stand: Oral History and expanded Horizons*. *História oral* [Internet] 2005. [acesso em 30 maio 2016]; 8(2):77-85. Disponível : <http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=175>

117. Pereira Neto AF, Machado BA, Montenegro AT. *História Oral no Brasil: Uma análise da produção recente (1998-2008)*. *História oral* [Internet] 2005. [acesso em 30 abr 2017]; 10(2):113-26. Disponível em: <http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=219>

118. Meihy JCSB, Ribeiro SLS. Guia prático de História Oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo: Contexto, 2011.
119. Meihy JCSB. Manual de história oral. 5 ed. São Paulo: Loyola; 2005
120. Meihy JCSB, Holanda F. História oral: como fazer, como pensar. 2 ed. São Paulo: Contexto; 2011.
121. Silva VP, Barros DD. Método história oral de vida: contribuições para a pesquisa qualitativa em terapia ocupacional. Rev. Ter. Ocup. [internet] 2010. [acesso em maio de 2016]; v. 21, n. 1, p. 68-73.
122. Castro AS, Cavalcante A. Flores da caatinga: Caatinga flowers. Campina Grande: Instituto Nacional do Semiárido, 2010.
123. Silva JJA. A utilização da Literatura de Cordel como instrumento didático-metodológico no ensino de Geografia. 2012. 158f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Paraíba: João Pessoa, 2012.
124. Lima AFC, Gualda DMR. Reflexão sobre a qualidade de vida do cliente renal crônico submetido à hemodiálise. Nursing [Internet] 2000. [acesso em 03 ago 2016]; 3(30):20-3. Disponível em: <http://pesquisa.bvsalud.org/enfermagem/resource/pt/bde-486>
125. Meihy JCSB, Holanda F. História oral: como fazer, como pensar. São Paulo: Editora Contexto, 2007.
126. Bardin L. Análise de Conteúdo. Edições 70: Lisboa, 2009.
127. Bardin L. Análise de Conteúdo. Edições 70: São Paulo, 2011.
128. Miguel LF, Biroli F(Orgs). Teoria política feminista: textos centrais. Belo Horizonte: Vinhedo, 2013.
129. Lamoglia CVA, Minayo MCS. Violência conjugal, um problema social e de saúde pública: estudo em uma delegacia do interior do Estado do Rio de Janeiro. Ciência & Saúde Coletiva [Internet] 2009. [acesso em 01 jun 2017]; 14(2):595-604. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232009000200028&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232009000200028&script=sci_abstract&tlng=pt)
130. Gonçalves HE, Gentil AB. Que grito é esse? Sonoridades de mulheres: uma discussão por reconhecimento. Rev. Bioética [Internet] 2015. [acesso em 10 maio 2017]; 23(3):542-5. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bioet/v23n3/1983-8034-bioet-23-3-0542.pdf>
131. Galiza CJRB. Educação Transgeracional Sistêmica: uma prática educativa popular de cuidado integral em saúde. 2015. 236f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Paraíba: João Pessoa, 2015.
132. Botton A, Cúnico AD, Barcinski M, Strey MN. Os papéis Parentais nas Famílias: Analisando Aspectos Transgeracionais e de Gênero. Rev Pensando famílias [Internet] 2015. [acesso em 23 jul 2016]; 19(2):43-56. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v19n2/v19n2a05.pdf>

133. Santos ACW, Moré CLOO. Impacto da violência no sistema familiar de mulheres vítimas de agressão. *Psicologia: Ciência e Profissão* [Internet] 2011. [acesso em 23 jul 2016]; 31(2): 220-35. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932011000200003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932011000200003)
134. Falcke D, Wagner A. A dinâmica familiar e o fenômeno da transgeracionalidade: definição de conceitos. In: Wagner A (Org). *Como se perpetua a família?* Porto Alegre: PUCRS, 2005.
135. Maluschke-Bucher JSNF. (2008). Do transgeracional na perspectiva sistêmica à transmissão psíquica entre as gerações na perspectiva da psicanálise. In: Penso, M. A. &
136. Durand FG, Schaiber LB, França Junior I, Barros C. Repercussão da exposição à violência por parceiro íntimo no comportamento dos filhos. *Rev Saúde Pública* [Internet] 2011. [acesso em 2 jul 2016]; 45(2):355-64. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v45n2/1940.pdf>
137. Vieira EM, Perdona GSC, Santos MA. Fatores associados à violência física por parceiro íntimo em usuárias de serviços de saúde. *Rev. Saúde Pública* [Internet] 2011. [acesso em 10 set 2015]; 45(4):730-37. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89102011000400013&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89102011000400013&script=sci_arttext)
138. Leitão MNC. Violência nas relações de intimidade. In: Leitão MNC et al (Orgs). *Prevenir a Violência no namoro*. 2013
139. Souza CLL, Carvalho MA. Padrões transgeracionais repetitivos que incidem nas relações familiares. Orientadora: Maria Angélica Vitorano. Centro de Estudos de família e de casal – CEFAC, Porto Alegre, 2010.
140. Sellan S. Origines et prévention des maladies, L'analyse psychosomatique et ledécadagebiologic. Quebec, Quintencensse, 2003.
141. Paixão GPN, Gomes NP, Diniz NMF, Lira MOSC, Carvalho MRS, Silva RS. Mulheres vivenciando a intergeracionalidade da violência conjugal. *Rev. Latino-Am. Enfermagem* [Internet] 2015. [acesso em 22 set 2016]; 23(5):874-9. Disponível: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-11692015000500874](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692015000500874)
142. Assis LR. “Entre tapas e beijos”: representações sociais sobre a violência de gênero para adolescentes. *Psicologia e Saber Social* [Internet] 2013. [acesso em 07 maio 2017]; 2(2):229-42. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/8796/6664>
143. Njaine K. Violência no Namoro. In: Fleury-Teixeira E, Meneguel SN (Orgs). *Dicionário Feminino da Infâmia: Acolhimento e Diagnóstico de Mulheres em Situação de Violência*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2015.
144. Minayo MCS, Assis S, Njaine K (Orgs). Amor e violência: um paradoxo das relações de namoro e do “ficar” entre jovens brasileiros. [Internet] Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011, 236p. Disponível em: <http://static.scielo.org/scielobooks/4c6bv/pdf/minayo-9788575413852.pdf>

145. Lima MLC, Mello RP. Algumas considerações sobre os homens no contexto da violência contra a mulher. *Psicol. Argum* [Internet] 2013. [acesso em 02 jul 2016]; 31(74):425-35. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/pa?dd1=12234&dd99=view&dd98=pb>
146. Oliveira MR Violência Sexual. In: Fleury-Teixeira E, Meneguel SN (Orgs). *Dicionário Feminino da Infâmia: Acolhimento e Diagnóstico de Mulheres em Situação de Violência*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2015.
147. Soares MCS, Silva G, Medeiros CMR, Dias MD, Moura JP. Significados da Lei Maria da Penha para mulheres vítimas de violência doméstica. *Direito Constit.* [internet] 2013. [acesso em julho de 2016]; n.21. Disponível em: <file:///C:/Users/cidney/Downloads/11-21-1-SM.pdf>
148. Barros EM, Silva AS, Falbo Neto GH, Lucena SG, Ponzo L, Pimentel AP. Prevalência e fatores associados à violência por parceiro íntimo em mulheres de uma comunidade em Recife/Pernambuco, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva* [Internet] 2016. [acesso em 10 maio 2017]; 21(2):591-98. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n2/1413-8123-csc-21-02-0591.pdf>
149. Brilhante AVM, Moreira GAR, Vieira LJES, Catrib AMF. Um estudo bibliométrico sobre a violência de gênero. *Saúde Soc* [Internet] 2016. [acesso em 2 maio 2017]; 25(3):703-15. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v25n3/1984-0470-sausoc-25-03-00703.pdf>
150. Leite EMC, Bravim LR, Lima EFA, Primo CC. Violência contra a mulher: caracterizando a vítima, a agressão e o autor. *Fundam. care. online* [Internet] 2015. [acesso em 04 ago 2016]; 7(1):2181-91. Disponível em: <file:///C:/Users/000730/Downloads/3464-22766-1-PB.pdf>
151. Mesquita VSF; Penso MAA. A violência simbólica no relacionamento amoroso de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. In Murta SG, Bucker-Maluschke JNSF, Diniz GRS (Orgs). *Violência no namoro: Estudos, prevenção e psicoterapia*. Ed. Apris, 2015.
152. Silva LEL, Oliveira MLC. Características epidemiológicas da violência contra a mulher no Distrito Federal, 2009 a 2012. *Epidemiol. Serv. Saúde* [Internet] 2016. [acesso em 12 maio 2017]; 25(2):331-41. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ress/v25n2/2237-9622-ress-25-02-00331.pdf>
153. Cisme M. Direitos humanos e violência contra as mulheres: uma luta contra a sociedade patriarcal-racista-capitalista. *Serviço social em revista* [Internet] 2015. [acesso em 03 ago 2016]; 18(1):138-54. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/23588/17726>
154. Santos ABR, Ceccarello PR. Psicanálise e moral sexual. *Reverso* [Internet] 2010. [acesso em 04 out 2016]; 32(59):23-30. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-73952010000100003n](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952010000100003n)

155. Coutinho RZ, Miranda-Ribeiro P. Religião, religiosidade e iniciação sexual na adolescência e juventude: lições de uma revisão bibliográfica sistemática de mais de meio século de pesquisas. *Rev Bras. Est. Pop* [Internet] 2014. [acesso em 07 out 2016]; 31(2):333-65. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v31n2/a06v31n2.pdf>
156. Silva ACLG, Coelho EBS, Njaine K. Violência conjugal: as controvérsias no relato dos parceiros íntimos em inquéritos policiais. *Revista Ciência & Saúde Coletiva* [Internet] 2014. [acesso em 28 nov 2016]; 19(4):24-38. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232014000401255](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014000401255)
157. Teixeira SVB, Moura MAV, Silva LR, Queiroz ABA, Souza KVS, Albuquerque Neto AA. Violência perpetrada por parceiro íntimo à gestante: o ambiente à luz da teoria de Levine. *Rev Esc Enferm USP* [Internet] 2015. [acesos em 02 jan 2017]; 49(6):882-9. Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v49n6/pt\\_0080-6234-reeusp-49-06-0882.pdf](http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v49n6/pt_0080-6234-reeusp-49-06-0882.pdf)
158. Han A, Stewart DE. Maternal and fetal outcomes of intimate partner violence associated with pregnancy in the Latin American and Caribbean region. *Int J GynaecolObstet* [Internet] 2014. [acesso em 14 maio 2017]; 24(1):6-11. Disponível em: [http://www.ijgo.org/article/S0020-7292\(13\)00506-7/pdf](http://www.ijgo.org/article/S0020-7292(13)00506-7/pdf)
159. Makayoto LA, Omolo J, Kamwey AAM, Harder VS, Mutai J. Prevalence and associated factors of intimate partner violence among pregnant women attending Kisumu District Hospital, Kenya. *Matern Child Health J* [Internet]. 2013. [acesso em 15 maio 2017]; 17(3):441-7. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3574621>
160. Viellas EF, Gama SGN, Carbalho ML, Pinto LW. Fatores associados à agressão física em gestantes e os desfechos negativos no recém-nascido. *J Pediatr* [Internet] 2013. [acesso em 13 maio 2017]; 89(1):83-90. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/jped/v89n1/v89n1a13.pdf>
161. Marcacine KO, Abuchaim ESV, Abrahão AR, Michelone CLS, Abrão ACFV. Prevalence of intimate partner violence reported by puerperal women. *Acta Paul Enferm* [Internet] 2017. [acesso em 15 maio 2017]; 26(4):395-400. Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/ape/v26n4/en\\_v26n4a15.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ape/v26n4/en_v26n4a15.pdf)
162. Silva EP, Ludemir AB, Araujo TVB, Valongueiro AS. Frequência e padrão da violência por parceiro íntimo antes, durante e depois da gravidez. *Rev Saúde Pública* [Internet] 2011. [acesso em 10 jan 2017]; 45(6):1044-53. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-89102011000600006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102011000600006)
163. Carneiro JF, Valongueiro SI, Ludemir AB, Araujo TB. Violência física pelo parceiro íntimo e uso inadequado do pré-natal entre mulheres do Nordeste do Brasil. **Rev Bras Epidemiol** [Internet] 2016. [acesso em 14 fev 2017] 19(2):243-55. Disponível em: <http://www.scielosp.org/pdf/rbepid/v19n2/1980-5497-rbepid-19-02-00243.pdf>
164. Guedes RN, Fonseca RMGS, Egrý EY. Limites e possibilidades avaliativas da Estratégia Saúde da Família para a violência de gênero. *Rev Esc Enferm USP* [Internet] 2013. [acesso 9 dez 2016]; 47(2):304-11. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v47n2/05.pdf>

165. Silva VAC. Autonomia. In: Fleury-Teixeira E, Meneguel SN. (Orgs.) Dicionário Feminino da Infância: Acolhimento e Diagnóstico de Mulheres em Situação de Violência. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015.
166. Romagnoli RS. A violência contra a mulher em Montes Claros. Barbarói [Internet] 2015. [acesso em 10 maio 2017]; 43:27-47. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/4815/4407>
167. Aguiar NF. Autonomia In: Fleury-Teixeira E, Meneguel SN. (Orgs.) Dicionário Feminino da Infância: Acolhimento e Diagnóstico de Mulheres em Situação de Violência. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015.
168. Lima RS, Martins CSB, Marques D, Pröglhöf PN, Astolfi R, Tonelli G, et al. Fórum Brasileiro de Segurança pública - 10º anuário Brasileiro se segurança pública, São Paulo, 2016. [acesso em 10 maio 2016]. Disponível em: [http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Anuario\\_Site\\_27-01-2017-RETIFICADO.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Anuario_Site_27-01-2017-RETIFICADO.pdf)
169. Neves ET, Cabral IE. Empoderamento da mulher cuidadora de crianças com necessidades especiais de saúde. Texto Contexto Enferm [Internet] 2008. [acesso em 10 jul 2017]; 17(3):552-60. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v17n3/a17v17n3.pdf>
170. Assis JS. Mas afinal, o que é empoderamento feminino? [acesso em 07 jul 2017] Disponível em: <https://impacthubcuritiba.com/empoderamento-feminino>
171. Baqueiro RVA. Empoderamento: instrumento de emancipação social? – uma discussão conceitual. Revista Debates [Internet] 2012. [acesso em 01 jul 2017]; 6(1):173-87. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/debates/article/view/26722>
- 172 Trigueiro TH, Labronici LM, Merighi MAB, Raimondo ML. O Processo de Resiliência de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica: Uma Abordagem Qualitativa. Cogitare Enfermagem [Internet] 2014. [acesso em 05 ago 2017]; 19(3): 437-443. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/34726/23208>
173. Amaral OC. Curso básico de resistência dos materiais. Belo Horizonte: Artes Gráficas Formato, 2002.
174. Araujo LF. Teva I, Bermudez LP. Resiliencia en adultos: una revisión teórica. Ter Psicol [Internet] 2015. [acesso em 17 jul 2017]; 33(3):257-76. Disponível em: [http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-48082015000300009&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-48082015000300009&script=sci_arttext)
175. Riecken C. Sobreviver: instinto de vencedor - os 12 pontos da resiliência e a personalidade dos sobreviventes. Rio de Janeiro: Editora Saraiva, 2006.
176. Lambronic LM. Processo de resiliência nas mulheres vítimas de violência Doméstica: um olhar fenomenológico. Texto Contexto Enferm [Internet] 2012. [acesso em 10 jan 2017]; 21(3):625-32. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v21n3/v21n3a18.pdf>
177. Silva EC, Monteiro CFB. Mulheres vítimas de violência intrafamiliar - Um olhar sobre o resgate da autoestima através do processo de resiliência. Revista UNINGÁ [Internet] 2015.

[acesso 17 ago 2016]; 23(3):75-82. Disponível em: [http://www.mastereditora.com.br/periodico/20150902\\_110045.pdf](http://www.mastereditora.com.br/periodico/20150902_110045.pdf)

178. Vieira LB, Souza IEO, Tocantins FO, Pina-Rocha F. Apoio à mulher que denuncia o vivido da violência a partir de sua rede social. *Rer Latino- Am Enferm* [Internet] 2015. [acesso em 10 jul 2017]; 23(5):856-73. Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/rlae/v23n5/pt\\_0104-1169-rlae-23-05-00865.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rlae/v23n5/pt_0104-1169-rlae-23-05-00865.pdf)

179. Barreto AP. Resiliência: quando a carência gera competência. *Terapia comunitária passo a passo*. 4 ed. Fortaleza: LCR; 2008. P.101-20.

180. Liebig SM. As linhas tortas de uma escrita em “S”: sexualidade, sacrifício e superação em Walker e Sapphire. In: Silva APD, Ribeiro MG (Orgs.) *Rumos dos estudos de gênero e de sexualidades na agenda contemporânea*. Campina Grande: EDUEPB, 2013.

181. Bulfinch T. *O livro de ouro da mitologia: (a idade da fábula): histórias de deuses e heróis* 26 ed. [Internet] 2002. [acesso em: 14 jun 2017] Rio de Janeiro. Disponível em: <http://filosofianreapucarana.pbworks.com/f/O+LIVRO+DE+OURO+DA+MITOLOGIA.pdf>

182. Melillo A. *Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas*. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.

183. Brasil. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: Atitude de ampliação de acesso*. Brasília: Distrito Federal, 2015 [acesso em 15 jun 2017]. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_praticas\\_integrativas\\_complementares\\_2ed.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_praticas_integrativas_complementares_2ed.pdf)

184. Albuquerque Netto, L; Moura, MAV; QUEIROZ, ABA; LEITE, FMC; SILVA,GF. Isolamento de mulheres em situação de violência pelo parceiro íntimo: uma condição em redes sociais. *Esc Anna Nery* 2017;21(1). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eann/v21n1/1414-8145-eann-21-01-e20170007.pdf>

185. Vieira EM, Hasse M. Perceptions of professionals in an intersectorial network about the assistance of women in situation of violence. *Interface* [Internet] 2017. [acesso em 18 ago 2016]; 21(60):52-60. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832017000100052&script=sci\\_arttext&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832017000100052&script=sci_arttext&tlng=en)

186. Agência Brasil. Casos de violência contra a mulher ainda são subnotificados. [acesso em 03 jul 2017]. Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-04/casos-de-violencia-contra-mulher-ainda-sao-subnotificados-diz>

187. Silva EB, Padoin SMM, Vianna LAC. Mulher em situação de violência: limites da assistência. *Ciênc. saúde coletiva* [Internet] 2015. [acesso em 10 set 2015]; 20(1):249-258. Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/csc/v20n1/pt\\_1413-8123-csc-20-01-00249.pdf](http://www.scielo.br/pdf/csc/v20n1/pt_1413-8123-csc-20-01-00249.pdf)

188. Braga TBM, Mosqueira SM, Morato HTP. Cartografia clínica em plantão psicológico: investigação interventiva num projeto de atenção psicológica em distrito policial. *Temas em Psicologia* [Internet] 2012. [acesso em: 22 maio 2017]; 20(2):555-59. Disponível em: [http://www.temasempsicologia.org/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=19](http://www.temasempsicologia.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=19)

189. Farinha MG, Souza TMC. Plantão psicológico na delegacia da mulher. Revista da SPAGESP [Internet] 2016. [acesso em 10 jul 2017]; 17(1):65-79. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v17n1/v17n1a07.pdf>
190. Colasanti M. A moça tecelã. Um espinho de marfim e outras histórias. Porto Alegre: L&PM, 2012.
191. Cabrera AP, Alós AP. Tecendo histórias: a condição social moderna em “a moça tecelã”. Cadernos do IL [Internet] 2015. [acesso 25 maio 2017]; 51:221-33; Disponível em: [http://seer.ufrgs.br/index.php/cadernosdoil/article/view/57169/pdf\\_70](http://seer.ufrgs.br/index.php/cadernosdoil/article/view/57169/pdf_70)
192. Bauman Z. Vida líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
193. Lucena KDT, Silva ATMC, Moraes RM, Silva CC, Bezerra IMP. Análise espacial da violência doméstica contra a mulher entre os anos de 2002 e 2005 em João Pessoa, Paraíba, Brasil. Cad. Saúde Pública [Internet] 2012. [acesso em 14 ago 2015] 28(6):111-21. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v28n6/10.pdf>
194. Mendonça MFS, Ludermir AB. Violência por parceiro íntimo e a incidência de transtorno mental comum. Cad. Saúde Pública [Internet] 2017. [acesso em 14 jul 2017]; 51(22). Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/rsp/v51/pt\\_0034-8910-rsp-S1518-87872017051006912.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rsp/v51/pt_0034-8910-rsp-S1518-87872017051006912.pdf)
195. Pedrosa MZW, Zanello V. (In)visibilidade da violência contra as mulheres na saúde mental. Psicologia: Teoria e Pesquisa [internet] 2016 [acesso em julho de 2017]; 32 1-8. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v32nspe/1806-3446-ptp-32-spe-e32ne214.pdf>>
196. Silva LEL, Oliveira MLC. Violência contra a mulher: Revisão sistemática da produção científica nacional no período de 2009 a 2003. Ciência & Saúde Coletiva [internet] 20(11): 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v20n11/1413-8123-csc-20-11-3523.pdf>

## APÊNDICES

**APÊNDICE A**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JOÃO PESSOA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – CES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM  
NÍVEL DOUTORADO

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**TÍTULO DO PROJETO: HISTÓRIA ORAL DE VIDA DE MULHERES QUE  
VIVENCIARAM A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

**PESQUISADOR RESPONSÁVEL: MARIA CIDNEY DA SILVA SOARES**

*Você está sendo convidado (a) a participar do projeto de pesquisa acima citado. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a você.*

Este projeto de pesquisa, atendendo ao disposto na Resolução CNS 466/12, tem como objetivos: Conhecer a história de vida das mulheres que vivenciaram a violência doméstica, compreender como se desenvolveu o processo de violência doméstica na vida de mulheres com essa experiência e investigar as estratégias que contribuíram para ajudar essas mulheres a sair do ciclo de violência.

Os procedimentos adotados serão: inserção no campo de pesquisa para a construção de vínculos com as mulheres, realizar entrevista com as mulheres que utilizam os serviços de saúde ofertados no centro de referência à mulher.

Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os eventuais esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas. Dessa forma, estou ciente de que:

a) A participação neste projeto não tem objetivo de me submeter a um tratamento, bem como não me acarretará qualquer ônus pecuniário com relação aos procedimentos efetuados com o estudo;

b) Tenho a liberdade de desistir ou de interromper a colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação. A desistência não causará nenhum prejuízo à minha saúde ou bem estar físico.

d) Durante a entrevista será feito o uso do gravador de voz e máquina fotográfica para melhor compreensão das informações, podendo eu solicitar, a qualquer momento, que o entrevistador pare de gravar, sem nenhum prejuízo a mim;

e) Os resultados obtidos durante este ensaio serão mantidos em sigilo, mas concordo que sejam divulgados em publicações científicas, desde que meus dados pessoais não sejam mencionados;

f) Caso eu deseje, poderei pessoalmente tomar conhecimento dos resultados, ao final desta pesquisa.

g) Caso me sinta prejudicada por participar desta pesquisa, poderei recorrer ao Comitê de Ética em Pesquisas em Seres Humanos, ou ao Conselho Regional de Enfermagem da Paraíba.

Campina Grande/PB, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

( ) Participante \_\_\_\_\_

|                    |
|--------------------|
| Polegar<br>direito |
|--------------------|

Testemunha 1: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
 Maria Cidney da Silva Soares  
 Pesquisadora responsável

\_\_\_\_\_  
 Professora Dra. Maria Djair Dias  
 Orientadora (PPGEnf/CCS/UFPB)

Contato: e-mail: [profcidneysoares@hotmail.com](mailto:profcidneysoares@hotmail.com). Tel: (83) 8896-5995.

Endereço do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos – CEP. Centro de Ciências da Saúde. Universidade Federal da Paraíba. Bairro Castelo Branco. João Pessoa-PB. CEP: 58.051-900. Tel: 3216 7791. E-mail: [eticaccs@ccs.ufpb.br](mailto:eticaccs@ccs.ufpb.br)

## APÊNDICE B



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JOÃO PESSOA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – CES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM  
NÍVEL DOUTORADO

**TÍTULO DO PROJETO: HISTÓRIA ORAL DE VIDA DE MULHERES QUE VIVENCIARAM A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

### CARTA DE CESSÃO

Eu, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ (estado civil) \_\_\_\_\_ (RG), declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, transcrita, textualizada, transcrita e autorizada para que Maria Sidney da Silva Soares (PPGEnf-UFPB) possa usá-la integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo o uso de terceiros para ouvi-la e usar citações, ficando o controle à pesquisadora, que tem sua guarda.

Declaro ainda estar ciente dos objetivos do estudo que compreende: Conhecer a história de vida das mulheres que vivenciaram a violência doméstica, compreender como se desenvolveu o processo de violência doméstica na vida de mulheres com essa experiência e investigar as estratégias que contribuíram para ajudar essas mulheres a sair do ciclo de violência.

Abdicando de direitos meus e de meus descendentes, subscrevo presente.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do colaborador

\_\_\_\_\_  
Assinatura do pesquisador

\_\_\_\_\_  
Assinatura da Testemunha

João Pessoa, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

## APÊNDICE C



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS E DA SAÚDE  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM  
NÍVEL DOUTORADO**

### INSTRUMENTO DE PRODUÇÃO DO MATERIAL EMPÍRICO

|                          |  |
|--------------------------|--|
| <b>IDENTIFICAÇÃO</b>     |  |
| <b>IDADE</b>             |  |
| <b>ETNIA</b>             |  |
| <b>OCUPAÇÃO</b>          |  |
| <b>SITUAÇÃO CONJUGAL</b> |  |
| <b>AGRESSOR(A)</b>       |  |
| <b>IDADE</b>             |  |
| <b>OCUPAÇÃO</b>          |  |
| <b>TEMPO DE AGRESSÃO</b> |  |

### QUESTÕES DE CORTE:

- 1 Me conte a sua história de vida como mulher que vivenciou violência doméstica.
- 2 O que você sabe de sua história de nascimento?
- 3 Você se lembra da sua infância? Como foi ser criança?
- 4 Em que momento de sua vida você se sentiu violentada pela primeira vez?
- 5 Como foi para você decidir buscar ajuda? De onde partiu a decisão?
- 6 Que estratégias você utilizou para sair do ciclo da violência?

# **ANEXOS**

**ANEXO I**  
**MÚSICAS USADAS NO ENCONTRO DE CUIDADO PARA ACOLHIMENTO E**  
**DESPEDIDA**

**Mulher**

(Composição: Elba Ramalho)

*Pra descrever uma mulher*

*Não é do jeito que quiser*

*Primeiro tem que ser sensível*

*Senão, é impossível*

*Quem vê por fora, não vai ver*

*Por dentro o que ela é*

*É um risco tentar resumir*

*Mulher...*

*De um lado é corpo e sedução*

*Do outro força e coração*

*É fera e sabe machucar*

*Mas a primeira a te curar*

*E sempre faz o que bem quer*

*Ninguém pode impedir*

*E assim começa a definir*

*Mulher...*

*Mulher...*

*Entre tudo o que existe é principal*

*Pra você gerar a vida é natural*

*Esse é o mundo da mulher...*

*Mulher..*

*Que a divina natureza fez surgir*

*A mais linda obra prima que alguém já viu*

*Assim nasceu a mulher*

*Nas mãos de Deus...*

*Por mais que o homem possa ter  
Sem ela não dá pra viver  
As vezes pede proteção  
Pra ter um pouco de atenção  
Se finge ser tão frágil mas,  
domina quem quiser  
Pois ninguém pode definir  
Mulher...  
Mulher...  
Entre tudo que existe é principal  
Pra você gerar a vida é natural  
Esse é o mundo da mulher*

*Mulher...  
Que a divina natureza fez surgir  
A mais linda obra prima que alguém já viu  
Assim nasceu a mulher  
Nas mãos de Deus...*

*Mulher.... mulher .... mulher*

### **Desconstruindo Amélia**

(Composição: Pitty)

*Já é tarde, tudo está certo  
Cada coisa posta em seu lugar  
Filho dorme, ela arruma o uniforme  
Tudo pronto pra quando despertar*

*O ensejo a fez tão prendada  
Ela foi educada pra cuidar e servir  
De costume esquecia-se dela  
Sempre a última a sair*

*Disfarça e segue em frente  
Todo dia, até cansar  
E eis que de repente ela resolve então mudar  
Vira a mesa,  
Assume o jogo  
Faz questão de se cuidar  
Nem serva, nem objeto  
já não quer ser o outro  
hoje ela é um também*

*A despeito de tanto mestrado  
Ganha menos que o namorado  
E não entende o porquê  
Tem talento de equilibrista  
ela é muitas, se você quer sabe*

*Hoje aos trinta é melhor que aos dezoito  
Nem Balzac poderia prever  
Depois do lar, do trabalho e dos filhos  
Ainda vai pra nightferver*

*Disfarça e segue em frente  
Todo dia, até cansar  
E eis que de repente ela resolve então mudar  
Vira a mesa,  
Assume o jogo  
Faz questão de se cuidar  
Nem serva, nem objeto  
já não quer ser o outro  
hoje ela é um também*



**Coordenadoria Especial  
de Políticas Públicas  
para as Mulheres**

### TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Tendo lido e estando de acordo com a metodologia proposta autorizo a realização do projeto de pesquisa intitulado: "HISTÓRIA ORAL DE VIDA DE MULHERES QUE VIVENCIARAM A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA" desenvolvida pela pesquisadora Maria Sidney da Silva Soares, doutoranda do programa de pós graduação em enfermagem da Universidade Federal da Paraíba – PPGENF/UFPB, portadora do RG: 2936474 – SSP/PB e inscrita no C.P.F.M/F Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda nº 945.070.744-87.

Destaco que é de responsabilidade da pesquisadora a realização de todo e qualquer procedimento metodológico bem como o cumprimento da resolução 466/12 que trata da pesquisa envolvendo seres humanos, sendo necessário ao término da pesquisa o encaminhamento de uma cópia para esta instituição.

Campina Grande, 03 de novembro de 2015

Maria Marli Castelo Branco de Melo

*Coordenadora de Políticas Públicas para as Mulheres*

CEPPM

Maria Marli C. Branco de Melo  
Coordenadora - Mat. 8158  
Pref. Municipal de Campina Grande

RI 1122.2968 / 1106271

Violência Doméstica Contra Mulher

[www.cemulheres.org.br](http://www.cemulheres.org.br) | [cp@cemulheres.org.br](mailto:cp@cemulheres.org.br)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA  
PARAÍBA - CENTRO DE  
CIÊNCIAS DA SAÚDE



## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** HISTÓRIA ORAL DE VIDA DE MULHERES QUE VIVENCIARAM A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

**Pesquisador:** MARIA CIDNEY DA SILVA SOARES

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 50968615.5.0000.5188

**Instituição Proponente:** UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 1.360.265

#### Apresentação do Projeto:

Projeto de Tese do Programa de Pós Graduação em Enfermagem /CCB/UFPB. A futura pesquisa utilizará os preceitos metodológicos da pesquisa qualitativa do tipo descritiva, através da estratégia da História Oral (HO) a ser realizada em um centro de referência a mulher na cidade de Campina Grande – PB, Brasil com mulheres que procuram o centro de referência em busca de atendimento. A coleta de dados acontecerá no período 2015.2/UFPB, com um total de 10 mulheres respondentes.

#### Objetivo da Pesquisa:

Conhecer a história de vida de mulheres que vivenciaram a violência doméstica;• Compreender como se desenvolveu o processo de violência doméstica na vida de mulheres com essa experiência• Investigar as estratégias que contribuíram para ajudar essas mulheres a sair do ciclo de violência

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisa terá os seguintes riscos: tendo como base a resolução 466/2012, todas as pesquisas que envolvem seres humanos envolvem riscos, sejam eles imediatos ou tardios, dessa forma a pesquisa em tela tem o risco previsível de constrangimento ou quebra de sigilo e anonimato com relação aos dados obtidos, no entanto a pesquisadora terá todos os cuidados necessários, para

Endereço: UNIVERSITÁRIO S/N  
Bairro: CASTELO BRANCO CEP: 58.061-900  
UF: PB Município: JOÃO PESSOA  
Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: etica@ccs.ufpb.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DA  
PARAÍBA - CENTRO DE  
CIÊNCIAS DA SAÚDE



Continuação do Parecer: 1.260.265

|   |                   |                        |                                 |        |
|---|-------------------|------------------------|---------------------------------|--------|
| Básicas do Projeto  | ETO_611276.pdf    | 12:16:49               |                                 | Aceito |
| Folha de Rosto  | FOLHADEROSTO.pdf  | 13/11/2015<br>12:16:32 | MARIA CIDNEY DA<br>SILVA SOARES | Aceito |
| Outros  | INSTITUCIONAL.pdf | 09/11/2015<br>15:07:29 | MARIA CIDNEY DA<br>SILVA SOARES | Aceito |
| Outros  | INSTRUMENTO.docx  | 04/11/2015<br>16:42:50 | MARIA CIDNEY DA<br>SILVA SOARES | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE.pdf          | 04/11/2015<br>16:42:22 | MARIA CIDNEY DA<br>SILVA SOARES | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador                 | PROJETO.docx      | 04/11/2015<br>16:41:53 | MARIA CIDNEY DA<br>SILVA SOARES | Aceito |

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Aprovação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 10 de Dezembro de 2015

Assinado por:

**Eliane Marques Duarte de Sousa**  
(Coordenador)

Endereço: UNIVERSITÁRIO S/N  
Bairro: CASTELO BRANCO CEP: 58.051-900  
UF: PB Município: JOAO PESSOA  
Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: [etic@cca.ufpb.br](mailto:etic@cca.ufpb.br)